

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS/SP****DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)****I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas e títulos destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Pitangueiras/SP e formação de cadastro de reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
509004935	Ana Paula Casadey	Agente Comunitário de Saúde
509007680	Cristiane Vieira Dos Santos	Agente Comunitário de Saúde
509000319	Daiane Camolezi	Agente Comunitário de Saúde
509004724	Josemara Silva Aguilar Dos Santos	Agente Comunitário de Saúde
509000213	Lucineia Cardoso Monteiro	Agente Comunitário de Saúde
509005205	Rosana Aline Capecci Alves Dos Santos	Agente Comunitário de Saúde
509000026	Tallita Monya Pereira De Barros Braga	Agente Comunitário de Saúde
509000264	Artur De Souza Ferreira	Agente de Combate de Endemias
509008222	Breno Négia Armenini	Agente de Combate de Endemias
509005661	Bruno Victor Aparecido Benedito	Agente de Combate de Endemias
509005663	Elisangela Grasiela De Oliveira	Agente de Combate de Endemias
509007579	Emilio Thiago Oliveira Borges	Agente de Combate de Endemias
509005816	Fábio José Barbosa	Agente de Combate de Endemias
509003397	Gustavo Machado Pereira	Agente de Combate de Endemias
509005034	Letícia Barroso	Agente de Combate de Endemias
509006174	Luis Fernando Dos Reis	Agente de Combate de Endemias
509000021	Maria Fernanda Soares De Aguiar	Agente de Combate de Endemias
509003550	Mário Vernilo Netto	Agente de Combate de Endemias
509005878	Mayara Guchilo Redinha	Agente de Combate de Endemias
509007013	Nayara Aparecida De Almeida	Agente de Combate de Endemias
509000198	Susana Lemos Rodrigues De Souza Santos	Agente de Combate de Endemias
509005880	Taiara Cordeiro Maciel	Agente de Combate de Endemias
509000297	Tamiris Silva Souza	Agente de Combate de Endemias
509001694	Matheus Sodino Novaes	Agente de Organização Escolar

509007651	Elaine Ortiz Batista	Agente de Secretaria
509008060	Gislane De Lira Santos	Agente de Secretaria
509007335	Lucas Moza Ribeiro	Agente de Secretaria
509003558	Mário Vernilo Netto	Agente de Secretaria
509005928	Thais Rodrigues Liotti	Agente de Secretaria
509003396	Gustavo Machado Pereira	Agente Previdenciário
509006171	Luis Fernando Dos Reis	Agente Previdenciário
509008258	Alessandra Pregnolato Cultri	Arquiteto
509005965	Renata Carneiro Souza Gomes	Cirurgião Dentista ESF
509002378	Alessandra Aro Ribeiro Da Silva	Contador
509004029	Everton Godoy Dos Santos	Contador
509005279	Fabiana Pereira De Souza	Cozinheiro
509001189	Valdineia Cristina Da Silva Cardoso Pereira	Cozinheiro
509003135	Juliane Bustamante Sá Dos Santos	Dentista
509000276	Andresa Gisele Comim Silva	Diretor de Escola
509005939	Brasilina Da Rocha Cardozo	Diretor de Escola
509005848	Bruna Aparecida Dos Santos Luiz	Diretor de Escola
509006080	Cássia Mariana De Souza Mantovani	Diretor de Escola
509004576	Cléa Rodrigues Costa	Diretor de Escola
509005833	Juliana Magnani Roza	Diretor de Escola
509008085	Keila Mara Magro Miranda	Diretor de Escola
509006653	Letícia Aparecida Da Silva Costa	Diretor de Escola
509003809	Tainá Jacomini De Souza	Diretor de Escola
509004940	Vinicius Tostes Bragil	Diretor de Escola
509006387	Jose Alexandre Da Silva	Educador Físico
509007393	Taína Sabrina Pereira De Araujo	Educador Físico
509006228	Welisson Oliveira De Araujo	Educador Físico
509007388	Wesley Marcelino Oliveira De Araujo	Educador Físico
509006138	Amanda Soares Mendes	Enfermeiro ESF
509001331	Juliana De Fatima Freitas	Enfermeiro ESF
509004671	Ana Bueno	Engenheiro Agrônomo
509004485	Leticia Aparecida Rodrigues	Engenheiro Agrônomo
509006102	Luis Felipe Do Nascimento Pinheiro	Engenheiro Ambiental
509006366	Gleziani Pereira Da Silva	Engenheiro Civil
509000695	Larissa Aparecida Santos Rodrigues	Engenheiro Civil
509000462	Leandro De Souza Santos	Engenheiro Civil
509002054	Marcelo Colozzi Moraes De Vasconcellos	Engenheiro Civil
509004008	Tayná Dos Santos Cardoso	Engenheiro Civil
509005625	Adriano Dantas Rodrigues	Engenheiro Eletricista
509004527	Cristiano Minotti	Engenheiro Eletricista
509000336	Danilo Avi Gomes	Engenheiro Eletricista
509000381	Márcio Masatoshi Montsutsumi	Engenheiro Eletricista
509006474	Marcos Roberto Pakes Gayotto	Engenheiro Eletricista
509003217	Renata Machado Martins	Fiscal Ambiental
509003426	Joice Oliveira Moraes	Fiscal de Postura
509001700	Matheus Sodino Novaes	Fiscal de Postura
509000721	Marcos Vinicius Da Silva Santos	Fiscal de Tributos
509007816	Diogo Maia De Oliveira Carvalho	Fiscal Sanitário
509003984	Douglas Alexandre Bueno	Fiscal Sanitário

509006711	Juliana Teodoro Dos Santos Magri	Fiscal Sanitário
509000190	Hilza Batista Da Silva	Guarda Civil Metropolitana - Feminino
509000348	Adalberto Vaz De Souza	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509001704	Ailton Gonçalves	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509001378	Alexandre Henrique De Oliveira	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509000328	Anderson Caetano Dos Santos	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509003631	André Eduardo De Alcino Machado	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509004216	Andre Moura Fagundes	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509000053	Arthur Carlos Rodrigues De Souza	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509006133	Cristiano Eulalio De Oliveira	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509005768	Dénis Willy Aparecido Dos Santos	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509003249	Glauber Lucas Pereira	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509005216	Jonatas Botelho Viesba	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509003442	Junior Cesar Alves	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509003194	Junior Santiago Martins Cabeço	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509005781	Leonardo Oliveira Duarte	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509003475	Luan Aniceto De Souza	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509003541	Lucas Alexandre De Miranda	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509003154	Mauricio Silingardi Junior	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509004270	Plínio Marcos Dos Santos	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509005565	Rodrigo Lares De Almeida	Guarda Civil Metropolitana - Masculino
509000329	Anderson Caetano Dos Santos	Guarda Civil Patrimonial
509004410	Jonas De Sousa Farias	Guarda Civil Patrimonial
509007486	Mariana Cristina São Miguel Estima	Médico Cardiologista
509004951	Rafael Leonardo De Agostino	Médico Cirurgião Geral
509004066	Rosana Da Costa Figueredo Gabriel Tedd	Médico Gastroenterologista
509006424	Liliane Cristina De Farias Custódio Carregari	Médico Infectologista
509005992	Henrique Donizetti Bianchi Florindo	Médico Urologista
509000062	Maria Fernanda Soares De Aguiar	Merendeira
509004684	Cristiane Nunes Dantas Soares	Motorista
509003678	Caio Fernando Teixeira Guimarães	Operador de Tratamento de Água
509008637	Luiz Fernando Perez Gomes	Operador de Tratamento de Água
509007639	Ruan Marcos Da Silva De Moraes	Operador de Tratamento de Água
509005058	Thiago Junqueira Gomes	Operador de Tratamento de Água
509006755	Paloma Eduarda Da Costa Vacis	Pedagogo
509002074	Fernanda Cristina Da Silva Brancaleoni	Procurador Municipal
509008369	Gustavo Costa Silva	Procurador Municipal
509002490	Lais Liotti Azevedo	Procurador Municipal
509002839	Larissa Dora Protti	Procurador Municipal
509003368	Lincoln Max Bernardo De Aguiar	Procurador Municipal
509003957	Regiane Da Silva Cardoso	Procurador Municipal
509006966	Adlaine Pereira Jesus	Professor Classe Especial
509008352	Adriana Maria Silva	Professor Classe Especial
509002294	Aida Cristina Ribeiro Garcia	Professor Classe Especial
509005471	Alessandra Rodrigues Martins	Professor Classe Especial
509007338	Andrea Helena Tescute	Professor Classe Especial
509000740	Andresa Gisele Comim Silva	Professor Classe Especial
509001630	Célia Lopes Da Silva	Professor Classe Especial
509001254	Cristiane Aparecida De Souza Barreiro	Professor Classe Especial

509003765	Edvani Oliveira Masson	Professor Classe Especial
509000638	Gabriele Everli Lunaro Rosa	Professor Classe Especial
509003958	Janiny Santos Ferreira	Professor Classe Especial
509004321	Lucas Gabriel Ribeiro	Professor Classe Especial
509006879	Luciana Garoni Gama	Professor Classe Especial
509004347	Maria Bernadete Da Silva Ustulin	Professor Classe Especial
509001620	Maria Eduarda Rodrigues De Amorim	Professor Classe Especial
509003405	Mariana Francisco Cerissa	Professor Classe Especial
509006490	Michelli Cristina Vilella Marioto	Professor Classe Especial
509004137	Paula Daniele Rodrigues Gomes	Professor Classe Especial
509005142	Rute Santos	Professor Classe Especial
509001494	Taisa Fernanda De Carvalho Brito	Professor Classe Especial
509000506	Tamires Conti Vieira Vicente	Professor Classe Especial
509007109	Patrícia Andrade De Sousa	Professor de Ensino de Jovens e Adultos
509004982	Adlaine Pereira Jesus	Professor Educação Básica I
509004602	Amanda Caroline Arcênio	Professor Educação Básica I
509008251	Andrea Fernandes Bonardi	Professor Educação Básica I
509007340	Andrea Helena Tescute	Professor Educação Básica I
509000278	Andresa Gisele Comim Silva	Professor Educação Básica I
509001256	Cristiane Aparecida De Souza Barreiro	Professor Educação Básica I
509006022	Franciele Oliveira Lima	Professor Educação Básica I
509002362	Gabriele Everli Lunaro Rosa	Professor Educação Básica I
509001880	Gislene Sandra De Freitas	Professor Educação Básica I
509003363	Graziele Jamile Mendonca Sousa	Professor Educação Básica I
509005864	Hellen Agostinho Carvalho	Professor Educação Básica I
509005839	Juliana Magnani Roza	Professor Educação Básica I
509001853	Lúcia Barbosa Lima Nunes	Professor Educação Básica I
509006885	Luciana Garoni Gama	Professor Educação Básica I
509004345	Maria Bernadete Da Silva Ustulin	Professor Educação Básica I
509007298	Maria Isabel Marques Ribeiro	Professor Educação Básica I
509005137	Marielse Cristina Pomini Da Silva	Professor Educação Básica I
509008332	Michele Carolina Augusto Dos Santos	Professor Educação Básica I
509006492	Michelli Cristina Vilella Marioto	Professor Educação Básica I
509005961	Mileni Thimoteo Basilio Camolez	Professor Educação Básica I
509004647	Olga Gisele Freire Barbosa	Professor Educação Básica I
509002083	Patricia Alves Pereira	Professor Educação Básica I
509004140	Paula Daniele Rodrigues Gomes	Professor Educação Básica I
509000263	Renata Coutrin De Andrade Silva	Professor Educação Básica I
509001500	Taisa Fernanda De Carvalho Brito	Professor Educação Básica I
509007242	Verônica Maria Da Silva	Professor Educação Básica I
509005246	Verônica Rodrigues De Araújo	Professor Educação Básica I
509003444	Amanda Aparecida Cardoso Santos	Professor Educação Básica II - Ciências
509006905	Danubya Bruna Bezan Ungaretti	Professor Educação Básica II - Ciências
509008648	Lariane Cristina Moreira Da Silva	Professor Educação Básica II - Ciências
509000304	Luciana Timóteo Da Silva	Professor Educação Básica II - Ciências
509003836	Rodolfo Honorato Lacerda	Professor Educação Básica II - Ciências
509005945	Brasilina Da Rocha Cardozo	Professor Educação Básica II - Educação Física
509008202	Bruno César Rodrigues	Professor Educação Básica II - Educação Física
509007490	Evandro Rubens Da Silva	Professor Educação Básica II - Educação Física

509002357	Luciano Ricardo Dos Santos	Professor Educação Básica II - Educação Física
509003529	Natanael Carvalho Soares	Professor Educação Básica II - Educação Física
509002853	Samanta Garcia Borzi	Professor Educação Básica II - Educação Física
509006181	Sarah Helena Ricci	Professor Educação Básica II - Educação Física
509005699	Murilo Henrique Gomes Crespo	Professor Educação Básica II - Geografia
509006143	Wesley Goncalves De Oliveira	Professor Educação Básica II - História
509006651	Letícia Aparecida Da Silva Costa	Professor Educação Básica II - Inglês
509004938	Daniel Rodrigues Da Silva	Professor Educação Básica II - Matemática
509003355	Fabiana Fernanda De Toledo Gamba Santos	Professor Educação Básica II - Português/Literatura
509001815	Givanildo De Oliveira Jacinto	Professor Educação Básica II - Português/Literatura
509002859	Pâmela Garbellini	Professor Educação Básica II - Português/Literatura
509008254	Andrea Fernandes Bonardi	Professor Educação Infantil
509001257	Cristiane Aparecida De Souza Barreiro	Professor Educação Infantil
509006026	Franciele Oliveira Lima	Professor Educação Infantil
509002361	Gabriele Everli Lunaro Rosa	Professor Educação Infantil
509006200	Juliana Righetto De Castro	Professor Educação Infantil
509006883	Luciana Garoni Gama	Professor Educação Infantil
509007310	Maria Isabel Marques Ribeiro	Professor Educação Infantil
509007839	Michele Carolina Augusto Dos Santos	Professor Educação Infantil
509005243	Verônica Rodrigues De Araújo	Professor Educação Infantil
509005465	Alessandra Rodrigues Martins	Professor Educador de Creche
509004839	Amanda Gisele Ferreira De Almeida	Professor Educador de Creche
509008754	Andréia Cristina Rosa Apolinário	Professor Educador de Creche
509005325	Caroline Rodrigues De Oliveira José	Professor Educador de Creche
509001652	Cintia Bassalo Artioli	Professor Educador de Creche
509001260	Cristiane Aparecida De Souza Barreiro	Professor Educador de Creche
509005985	Daiane Aparecida Ribeiro	Professor Educador de Creche
509001335	Edinéia Marciano Dias	Professor Educador de Creche
509008520	Elisângela Aparecida Rosa Da Silva	Professor Educador de Creche
509006030	Franciele Oliveira Lima	Professor Educador de Creche
509008015	Gabriela Rossato Chrisostomo Fernandes	Professor Educador de Creche
509002360	Gabriele Everli Lunaro Rosa	Professor Educador de Creche
509005651	Greici Aparecida Tedesco	Professor Educador de Creche
509004854	Laura Alves Coelho	Professor Educador de Creche
509004811	Leidiane Tálita Marques Martins	Professor Educador de Creche
509003450	Lorraine De Amorim Silva	Professor Educador de Creche
509004316	Lucas Gabriel Ribeiro	Professor Educador de Creche
509005306	Marcela Fabrina Fatoreli Veiga	Professor Educador de Creche
509006691	Marcela Santa Roza De Toledo	Professor Educador de Creche
509005277	Márcia Cristina Gaisdorf De Carvalho	Professor Educador de Creche
509004346	Maria Bernadete Da Silva Ustulin	Professor Educador de Creche
509001619	Maria Eduarda Rodrigues De Amorim	Professor Educador de Creche
509004919	Maria Eliete Moreira Queiroz	Professor Educador de Creche
509002785	Maria Isabel Marques Ribeiro	Professor Educador de Creche
509003402	Mariana Francisco Cerissa	Professor Educador de Creche
509005136	Marielse Cristina Pomini Da Silva	Professor Educador de Creche
509000118	Melise Gabriela Dos Santos	Professor Educador de Creche
509006089	Michelli Augusta Thimóteo Basilio De Barros	Professor Educador de Creche
509006495	Michelli Cristina Vilella Marioto	Professor Educador de Creche

509002702	Patrícia Karine Comin Bento	Professor Educador de Creche
509004143	Paula Daniele Rodrigues Gomes	Professor Educador de Creche
509004000	Raquel Soares Marinho	Professor Educador de Creche
509000253	Renata Coutrin De Andrade Silva	Professor Educador de Creche
509005424	Riane Cassimiro Da Silva	Professor Educador de Creche
509006504	Rute Santos	Professor Educador de Creche
509007327	Simone De Cássia Athanasio	Professor Educador de Creche
509002804	Tais Cristina Felipe Costa	Professor Educador de Creche
509001493	Taia Fernanda De Carvalho Brito	Professor Educador de Creche
509000504	Tamires Conti Vieira Vicente	Professor Educador de Creche
509005240	Verônica Rodrigues De Araújo	Professor Educador de Creche
509007122	Henrique Da Silva Dos Santos	Psicólogo
509007963	Josiane Cristina Francisco Machado	Químico
509003021	Lucineia Cardoso Monteiro	Químico
509005579	Eduarda Da Silva Batista	Recepcionista
509005572	Nicolly Malpeli Cardoso	Recepcionista
509002673	Êmily Silva Da Cunha	Técnico em Enfermagem
509001881	Gislene Sandra De Freitas	Técnico em Gestão Ambiental
509008591	Flavia Natalia De Oliveira Coltro	Técnico em Licitação
509004444	Raul Caíque Da Cunha	Técnico em Licitação
509002475	Rafael Ananias Pelegrini	Topógrafo
509000289	Tamiris Silva Souza	Telefonista
509006460	Carlos Eduardo Da Silva Faria	Veterinário
509003643	Caroline Rocha Pereira	Veterinário

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente de Organização Escolar

BRANCA
17

Recurso Procedente. Questão anulada.

A referida questão apresenta duas opções de respostas. Ocorreu que um padrão lógico foi estabelecido com a regra da segunda letra iniciar o próximo. Entretanto, coincidentemente os nomes escolhidos contêm 3 consoantes e as alternativas apresentam apenas uma opção com 3 consoantes, tornando-a uma possível opção de resposta.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que a questão não possui gabarito correto.

Trata-se de uma questão que apresenta um conjunto de hábitos de um personagem chamado Rogério:

- Almoço na casa da minha sogra ou na casa de minha mãe.
- Como frango e almoço na minha sogra.
- Se almoço na casa de minha mãe, não como feijão.

E o comando informa que “hoje, Rogério comeu feijão” e pede-se uma conclusão verdadeira. De acordo com as regras da lógica, tem-se as seguintes análises das proposições:

Se almoço na casa de minha mãe, não como feijão = V.

O enunciado informa que “não como feijão” é falso. Logo, Almoço na casa de minha mãe deve ser falso também, pois tem-se uma proposição condicional.

Assim:

Como frango = V

Almoço na minha sogra. = V

Como feijão. = V

Não almoço na casa de minha mãe. = V

Agora, analisam-se as alternativas:

A) Comeu frango ou almoçou na casa de sua mãe. = V ou F = V

B) Almoçou na casa de sua sogra e não comeu frango. = V e F = F

C) Almoçou na casa de sua mãe ou não comeu frango. F ou F = F

D) Não comeu frango nem almoçou na casa de sua sogra. F e V = F

Logo, a única alternativa verdadeira é a A.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

Cargo: Agente de Secretaria

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorre-se à definição do dicionário Aulete para “barato” em seu sentido de gíria:

Barato: Aquilo ou aquele que desperta grande aprovação ou entusiasmo; algo ou alguém muito bom, muito divertido etc.: Nossa viagem foi um barato.

Já conforme o Meu Dicionário:

Barato: coloquial coisa ou pessoa que é boa, bonita ou provoca prazer

(aquele moleque é um barato!)

É correto, portanto, o que se dispõe na alternativa “Agradável, bom e/ou bonito”. Não há contexto que enseje o significado de “barato” como gíria para referir-se a alguém ou algo descompromissado, sem disciplina, jocoso, cômico, satírico, inconsistente ou imprevisível, o que torna incorretas as alternativas diversas.

Fontes:

- <https://www.aulete.com.br/barato>
- <https://www.meudicionario.org/barato>

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O termo "download" refere-se à transferência de dados de um servidor remoto para um dispositivo local. Ao acessar um site, por exemplo, você realiza o download da página web para visualizar o conteúdo no navegador. Por outro lado, o termo "upload" é utilizado para descrever o ato de enviar dados de um dispositivo local para um servidor remoto. Esses termos são amplamente aplicados, independentemente da plataforma.

Fonte:

- <https://www.significados.com.br/download/>

BRANCA
15

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

A resposta correta para a questão é a letra B) O usuário mudou o diretório inicial para C:\; em seguida, criou uma pasta chamada “Arquivos”; e, listou todo o conteúdo de C:\ para verificar se a pasta foi criada.

Fonte:

- <https://www.infowester.com/tutdos.php>

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações do enunciado, $\frac{3}{5}$ do percurso total de 800 metros foram percorridos em 108 segundos. Assim, $(\frac{3}{5}) \cdot 800 = 480$ metros foram percorridos em 108 segundos. Logo, a velocidade média nesse percurso é $480/108 = 40/9$ m/s. Como o período restante foi feito com a mesma velocidade média, então o tempo gasto no período restante é dado por $320/(40/9) = 72$ segundos. Portanto, o tempo total é $108 + 72 = 180$ segundos ou 3 minutos.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão anulada.

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar a seguinte regra de três composta:

Farmacêutico	Dias	Medicamentos
4	5	1500
x	4	3000
↓	↑	↓

Assim, o número x de farmacêuticos deve satisfazer:

$$\frac{4}{x} = \frac{4 \cdot 1500}{5 \cdot 3000} \rightarrow x = 10$$

A questão gera ambiguidade ao não deixar claro se os 10 funcionários serão todos novos ou não, permitindo duas respostas: 10 ou 6.

Desse modo, a questão foi anulada.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o enunciado, somente uma das afirmações é verdadeira. Logo, deve-se analisar cada caso e concluir se há contradições ou não:

- Se a primeira afirmação é a única verdadeira, então Kelly é mais baixa que Joelma, Joelma é mais baixa que Lourdes e Lourdes não é 10 cm mais baixa que Kelly. Assim, Kelly tem 1,55 m, Joelma tem 1,60 m e Lourdes tem 1,65 m. Não há contradições.
- Se a segunda afirmação é a única verdadeira, então Joelma é mais alta que Lourdes e Kelly é mais alta que

Joelma. Assim, Lourdes tem 1,55 m, Joelma tem 1,60 m e Kelly tem 1,65 m. Chega-se a uma contradição, pois como a terceira afirmação é falsa, Lourdes não pode ser 10cm mais baixa que Kelly.

- Se a terceira afirmação é a única verdadeira, então Lourdes é 10cm mais baixa que Kelly. Assim, Lourdes é a mais baixa de todas (1,55m). Como a segunda afirmação é falsa, Joelma deveria ser mais baixa que Lourdes e chega-se a uma contradição.

Portanto, Kelly tem a menor altura e Lourdes tem a maior altura.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não merece prosperar o recurso interposto pelas razões a seguir expostas:

A infração cometida por Marcos é punida com advertência. Vejamos:

Art. 169 A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante no Art. 160, incisos I a VIII, e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

[...]

Art. 160 Ao servidor é proibido: [...] III - recusar fé a documentos públicos;

[...]

Art. 182 A ação disciplinar prescreverá: [...] III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

Fonte:

- <https://pitangueiras.sp.gov.br/arquivos/storage/app/media/legislacoes/estatuto-do-servidor-publico-municipal/lei-ordinaria-1904-1997-pitangueiras-sp-consolidada-13-02-2023.pdf>

Cargo: Arquiteto

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sintaxe do verbo encontrar possui algumas distinções. Não é apenas objeto direto. A alternativa B está incorreta quando se afirma que seu complemento é o objeto direto, “em sua cama”. Além de não ser objeto, não poderia ser classificado como direto, já que se inicia o fragmento com a preposição “em”. A alternativa A não está correta porque a forma verbal em destaque não se caracteriza como verbo reflexivo. Tal denominação é dada a verbos em que a ação é realizada e recebida ao mesmo tempo pelo agente, o que não é o caso do fragmento destacado na questão. A alternativa C é falsa, já que o verbo em destaque não é transitivo indireto, embora o complemento se inicie com uma preposição. A alternativa correta é a letra D. O verbo em destaque é transitivo direto pronominal acompanhado de um predicativo que designa um lugar. De acordo com o Dicionário de Regência Verbal de Celso Pedro Luft, nos casos de verbos transitivo direto pronominais, são predicativos os termos que são designados para indicarem estado, condição e lugar.

Fonte:

- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. São Paulo: Ática, 2010.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão em análise, o sujeito é “Gregor Samsa”. Alguns verbos selecionam este sujeito para executarem a ação verbal. O primeiro verbo “acordou” ao selecionar o sujeito estabelece uma relação sintática. Como o sujeito está explícito, ele é classificado como sujeito simples: o verbo concorda em número e pessoa com o núcleo do sujeito. Contudo, a questão solicita que a análise seja realizada com o verbo “encontrou-se”, o qual está no período seguinte. O verbo em questão retoma o sujeito anunciado anteriormente por desinência verbal de terceira pessoa, ou seja, para este verbo, o sujeito não está explícito como se dá com o verbo “acordar”. Desta forma a alternativa correta é letra A: sujeito oculto.

Fonte:

- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática. Teoria e prática. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pronome reflexivo “se” pode exercer várias funções sintáticas, entre elas a de objeto indireto. Na questão em análise, em I, o “se” é pronome reflexivo funcionando como objeto indireto do verbo encontrar que está acompanhado da preposição “em”, indicando o local aonde acontece a ação verbal. Em II, o “se” é pronome reflexivo funcionando como objeto indireto do verbo esquecer. Verbo esquecer quando pronominal é verbo transitivo indireto.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Edital exigiu como conteúdo programático “Suprimento de Fundos” de forma genérica. O conteúdo exigido na prova foi baseado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que fazia parte do conteúdo programático editalício. A alternativa correta na prova, ou seja, a que não encontra respaldo legal na utilização de suprimentos de fundos, é a que não fazia parte do conteúdo programático, as demais sim.

Fonte:

- MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP). Secretaria do Tesouro Nacional. 9ª Edição. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em 30 nov 2023.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Questão anulada.

O enunciado da questão constou erroneamente a descrição de “Balanço de Pagamento”, ao invés de “Balanço Patrimonial”, sendo que as alternativas estavam relacionadas de fato a “Balanço Patrimonial”. Desta forma, os argumentos do recurso são justificáveis, devendo ocorrer a anulação da presente questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 17.12.1976.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, item 2.7. assim dispõe:

“2.7.PUBLICIDADE Princípio básico da atividade da Administração Pública no regime democrático, está previsto no caput do art. 37 da Magna Carta de 1988. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.”

Desta forma, a alternativa C está certa por ser a única a representar corretamente o Princípio da Publicidade. As demais representam outros princípios.

Fonte:

- MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP). Secretaria do Tesouro Nacional. 9ª Edição. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em 30 nov 2023.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão foi enfático em afirmar que se tratava de uma situação hipotética, sem relação com fatos reais. Utilizada para exemplificar uma situação dentro do conteúdo exigido, onde caberia ao candidato considerar que os fatos relatados serviriam somente para verificar o conhecimento acerca do art. 38 da Lei Complementar nº 101. Não se justificam os argumentos de tempo verbal ou dia não útil para uma situação data como hipotética, onde a cobrança se deu somente acerca do conteúdo programático estipulado.

Fonte:

- BRASIL. Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 30 nov 2023.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “As classes gramaticais podem ser reconhecidas não só de acordo com suas funções, mas também de acordo com o contexto em que as palavras são empregadas. Assim, assinale a alternativa em que as classes gramaticais estão corretamente identificadas em relação ao trecho destacado a seguir: “Como na era(I) da sociedade industrial os produtos eram(II) valorizados por sua(III) durabilidade, [...]” (1º§)” pode-se afirmar que a alternativa “B) I. substantivo II. verbo III. pronome” foi adequadamente indicada como correta. As classes de palavras ou classes gramaticais são categorias nas quais as palavras são distribuídas de acordo com a sua natureza e função gramatical no enunciado. Existem dez classes de palavras, sendo elas: Substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Entre as classes de palavras, existem dois tipos: Palavras variáveis: são aquelas que mudam de acordo com o gênero (masculino ou feminino), o número (singular ou plural), o grau (aumentativo ou diminutivo) ou o tempo (passado, presente ou futuro). Palavras invariáveis: permanecem sempre iguais, independentemente do gênero, do número, do grau ou do tempo. Substantivo (era - I): Os substantivos são palavras utilizadas para nomear seres, objetos, sentimentos, cores, entre outras coisas. Costumam ser variáveis e são subdivididos em algumas categorias: Comum: é o nome genérico que se dá a uma mesma categoria de seres ou de coisas. É escrito em letra minúscula: “O meu gato dorme muito.” Próprio: é o nome específico que se dá a um indivíduo particular de uma categoria de seres ou de coisas. É escrito em letra maiúscula: “O meu gato Tomás dorme muito.” Concreto: é aquele cuja existência independe do pensamento de outro ser. Pode ser real ou imaginário, no entanto apresenta existência própria. “O portão é azul.” “Imagino um dragão azul.” Abstrato: é aquele cuja existência depende de outro ser concreto, sem o qual não é possível produzir o substantivo abstrato. “Qual será a verdade?” “O amor desses dois é lindo.” Simples: possui apenas um radical, ou seja, é formado por apenas um elemento. “Parece que teremos chuva.” “A planta precisa de Sol.” Composto: possui mais de um radical, formando uma única palavra a partir da junção de mais de uma palavra. “É melhor levar um guarda-chuva.” “Você tem um girassol?” Primitivo: é o substantivo cujo nome não se origina de outro nome, ou seja, é sua própria origem. “Não ponha muito açúcar.” “Ele toca piano muito bem.” Derivado: é o nome que tem origem (deriva) em outro substantivo, estando normalmente relacionado a ele. “Traga-me o açucareiro, por favor.” “Ele é um ótimo pianista.” Coletivo: são nomes dados para um grupo muito grande de seres ou de objetos de uma mesma categoria. “Ele viu um enxame se aproximando de nós.” Artigo: O artigo é a palavra que costuma anteceder o substantivo, sendo adjunto adnominal. Varia em gênero e número de acordo com o substantivo a que se refere. Pode ser classificado em: Artigo definido: usado para indicar um ser ou coisa já conhecido ou específico. “O homem veio aqui.” “As garças estão imóveis.” Artigo indefinido: usado para indicar um ser ou coisa não específico e não mencionado anteriormente. “Um homem veio aqui.” “Umas garças estão imóveis.” Adjetivo: O adjetivo é usado para caracterizar o substantivo, atribuindo qualidades a ele. É uma palavra variável que concorda em gênero e número com o substantivo a que se refere. Pode ainda variar em grau. “O meu filho é bonitinho.” “As minhas filhas são bonitonas.” Adjetivos pátrios: estão relacionados à origem geográfica. “Eu sou paulista e ela é goiana. Nós somos brasileiros.” Adjetivos primitivos: não se originam de substantivos. “Ela tem um espírito livre.” Adjetivos compostos: possuem mais de uma raiz. “Meu boné é verde-escuro.” Locução adjetiva: ocorre quando há junção de uma preposição e um substantivo (ou equivalente) com valor de adjetivo. “Eu sou uma mulher de fibra.” (ou seja, uma mulher forte) Numeral: O numeral é a classe de palavras utilizada para quantificar algo, definindo valor numérico. Cardinal: indica a quantidade de seres ou coisas. “Eu preciso de sete tomates.” “Este prédio tem mais de vinte andares.” Ordinal: indica a ordenação, hierarquia, entre seres ou coisas em uma série. “Pegue o terceiro livro da estante.” “Fui a primeira colocada.” Multiplicativo: exprime a multiplicidade dos seres ou coisas. Os mais comuns são “dobro”, “duplo” e “triplo”. “Tinha o dobro da idade e o triplo da disposição.” Fracionário: indica a fração de seres ou coisas. Os mais comuns são “meio”, “metade” e “terço”. “Pedi metade do valor adiantado.” Coletivo: é o substantivo que indica um número exato de seres ou coisas de determinada categoria. “Eu gostaria de uma dúzia de ovos, por favor.” “Havia algumas centenas de pessoas no evento.” Pronome (sua III): Pronome é a classe de palavra que representa ou acompanha um substantivo. Pode ser classificado em: Pessoal: refere-se às pessoas do discurso, podendo ser do caso reto, do caso oblíquo tônico ou átono, ou de tratamento. “Ele era um grande amigo.” “Não se fez de rogada.” Possessivo (possessivo é uma classificação e não o nome da classe de palavra): indica posse ou relação de afeto, estando associado ao pronome pessoal. “Meu caro amigo, me perdoe por favor.” (Chico Buarque) “Todas as nossas meias estão espalhadas pela casa.” Demonstrativo: indica algo ou alguém que se aproxima ou se distancia no tempo e no espaço. “Lia coisas incríveis para aquele lugar e aquele tempo.” (Augusto dos Anjos) Indefinido: aplica-se especificamente à 3ª pessoa quando há efeito vago ou indeterminado. “Ninguém me viu

entrando.” “Há algo a ser feito?” “Está ciente de tudo.” Interrogativo: é usado para fazer uma pergunta de maneira direta ou indireta. “Quantos anos você tem?” “Quem vem lá?” Relativo: refere-se ao antecedente, ou seja, ao termo anterior no enunciado. Pode ser variável ou invariável. “Fui eu que escrevi essa história.” “Passeias onde não ando.” (Fernando Pessoa) Verbo (era II): O verbo expressa uma ação, um estado, um desejo, um acontecimento ou um fenômeno natural. Ele é dividido em modo e tempo, isto é, os modos verbais (indicativo, subjuntivo e imperativo) e os tempos verbais (passado, presente ou futuro em relação ao momento da fala). Indicativo: verbos no modo indicativo correspondem a ações tidas como reais ou certas de se acontecer ou de terem acontecido. Podem ser conjugados no presente, no passado (pretérito perfeito, pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito) e no futuro (futuro do presente e futuro do pretérito). Subjuntivo: verbos no modo subjuntivo são aqueles cuja ação verbal não é tida como certa, isto é, não temos certeza se a ação ocorreu ou ocorrerá. Podem ser conjugados no presente, no passado (pretérito imperfeito) e no futuro. Imperativo: verbos no modo imperativo são usados para expressar ordem ou conselho, tanto no afirmativo como no negativo. Os verbos são classificados de acordo com a conjugação, podendo ser regulares, irregulares, anômalos, defectivos ou abundantes. Regular: apresenta conjugação que segue o mesmo padrão que a maioria dos outros verbos. Eu estudo; Tu estudas; Ele estuda; Nós estudamos; Vós estudais; Eles estudam. Irregular: apresenta conjugação irregular, ou seja, que não segue o padrão mais frequente dos outros verbos. Eu venho; Tu vens; Ele vem; Nós vimos; Vós vindes; Eles vêm. Anômalo: apresenta conjugação que modifica profundamente o verbo, inclusive no próprio radical. Eu vou; Tu vais; Ele vai; Nós vamos; Vós ides; Eles vão. Defectivo: não pode ser conjugado em todas as formas existentes para a maioria dos outros verbos; portanto, não é regular e nem irregular. O verbo falir, por exemplo, só apresenta conjugação nas pessoas a seguir: Nós falimos; Vós falis. Abundante: algumas de suas conjugações apresentam mais de uma forma aceita na norma-padrão da língua portuguesa. É o caso do particípio passado do verbo imprimir: imprimido ou impresso (as duas formas existem). Advérbio: Os advérbios são palavras que complementam o sentido de verbos, adjetivos e de advérbios. Lugar: serve para complementar o sentido de lugar ao qual o verbo se refere. “Eu venho de longe.” Tempo: complementa o sentido de tempo ou de período referido pelo verbo. “Nós nos veremos amanhã.” Intensidade: serve para tornar a ação do verbo mais ou menos intensa. “Eles falam demais.” Modo: ajuda a transmitir o modo ou a maneira como a ação do verbo ocorreu. “Elas se arrumaram rapidamente.” Afirmação: complementa ou reforça o sentido de afirmação do verbo. “Certamente tentou de tudo” Negação: complementa ou reforça o sentido de negação do verbo. “Não quis nenhum.” Dúvida: complementa ou reforça o sentido de dúvida do verbo. “Talvez eu volte.” Preposição: Palavra invariável, a preposição serve para relacionar dois termos em um enunciado, gerando sentido entre eles. São elas: a – ante – após – até – com – contra – de – desde – em – entre – para – per – perante – por – sem – sob – sobre – trás “Voltei para casa cedo.” “Estive em algumas praias.” Locução prepositiva: ocorre quando há junção de duas ou mais preposições. “Passou por trás de uma igreja.” Conjunção: Conjunções são palavras invariáveis que reúnem dois ou mais elementos ou orações no mesmo enunciado, estabelecendo sentido. Quando os elementos conectados criam relação de dependência, ou seja, precisam estar juntos para o discurso fazer sentido, dizemos que há subordinação entre eles. Nesse caso, as conjunções que ligam esses elementos são chamadas de conjunções subordinativas e podem ser classificadas como: Causal: inicia uma oração subordinada dando sentido de causa. “Ele não sabia o conteúdo, porque faltou naquela aula.” Concessiva: inicia uma oração subordinada dando sentido de oposição à ação principal (sendo, porém, incapaz de impedi-la). “Eles não se davam bem, embora fossem da mesma família.” Condicional: inicia uma oração subordinada que é condição ou hipótese para a realização da ação da oração principal. “Nós iremos se for perto daqui.” Final: inicia uma oração subordinada indicando finalidade. “Arrumou-se por horas para ser o destaque da festa.” Temporal: inicia uma oração subordinada que indica circunstância de tempo. “Parava de fazer qualquer coisa quando ficava cansado.” Consecutiva: inicia uma oração subordinada estabelecendo relação de consequência. “A fila demorou tanto que eu desisti de comer.” Comparativa: estabelece comparação entre dois elementos. “O projeto delas foi mais premiado do que fora previsto.” Integrante: inicia uma oração que tem função de sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, complemento nominal ou aposto da oração principal. “Eu pensei que nós iríamos sair logo.” Caso os elementos conectados sejam independentes, ou seja, o discurso continua compreensível mesmo que os elementos apareçam isoladamente, as conjunções que os conectam são chamadas de conjunções coordenadas e podem ser classificadas como: Aditivas: estabelecem sentido de adição, soma entre elementos ou orações. “Era uma companhia agradável e divertida.” Alternativas: estabelecem sentido de alternância entre elementos ou orações. “Podia ser uma companhia agradável ou divertida.” Adversativas: estabelecem sentido de oposição entre elementos ou orações. “Era uma companhia agradável, mas não divertida.” Conclusivas: estabelecem sentido de conclusão e/ou consequência entre orações. “Podia ser uma companhia divertida e, portanto, agradável.” Explicativas: ligam uma oração que explica ou justifica outra. “Era uma companhia agradável, porque era muito divertida.” Interjeição: Interjeições são expressões autônomas que, por si só, tendem a ser consideradas enunciados completos, muitas vezes exclamativos. Traduzem estados emocionais ou desejos, podendo ser apenas sons vocálicos espontâneos, palavras isoladas ou locuções interjetivas: “Ai! Está doendo muito!” “Psiu! Silêncio!” “Viva! Que maravilha essa notícia!” “Ai de

mim!”

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. Ed. Saraiva.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegam os candidatos erro no enunciado. A referida alegação deve ser rejeitada eis que não há qualquer erro no enunciado da referida questão porque tanto o enunciado quanto as alternativas estão de acordo com a Lei. A alternativa apontada como correta está de acordo com os Arts. 44, parágrafo único e 45, §1º da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 46 e 44 caput.

Fonte:

- Arts. 44, parágrafo único e 45, §1º da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 46 e 44 caput.

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão anulada.

Sustenta o recurso que há falta de uma resposta correta. A banca corrobora os argumentos, pois houve uma inversão na sugestão do gabarito, conforme análise a seguir: A postura pedagógica descrita em I, com foco em comportamentos observáveis e reforços positivos, está relacionada ao behaviorismo, que enfatiza a aprendizagem por meio da observação e reforço de comportamentos. A postura pedagógica em II, que destaca a construção ativa do conhecimento pelo aluno e a realização de projetos, está alinhada com o construtivismo, que enfatiza a construção do conhecimento pelo aluno. A postura pedagógica em III, que enfatiza a aprendizagem social e a colaboração em grupo, está relacionada ao socioconstrutivismo, que destaca a aprendizagem social e a construção coletiva de conhecimento. A postura pedagógica em IV, que considera os processos mentais, a autorregulação do aprendizado e o pensamento crítico, está associada ao cognitivismo, que enfatiza o processamento cognitivo na aprendizagem, razão pela qual a questão foi anulada por inexistir nas alternativas a sequência correta descritas nas afirmativas.

Fonte:

- Referências: Ferreira, Raquel Elias. Construtivismo na Prática: 30 Experiências para Ensinar Bem.
- Abordagem Sociocultural da Aprendizagem: Desafios e Possibilidades na Formação de Professores. Revista Diálogos em Educação.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito, uma vez que na questão em análise, são apresentadas informações sobre Vygotsky e sua teoria, enfatizando, no próprio argumento, que o enunciado solicita a análise das afirmativas acerca dos “conceitos importantes relacionados à Vygotsky e sua teoria”. A banca mantém o gabarito ressaltando que de fato, todos os conceitos apresentados para análise considerados como certos são entendidos como, como “relacionados à teoria de Vygotsky”, lembrando que seus estudos foram ampliados, referendados e acrescidos, como em Aleksandr Luria, que conheceu Vygotsky em 1924, em um congresso de psiconeurologia realizada em Leningrado. “Ao seu lado, ele estudou a interação entre processos perceptuais e cultura na geração de funções mentais superiores em adultos, com particular ênfase na linguagem. Começaria a emergir interesse em áreas do

cérebro e a localização de diferentes funções”, ou ainda, em nossos tempos, para citar autores brasileiros, pela Professora Marta Kohl de Oliveira, cuja apresentação de seu Lattes menciona “tem experiência na área de Educação, com ênfase em Psicologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento, aprendizagem, desenvolvimento humano e pensamento vigotskyano. As afirmativas erradas da questão ficam mantidas: “Instrumentos e Signos Culturais: Vygotsky enfatiza a importância das ferramentas culturais, como linguagem, números e símbolos, na promoção do pensamento e do desenvolvimento afetivo cognitivo. Ele acredita que esses instrumentos culturais atuam como "mediadores" que auxiliam a criança a compreender e resolver problemas complexos”, e “Internalização: Esse processo envolve a transformação de conhecimento e habilidades adquiridos por meio de desenvolvimento biológico de interações sociais em conhecimento interno, que se torna parte do pensamento da criança. A internalização é essencial para o desenvolvimento do pensamento independente e da autorregulação.

Dito isso, a banca mantém o gabarito oficial para a questão em referência.

Fonte:

- Vygotsky, L. S. (1991). A Formação Social da Mente. Editora Martins Fontes, <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/90505/marta-kohl-de-oliveira>, <https://maestrovirtuale.com/aleksandr-luria-biografia-do-pioneiro-da-neuropsicologia/>

BRANCA
27

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito, pois a alternativa apontada como gabarito vai contra uma abordagem Crítico-Social dos Conteúdos que busca compreender a educação dentro dessas transformações e contradições históricas da sociedade. Outros argumentos recorrem à BNCC e à LDB sobre o respeito à diversidade. A banca observa que a questão pretende que o candidato analise as características que se apresentam nos casos que se encontram alinhadas à Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos. Há um reforço que esta tendência está expressa no PPP da escola, de modo que não haja margem a outras interpretações, já que na apresentação da questão os docentes referendam o disposto no documento. Em outras palavras, a questão se apresenta em uma delimitação de conceitos, seja no que se refere à tendência pedagógica indicada, seja na observância dos pactos alinhados no PPP. A banca, com esta preocupação, delimita, no comando do que se deseja, a interpretação do candidato em conceitos circunscritos neste limite, podendo inclusive, indicar no comando uma tendência pedagógica não recomendada nos documentos curriculares oficiais brasileiros. Dito isso, a resposta que está alinhada com a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos e com o imperativo de alinhamento de ações entre o projeto e a prática docente em ambos os casos é a alternativa D: O professor acolheria a pergunta do aluno, respondendo de forma objetiva e inclusiva, enfatizando a importância do respeito à diversidade e da compreensão das diferentes orientações sexuais; O professor abordaria as preocupações dos pais com empatia, fornecendo informações sobre o conteúdo da atividade e assegurando que o respeito às crenças pessoais será considerado. Nesse caso, o professor demonstra respeito à diversidade e à inclusão ao responder à pergunta do aluno de forma inclusiva, promovendo um ambiente de respeito e compreensão. Além disso, ao abordar as preocupações dos pais com empatia e explicar o conteúdo da atividade, ele busca equilibrar o respeito às crenças pessoais com a necessidade de fornecer informações relevantes sobre saúde sexual e contracepção, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, não havendo, portanto, em primeira necessidade encaminhar a pergunta ao diretor da escola. Alternativa B: No Caso II, ignorar as preocupações dos pais pode gerar conflitos e comprometer a relação entre a escola e a comunidade; Alternativa A: Reprimir o aluno ou cancelar a atividade são medidas autoritárias que não contribuem para o diálogo e a aprendizagem; Alternativa D: Encaminhar a pergunta para o diretor demonstram falta de iniciativa e responsabilidade do professor. A Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos busca construir uma práxis educativa transformadora, que promova o diálogo, a reflexão crítica e o respeito à diversidade. Ao abordar temas sensíveis como orientação sexual e educação sexual de forma crítica e inclusiva, o professor contribui para a formação de cidadãos autônomos, conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e democrática, a Prática Pedagógica Crítico-Social dos Conteúdos é uma abordagem educacional que busca promover uma educação mais crítica, reflexiva e transformadora. Ao estimular o pensamento crítico, a participação ativa e a reflexão sobre os conteúdos estudados, essa prática pedagógica contribui para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e engajados. Apesar dos desafios e limitações, a Prática Pedagógica Crítico-Social dos Conteúdos apresenta benefícios significativos tanto para os alunos quanto para a sociedade como um todo. Ao valorizar a diversidade, promover o diálogo e estimular a autonomia dos alunos, essa abordagem contribui para a

construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fonte:

- Sônia C. Bertagnolli e Solange Maria Alves (orgs) Diversidade e Inclusão na Educação: experiências e perspectivas .
- <https://cursocompletodepedagogia.com/tendencia-progressista-critico-social-dos-conteudos/>

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito e que a alternativa correta seria D, pois é com o acesso à educação em que os indivíduos poderão não reproduzir, mas transformar e ressignificar a sua própria cultura. Passemos a análise do gabarito e dos distratores da questão a partir do comando: “portanto, todos que desejam influenciar as tomadas de decisão do mundo contemporâneo deverão”: Gabarito A. Controlar a cultura. Controlar a cultura é uma maneira de influenciar as tomadas de decisão no mundo contemporâneo. Controlar a cultura pode ser uma maneira poderosa de influenciar as tomadas de decisões, pois ela molda os valores, crenças e comportamentos dos indivíduos dentro de um grupo ou organização. Através da manipulação desses elementos culturais, é possível direcionar o processo decisório de acordo com objetivos específicos. São mecanismos de controle cultural: definir regras e normas que explicitam os comportamentos desejados e aqueles que não são tolerados, criar símbolos e rituais que transmitam os valores e crenças da cultura e reforcem a identidade do grupo, contar histórias e narrativas que exemplifiquem os valores da cultura e inspirem as pessoas a agir de acordo com eles, celebrar líderes e heróis que representam os valores da cultura e servem como modelos para o comportamento dos indivíduos, Limitar o acesso à informação ou controlar a forma como ela é apresentada para influenciar a percepção das pessoas sobre o mundo.; B. Abrir as fronteiras culturais. Essa alternativa não está alinhada com o contexto, que destaca a influência da cultura na construção da identidade e das ações individuais. Abrir as fronteiras culturais não aborda a questão do controle da cultura nem a influência no poder das decisões; C. Investir em atividades culturais. Embora investir em atividades culturais possa ser importante, essa alternativa não se relaciona diretamente com o controle da cultura nem com a influência nas tomadas de decisão. O contexto fala mais sobre a influência da cultura em práticas sociais e individuais; D. Aumentar o acesso à educação. O aumento do acesso à educação é uma iniciativa relevante, mas não está diretamente relacionado ao controle da cultura, conforme planejado no contexto. O contexto se concentra na influência da cultura em práticas sociais e individuais.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado. Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Person. São Paulo, 2017. P.135 e 136.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Avaliar o clima da organização oportuniza aos colaboradores expressarem seus pensamentos, atitudes e sentimentos em relação à instituição, o que faz com que eles sintam se melhor no cumprimento de suas tarefas e ainda mais envolvidos com a empresa. O clima organizacional reflete momentaneamente o modo como as pessoas interagem, conceitos e variáveis que vão do comportamento à ação e à interação, refletindo assim na satisfação do trabalhador, na sua motivação, apatia, comprometimento e em outros pressupostos do desempenho em relação ao comportamento organizacional, se apresentando como um reflexo do grau de satisfação em um determinado momento, portanto a alternativa D, não é uma gabarito correto de acordo com o comando dado na supracitada questão, pois afirma quando “apresenta como indicadores que, de certa forma, mostram a qualidade do clima organizacional e, portanto, através da rotatividade, absenteísmo, greves, conflitos interpessoais e interdepartamentais, desperdício de materiais e até mesmo pichações nos banheiros, o clima ganha tangibilidade”. O gabarito, conforme comando dado, é A, de acordo com Dewes (2007) quando refere-se que a implantação de um projeto de clima organizacional não trata-se da eliminação dos conflitos, mas sim a busca de uma nova forma de

organizar e gerir uma escola. Para a identificação e adoção de medidas que conduzam a uma melhoria nesses índices é preciso promover a gestão do clima organizacional e esta não irá apenas tentar identificá-lo, mas, também, controlá-lo na tentativa de retirar as causas insatisfatórias do desempenho fortificando assim os fatores que promovem a melhoria da produtividade e o bem-estar dos trabalhadores. Ao identificar e administrar o clima da organização não garantirá a cura para todos os problemas da instituição, no entanto, poderá garantir a melhoria constante do ambiente de trabalho.

A banca mantém o gabarito publicado A.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. R Gerenciando Pessoas: Como transformar gerentes em gestores de pessoas. São Paulo, 2003.
- DEWES, FERNANDO. Comportamento Organizacional: Temas Seleccionados. Taquara. 2007.
- DIAS, Reinaldo. Cultura Organizacional. São Paulo: Alínea, 2003.
- LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5ª edição. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. 319p.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

segundo Luck (2009), o monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático e descritivo dos processos de implementação de plano ou projeto de ação, com o objetivo de garantir sua maior efetividade, mediante a verificação do seu ritmo de trabalho, o bom uso do tempo e dos recursos, a aplicação adequada das ações e competências previstas e necessárias, em relação aos resultados pretendidos, Já a avaliação consiste no conjunto de ações realizadas paralelamente e ao cabo das ações educacionais, com o objetivo de verificar em que medida os resultados pretendidos estão sendo alcançados. Portanto, a avaliação visa prestar contas dos resultados das ações realizadas.

O monitoramento, segundo Luck (2009), tem como pressuposto a existência de um plano de ação a ser implementado e o esforço em acompanhar o processo de implementação, com vistas a empregar bem o tempo, manter o ritmo de trabalho, realizar as ações previstas, empregar adequadamente os recursos e esforços previstos, dentre outros aspectos, com foco na promoção da aprendizagem dos alunos. O registro, organização e sistematização dos dados são imprescindíveis para se poder comparar, articular e associar resultados obtidos por diferentes instrumentos. Sem essa comparação e associação é impossível construir uma visão abrangente dos dados e transformá-los em informações úteis para a compreensão da realidade educacional, os efeitos de suas práticas e a tomada de decisão para futuras intervenções. Os dados precisam ser coletados e registrados regularmente, de modo que se possa fazer qualquer análise significativa e desenvolver alguma compreensão a partir dos dados. Diante do exposto, é fundamental um diretor, quando realiza um monitoramento em sua escola manter mapas de registro do histórico do cotidiano escolar. A banca mantém o gabarito publicado A.

Fonte:

- Lück, Heloísa- Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa correta D, no que se refere a planejamento dialógico, segundo Padilha (1994, p. 33), que esclarece: “[...] é o processo que envolve a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos”. O planejamento dialógico é, na verdade, uma forma de resistência e representa uma alternativa ao planejamento autoritário, burocrático, centralizado e descendente, que ganhou as estruturas dos nossos sistemas educacionais e das nossas redes escolares”. (Padilha. 1994, p.25). Ainda relata que damos um novo sentido à atividade de planejar quando defendemos a concepção dialógica, visto que: (...) a razão é inseparável da emoção quando dizemos que é necessário organizar as prioridades e as ações escolares e educacionais para construir projetos e

políticas emancipadoras, que nos permitam desvelar a realidade e revelar a nossa pronúncia, garantir a nossa voz...[...]

O planejamento dialógico é, na verdade, uma forma de resistência e representa uma alternativa ao planejamento autoritário, burocrático, centralizado e descendente, que ganhou as estruturas dos nossos sistemas educacionais e das nossas redes escolares”. Assim, o Planejamento Dialógico é contextualizado e responde às marcas e aos valores da sociedade para qual é realizado. Estabelece relação de poder e podendo agir na direção de mudanças e da construção de novas realidades, bem como influenciam na condição de vida social ficando evidente que professor/aluno, devem trabalhar juntos, abrindo seus diálogos em prol dos objetivos, as decisões não ficarão engessadas no âmbito escolar, se expandirá nas demais relações sociais (Padilha, 1994).

Portanto, a alternativa C, como dispõe o argumento recursal, trata-se de Planejamento Estratégico, segundo Oliveira, que é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada. (2004, p. 47). Trata-se na constante a preocupação em conferir racionalidade ao funcionamento do sistema, em focar esforços na aprendizagem dos alunos, em melhorar a qualidade da gestão educacional e escolar e em estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados, enfim, de fortalecer a capacidade de melhoria no processo ensino e aprendizagem.

A banca mantém o gabarito publicado D.

Fonte:

- PADILHA, R. P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político- pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001. 1994.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca do item citado para avaliar a supracitada questão se, verdadeiro ou falsa: “enquanto construção social, o currículo resulta de processos conflituosos e de decisões negociadas “, trata-se de uma afirmativa verdadeira. No que se refere às disciplinas escolares, Nereide Saviani aponta que os interesses dos grupos dominantes na sociedade, a forma como veem o papel e a importância da educação e as finalidades impostas pelos diferentes tipos de ensino e por necessidades socioculturais diversas, interferem diretamente no seu desenvolvimento. Também, nas considerações da autora, as principais mudanças advêm, principalmente, da transformação social e cultural dos públicos escolares, ponderando, ainda, que as disciplinas escolares, por sua vez, adquirem uma existência autônoma no interior da escola, pois, ao passo que transformam os conteúdos culturais em saber escolar, tornam-se capaz de interferir também na cultura da sociedade. Em seus apontamentos, Nereide Saviani (1994), torna claro que não há “currículos ideais”, totalmente adequados a uma única teoria, pois sua elaboração decorre de soluções negociadas e sua aplicação é permeada por conflitos entre as interpretações que se fazem e o grau de aceitação/rejeição das propostas, bem como, do “choque” com o que já está instituído.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado A.

Fonte:

- SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “Considerando o emprego do acento grave indicador da crase, assinale a alternativa em que as lacunas indicadas no texto deveriam ser preenchidas com “à” (as demais são preenchidas com o termo “a” sem uso do acento)”, a alternativa “B) II e III.” foi adequadamente indicada como correta. Crase (´) é a junção da preposição a com o artigo definido a. Também pode ser a junção da preposição a com pronomes que começam com a (aquela, aquele, aquilo). A junção a + a resulta no a com crase, ou seja, em à, àquela, àquele, àquilo. A crase pode ser usada nas seguintes situações: antes de palavras femininas; quando acompanham verbos que exijam o uso da preposição “a” como, por exemplo, os que indicam destino (ir, voltar, vir); nas locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas; antes dos pronomes demonstrativos aquilo, aquela, aquele; antes da locução “à moda de” quando ela estiver subentendida; na indicação de horas exatas.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. Ed. Saraiva.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Gabarito alterada para alternativa D.

A alternativa correta é “D”: O patrimônio acumulado, no caso de sua dissolução, deve ser destinado a outra instituição semelhante, conforme determina a lei, pois segundo o Artigo 61 da Lei nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – Código civil:

“Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.”

As alternativas “A) O patrimônio acumulado, no caso de sua dissolução, é dividido de forma igual entre os sócios.” e “B) O patrimônio, no caso de dissolução, é dividido de acordo com a movimentação comercial do associado.” estão incorretas pois ferem o artigo 61 do código civil. A alternativa “C) Por meio de assembleia geral, as sobras das relações comerciais podem ser distribuídas entre os associados.” não diz respeito a distribuição de sobras de associações, mas sim cooperativas.

Fonte:

- BRASIL, LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – Institui o Código Civil. Brasília: DF, Diário Oficial da União, 2002.
- SEBRAE, As principais diferenças entre associação e cooperativa. Disponível em <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD#:~:text=Associa%C3%A7%C3%A3o%3A%20patrim%C3%B4nio%20formado%20por%20taxas,portanto%2C%20financiamentos%20em%20institui%C3%A7%C3%B5es%20financeiras>.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Infere-se que a questão apresenta o seguinte enunciado: “O concreto é uma mistura de vários componentes em determinadas proporções as quais chamamos de dosagem ou traço. Assim, um concreto no traço 1:2:3 terá as proporções de:”

Apesar de não apresentar o termo concreto no conteúdo programático o estudo do processo de concretagem e, portanto, de seus traços diz respeito diretamente ao item do conteúdo programático construções rurais no qual este material de construção é um dos mais utilizados. O Concreto segundo Souza (1997) é um material de construção resultante da mistura de um aglomerante (cimento), com agregado miúdo (areia grossa), agregado graúdo (brita ou cascalho lavado), e água em proporções exatas e bem definidas. Seu uso nas construções rurais é bastante amplo sendo utilizado na construção de terreiros de café, pisos de curais, galpões entre outros.

Fonte:

- ABCP, Guia de Construções Rurais a base de cimento – Vol 2. ABCP: São Paulo. 52p
- SOUZA, J.; L. M. Manual de Construções rurais., - Curitiba: DETR/SCA/UFPR, 1997. 165 p

Cargo: Engenheiro Ambiental

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo o Art. 17 da Lei Federal nº 11.428/2006 “O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.” Por outro lado, o Artigo 6º da Lei Estadual SP 13.550/2009 estabelece que “A supressão de vegetação nos estágios médio e avançado de regeneração para as fisionomias cerrado e cerrado “stricto sensu” dependerá de prévia autorização do órgão ambiental competente e somente poderá ser autorizada, em caráter excepcional, quando necessária à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública ou interesse social definidos nesta lei, com comprovação de inexistência de alternativa técnica e locacional para o fim pretendido, ressalvado o disposto no artigo 7º desta lei. Parágrafo único - A autorização prevista no “caput” deste artigo estará condicionada à compensação ambiental, na forma de preservação de área equivalente a quatro vezes a área desmatada, em área ocupada por vegetação pertencente ao Bioma Cerrado, ou à recuperação ambiental de área equivalente a quatro vezes a área desmatada, na mesma bacia hidrográfica, preferencialmente na mesma microbacia.” Sendo assim, a compensação ambiental em todos os casos independerá da tipologia da área com a vegetação suprimida.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm
- <https://www.al.sp.gov.br/>
- <repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13550-02.06.2009.html>

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tratamento terciário objetiva, no caso de esgotos sanitários, a redução das concentrações de N e P. Por outro lado, o tratamento primário envolve a remoção de sólidos grosseiros (grades), sedimentação e flotação. No tratamento secundário ocorre a degradação biológica de compostos carbonáceos.

Fonte:

- Tratamento de esgotos sanitários por processo anaeróbio e disposição controlada no solo.” José Roberto Campos (coordenador). -- Rio de Janeiro: ABES, 1999. 464 p.: il. Projeto PROSAB.

Cargo: Engenheiro Eletricista

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado “Considerando as informações e ideias expostas pelo texto, analise as afirmativas a seguir.”, a alternativa “D) I e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho destacado a seguir: “[...] medida que pesquisas de mercado indicavam que as vendas dependiam da capacidade de manipular desejos do consumidor e até mesmo de criar desejos nele, a propaganda comercial foi deixando de apresentar o produto propriamente dito (com suas propriedades, qualidades, durabilidade) para afirmar os desejos que ele realizaria: sucesso, prosperidade, segurança, juventude eterna, beleza, atração sexual, felicidade. Em outras palavras, a propaganda ou publicidade comercial passou a vender imagens e signos, e não as próprias mercadorias.” A alternativa “A) I, II e III.” não pode ser indicada como correta. A afirmativa “II. Embora existam conflitos estabelecidos entre os diferentes momentos da história citados no texto, o conceito inicial de propaganda permanece o mesmo.” não pode ser considerada correta. Conceito é diferente de objetivo. Conceito: compreensão que alguém tem de uma palavra; noção, concepção, ideia. “seu c. de moral é antiquado”; faculdade intelectual e cognoscitiva do ser humano; mente, espírito, pensamento. “isso não entra no meu conceito”. Objetivo: substantivo masculino: Aquilo que se pretende alcançar, conseguir ou atingir. = alvo, fim, meta, propósito.

Fonte:

- O próprio texto.
- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. Ed. Saraiva.

BRANCA
31

Recurso Procedente. Questão anulada.

Houve erro no comando da questão, de modo que o texto certo deveria ser para marcar a opção INCORRETA, razão pela qual a questão foi anulada por haver mais de uma alternativa correta.

Fonte:

- Edminister, Joseph A. Circuitos elétricos, 2ª Edição. Coleção Shaum. São Paulo. 1991.

BRANCA
36

Recurso Procedente. Questão anulada.

Houve erro no comando da questão, de modo que o texto certo deveria ser para marcar a opção CORRETA, razão pela qual a questão foi anulada por haver mais de uma alternativa INCORRETA.

Fonte:

- Manual para Correção do Fator de Potência, WEG. Pág. 7
- www.weg.net

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que a questão possui as seguintes afirmativas:

- I. 1: transformador elevador e 6: distribuição primária
- II. 2: linha de transmissão e 5: transformador abaixador
- III. 3: transformador elevador e 4: distribuição secundária

Contudo, segue abaixo as corretas indicações de acordo com o diagrama apresentado:

- I. 1: transformador elevador e 4: distribuição primária:
- II. 2: linha de transmissão e 5: transformador abaixador -> única afirmativa CORRETA
- III. 3: transformador abaixador e 6: distribuição secundária

Portanto, a opção correta é a letra B.

Fonte:

- Creder, Hélio. Instalações elétricas. 15 ed. Rio de Janeiro. LTC 2007

BRANCA
39

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A opção correta é a letra C – Não Inversor.

O circuito representa um amplificador do tipo:

- A) Inversor.
- B) Diferencial.
- C) Não inversor.**
- D) Seguidor de sinal.

Fonte:

- Eletrônica Volume 1. Albert Paul Malvino, 4ª Edição. Pearson Education. Makron Books. São Paulo. Janeiro de 1996.

BRANCA
40

Recurso Procedente. Questão anulada.

Houve erro nas alternativas da questão, de modo que possuem duas alternativas iguais, razão pela qual a questão foi anulada por haver mais de uma alternativa correta.

Fonte:

- BOYLESTAD, Robert; Dispositivos Eletrônicos e Teoria de Circuitos - 11ª ED. 2013 - Editora Pearson.

Cargo: Guarda Civil Metropolitana – Feminino e Masculino

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A crônica se inicia com a frase “domingo pede cachimbo”, advinda de uma popular parlenda: “Hoje é domingo / Pede cachimbo / Cachimbo é de barro / Bate no jarro [...]”. Como o autor a evoca de modo a referenciá-la, faz-se correta a alternativa “Parlenda”. O trecho não advém de uma fábula, mito do folclore nacional ou conto de fadas, o que descarta consideração quanto às alternativas diversas.

Conforme se pode constatar nas fontes abaixo disponibilizadas: “As parlendas integram a cultura popular e são versinhos com rima fácil que tratam de temas infantis, envolvendo, muitas vezes, a associação entre o recitar e o expressar-se corporalmente”.

“Parlenda é gênero literário que trabalha essencialmente com a repetição e recorrência.

Torna-se, assim, um texto anunciativo, que vai deixando pistas, sinalizando a ‘existência de contratos, de acordos tácitos, perpetuados ou recriados, entre produtores e receptores, envolvidos pelas práticas sociais comuns a determinados grupos’, como nos diz Najara Ferrari Pinheiro. Parlenda, muitas vezes, é como ‘cobra mordendo o próprio rabo’, parece não ter fim. Por isso a brincadeira, o sorriso, a poesia.”

Questões como esta estão previstas no conteúdo programático do certame a partir do item “Interpretação de texto”.

Fonte:

- GOMES, D. O.; SANTOS, N. M. dos. O uso das parlendas na terapia comunitária integrativa. Temas em Educação e Saúde, Araraquara, v. 12, n. 2, p. 145–162, 2016. DOI: 10.26673/tes.v12i2.10224. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/10224>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- SILVA, Marisa. O que vamos aprender hoje?. Cara Professora, Caro Professor, p. 64, 2008. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/59900747/plano_de_leitura_mec20190630-124920-ucxgbs-libre.pdf?1561921879=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPraticas_de_Leitura_e_Escrita.pdf&Expires=1705611616&Signature=QVlmrKuXjrUg9gbgH4TVIN-YnXq63~mfCIE6nic050VLp~0BzjZWErVruoYw1SSAX3aFSsYD7pTQ8qNFuR08b1cX-CUXE6MVYD0n2rDJDahw3sWzAwRZDGnQhJvyBp4Mg9vLFHqoZ7GqoyuLWHhqwUQ23tLYd~pewlhEpQ7RdGMkbWQYcTgPVuzF7SH0QDvgmLBZ7fEILYaZ6JKoVxijeLORW0kzZyZpchiwmdItPVuRFs6tI5Y6exfUdib2718YWLvkkxThmY8EiLpViMBXnMbDGj5LpImAqCZISK0YsZrPxslOiJuR1XiO0tDi6v6dBCMWyN58-jqsPeHCZ8K8ZA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSL. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Cegalla, diz-se sujeito oculto ou elíptico “quando está implícito, isto é, quando não está expresso, mas se deduz do contexto”. No trecho em questão, embora o sujeito não esteja explícito na oração, basta a consideração quanto ao contexto para concluir que o personagem se referia aos peixes. Está correto, portanto, o que se dispõe na alternativa “‘Os peixes’; elíptico”.

Não se pode classificá-lo como composto por, além de sequer dispor-se explícito na oração, contar apenas um núcleo: “peixes”. Não está correta, portanto, a alternativa “‘Os peixes’; composto”.

É, sim, possível identificar o sujeito. Portanto, ele não é indeterminado, e o verbo não é impessoal. Excluem-se, portanto, as alternativas “Não é possível identificar o sujeito, pois é indeterminado” e “Não é possível identificar o sujeito, pois o verbo é impessoal”.

Fonte:

- O próprio texto.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Bechara: “Levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, quer decrescente ou crescente: ágeis, devêreis, jóquei, túneis, área, espontâneo, ignorância, imundície, lírio, mágoa, régua, tênue”. Também é o caso do vocábulo “benefício”, o que torna a alternativa “Terminado em ditongo oral átono” correta.

“Benefício” não é forma verbal terminada em “o” tônico, proparoxítono ou oxítono terminado em ditongo aberto, o que descarta as alternativas diversas.

Em relação à alegação de que a palavra “benefício”, a depender da pronúncia, poderia se configurar como proparoxítona — o que ensejaria consideração quanto à alternativa “Proparoxítono” —, recorre-se a Celso Cunha: “Não se separam as letras com que representamos:

- a) os ditongos e os tritongos, bem como os grupos ia, ie, io, oa, ua, ue e uo, que, quando átonos finais, soam normalmente numa sílaba (ditongo crescente), mas podem ser pronunciados em duas (hiato)”.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª ed. 2001.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorre-se à definição do dicionário Aulete para “barato” em seu sentido de gíria:

Barato: Aquilo ou aquele que desperta grande aprovação ou entusiasmo; algo ou alguém muito bom, muito divertido etc.: Nossa viagem foi um barato.

Já conforme o Meu Dicionário:

Barato: coloquial coisa ou pessoa que é boa, bonita ou provoca prazer

⟨aquele moleque é um barato!⟩

É correto, portanto, o que se dispõe na alternativa “Agradável, bom e/ou bonito”. Não há contexto que enseje o significado de “barato” como gíria para referir-se a alguém ou algo descompromissado, sem disciplina, jocoso, cômico, satírico, inconsistente ou imprevisível, o que torna incorretas as alternativas diversas.

Fonte:

- <https://www.aulete.com.br/barato>
- <https://www.meudicionario.org/barato>

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A locução adverbial é utilizada no texto com o propósito de conferir-lhe intensidade, pois se refere à alta intensidade com que a cidade funciona para produzir riqueza e desenvolvimento. Com isso, faz-se correta a alternativa “Intensidade”.

Não há contexto que enseje a interpretação de que “a mil por hora” se refira a circunstâncias de afirmação, tempo ou lugar, pois nenhum desses aspectos é levantado por seu uso, ao contrário de intensidade. São incorretas, portanto, as alternativas diversas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA
15

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

A resposta correta para a questão é a letra B) O usuário mudou o diretório inicial para C:\; em seguida, criou uma pasta chamada “Arquivos”; e, listou todo o conteúdo de C:\ para verificar se a pasta foi criada.

Fonte:

- <https://www.infowester.com/tutdos.php>

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão anulada.

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar a seguinte regra de três composta:

Farmacêutico		Dias		Medicamentos
4	↓	5	↑	1500
x		4		3000

Assim, o número x de farmacêuticos deve satisfazer:

$$\frac{4}{x} = \frac{4 \cdot 1500}{5 \cdot 3000} \rightarrow x = 10$$

A questão gera ambiguidade ao não deixar claro se os 10 funcionários serão todos novos ou não, permitindo duas respostas: 10 ou 6.

Desse modo, a questão foi anulada.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o enunciado, somente uma das afirmações é verdadeira. Logo, deve-se analisar cada caso e concluir se há contradições ou não:

- Se a primeira afirmação é a única verdadeira, então Kelly é mais baixa que Joelma, Joelma é mais baixa que Lourdes e Lourdes não é 10 cm mais baixa que Kelly. Assim, Kelly tem 1,55 m, Joelma tem 1,60 m e Lourdes tem 1,65 m. Não há contradições.
- Se a segunda afirmação é a única verdadeira, então Joelma é mais alta que Lourdes e Kelly é mais alta que Joelma. Assim, Lourdes tem 1,55 m, Joelma tem 1,60 m e Kelly tem 1,65 m. Chega-se a uma contradição, pois como a terceira afirmação é falsa, Lourdes não pode ser 10cm mais baixa que Kelly.
- Se a terceira afirmação é a única verdadeira, então Lourdes é 10cm mais baixa que Kelly. Assim, Lourdes é a mais baixa de todas (1,55m). Como a segunda afirmação é falsa, Joelma deveria ser mais baixa que Lourdes e chega-se a uma contradição.

Portanto, Kelly tem a menor altura e Lourdes tem a maior altura.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não merece prosperar o recurso interposto pelas razões a seguir expostas:

A infração cometida por Marcos é punida com advertência. Vejamos:

Art. 169 A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante no Art. 160, incisos I a VIII, e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

[...]

Art. 160 Ao servidor é proibido: [...] III - recusar fé a documentos públicos;

[...]

Art. 182 A ação disciplinar prescreverá: [...] III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

Fonte:

- <https://pitangueiras.sp.gov.br/arquivos/storage/app/media/legislacoes/estatuto-do-servidor-publico-municipal/lei-ordinaria-1904-1997-pitangueiras-sp-consolidada-13-02-2023.pdf>

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não merece prosperar o recurso interposto considerando que a questão tomou como base, exclusivamente, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras, deste modo, todas as afirmativas estão corretas.

Vejamos os dispositivos legais que embasam a questão:

I. Art. 221 Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

II. Art. 223 São isentos de quaisquer recolhimentos os requerimentos, certidões e outros papéis que na ordem administrativa sejam do interesse do Servidor Público Municipal, ativo, inativo e pensionistas

III. CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS Art. 1º Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo. [...] §2 O tempo de serviço prestado ao município como celetista, será contado integralmente para efeito de quinquênio,

anuênio, sexta parte e aposentadoria, para os que forem aprovados em concurso público.

IV. Art. 218 Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Fonte:

- <https://pitangueiras.sp.gov.br/arquivos/storage/app/media/legislacoes/estatuto-do-servidor-publico-municipal/lei-ordinaria-1904-1997-pitangueiras-sp-consolidada-13-02-2023.pdf>

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não merece prosperar o recurso interposto pelas razões a seguir expostas:

Todas as afirmativas são verdadeiras. Vejamos:

I. **CORRETO.** O argumento utilizado foi a ideia de dignidade da pessoa humana e paternidade responsável, lembrando o art. 226, § 7.º. De fato, o Estado não pode, constitucionalmente, restringir a quantidade de filhos por casal. A Constituição, contudo, determina o dever de orientação em relação ao planejamento familiar. (Conferência do Cairo, realizada entre 5 e 13.09.1994), apesar da forte resistência de setores conservadores traz as seguintes disposições sobre os direitos de reprodução e saúde reprodutiva: “os direitos de reprodução abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos de acordos. Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos.

II. **CORRETO.** Dessa forma, em 12.04.2012, por maioria de votos, o Plenário do STF, enaltecendo o direito à dignidade da pessoa humana, à liberdade no campo sexual, à autonomia, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral e à saúde (arts. 1.º, III; 5.º, caput e incisos II, III e X; e 6.º, caput, da CF/88), julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade de interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos arts. 124, 126 e 128, I e II, todos do Código Penal (cf. Inf. 661/STF). A partir dessa decisão proferida em sede de ADPF, portanto com efeitos erga omnes e vinculante, o Conselho Federal de Medicina editou a Res. n. 1.989/2012, dispondo sobre o diagnóstico de anencefalia para a antecipação terapêutica do parto, considerando este o pressuposto fático fundamental para a realização do procedimento.

III. **CORRETO.** Eutanásia: por alguns chamada de “morte serena”, “morte doce”, “boa morte”, consiste em abreviar a vida de doente incurável e terminal, procurando diminuir a sua dor ou sofrimento. Conforme explicam Barroso e Martel, a eutanásia pode ser definida como a “ação médica intencional de apressar ou provocar a morte — com exclusiva finalidade benevolente — de pessoa que se encontre em situação considerada irreversível e incurável, consoante os padrões médicos vigentes, e que padeça de intensos sofrimentos físicos e psíquicos”.³³ Os autores ainda estabelecem três espécies do instituto: a) eutanásia voluntária: “quando há expresso e informado consentimento”; b) eutanásia não voluntária: “quando se realiza sem o conhecimento da vontade do paciente”, por exemplo, no caso de pacientes incapazes; c) eutanásia involuntária: “quando é realizada contra a vontade do paciente. No que toca à eutanásia involuntária, há um relevante e adequado consenso jurídico quanto ao seu caráter criminoso”.³⁴ Atualmente, não tendo ainda o STF apreciado a matéria, a eutanásia enseja a prática do crime previsto no art. 121, § 1.º, CP, qual seja, homicídio privilegiado, já que praticado por motivo de relevante valor moral e, por esse motivo, a prescrição normativa da causa de diminuição de pena. Alguns autores o denominam “homicídio por piedade”. Nesse sentido, o item 39 da Exposição de Motivos do Código Penal estabelece que, “por ‘motivo de relevante valor social ou moral’, o projeto entende significar o motivo que, em si mesmo, é aprovado pela moral prática, como, por exemplo, a compaixão ante o irremediável sofrimento da vítima (caso do homicídio eutanásico)”. Não se pode confundir o conceito acima definido de eutanásia, por alguns denominado eutanásia ativa (ou em sentido estrito), “consistente na ação deliberada de matar, por exemplo, ministrando algum medicamento, ou mediante a supressão de um tratamento já iniciado”, com a eutanásia passiva, essa consistente na “omissão de algum tratamento que poderia assegurar a continuidade da vida, caso ministrado”.

IV. **CORRETO.** Conforme jurisprudência do STF, “o uso legítimo de algemas não é arbitrário, sendo de natureza excepcional, a ser adotado nos casos e com as finalidades de impedir, prevenir ou dificultar a fuga ou reação indevida

do preso, desde que haja fundada suspeita ou justificado receio de que tanto venha a ocorrer, e para evitar agressão do preso contra os próprios policiais, contra terceiros ou contra si mesmo. O emprego dessa medida tem como balizamento jurídico necessário os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade” (HC 89.429, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 22.08.2006, DJ de 02.02.2007). Nesse sentido, destacamos a SV 11/2008, com a seguinte redação: “só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”.

Ademais, é válido ressaltar que a questão foi elaborada de acordo com o conteúdo programático disposto no edital normatizador do certame.

A saber:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: GUARDA CIVIL METROPOLITANA – MASCULINO E FEMININO: Constituição da República Federativa do Brasil - 1988: 1.1. Título I; 1.2. Título II Capítulo I/Art. 5º: Dos Direitos e Deveres individuais e coletivos. Lei Federal nº 8.069 de 13.07.1990 – Estatuto da criança e do adolescente – ECA; Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Lei Federal nº 10.741 de 01/10/2003 – Estatuto do Idoso; Lei Federal nº 10.826 de 22.12.2003 – Estatuto do Desarmamento; Lei Federal nº 11.340 de 07.08.2006 – Estatuto da Mulher (Lei Maria da Penha); Lei Federal nº 12.288 de 20/07/2010 – Estatuto da Igualdade Racial. Lei Complementar Municipal nº 4.295/2023.

Fonte:

- Lenza, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado - 27ª edição 2023 (Portuguese Edition).
- <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=CTFWrhqcg3U=>

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não merece prosperar o recurso interposto considerando que a solução da questão encontra-se abarcada no Art. 36 da Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

Vejamos:

Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º As condutas previstas no caput serão constatadas por: (Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012)

I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou (Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012).

Ademais, é válido ressaltar que a questão foi elaborada de acordo com o conteúdo programático disposto no edital normatizador do certame.

A saber:

GUARDA CIVIL METROPOLITANA – MASCULINO E FEMININO: Constituição da República Federativa do Brasil - 1988: 1.1. Título I; 1.2. Título II Capítulo I/Art. 5º: Dos Direitos e Deveres individuais e coletivos. Lei Federal nº 8.069 de 13.07.1990 – Estatuto da criança e do adolescente – ECA; Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro; Lei Federal nº 10.741 de 01/10/2003 – Estatuto do Idoso; Lei Federal nº 10.826 de 22.12.2003 – Estatuto do Desarmamento; Lei Federal nº 11.340 de 07.08.2006 – Estatuto da Mulher (Lei Maria da Penha); Lei Federal nº 12.288 de 20/07/2010 – Estatuto da Igualdade Racial. Lei Complementar Municipal nº 4.295/2023.

Fonte:

- <https://www.institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=CTFWrhqcg3U=>

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não merece prosperar o recurso interposto pois, de acordo com o art. 6º, §3º, da Lei 10.826/2003, a autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais é CONDICIONADA.

Vejam os:

"Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

[...]

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça. (Redação dada pela Lei nº 10.884, de 2004)"

As demais alternativas estão incorretas.

A saber:

Na realidade, conforme aponta o art. 6º, §7º, da Lei 10.826/03, é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

[...]

§ 7º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)".

De acordo com a ADC 38/DF, ADI 5538/DF e ADI 5948/DF, é permitido o porte de arma de fogo ao guarda municipal INDEPENDENTEMENTE do número de habitantes do município.

A alternativa buscou conhecimento sobre o art. 8º da RESOLUÇÃO CONJUNTA (CNMP/CNJ) nº 4, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014, a qual atribui a cada órgão de segurança a responsabilidade da guarda e manutenção das armas de fogo. Não sendo, portanto, atribuição ou responsabilidade da Polícia Federal.

"Art. 8º O órgão de segurança de cada Instituição será responsável pela guarda e manutenção adequada das armas de fogo institucionais, da munição e acessórios, devendo manter rigoroso controle de utilização que conste: o registro da arma, sua descrição, o número de série e calibre, a quantidade e o tipo de munição fornecida, a data e o horário de entrega e a descrição sucinta da atividade a ser desenvolvida pelo servidor."

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm
- RESOLUÇÃO CONJUNTA (CNMP/CNJ) nº 4, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014,

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicitou que o candidato apontasse a alternativa INCORRETA.

Deste modo, a alternativa A está em desacordo com o art. 42, o Poder Executivo federal poderá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negro.

Observe que é uma faculdade "poderá" e não uma obrigatoriedade imposta ao Poder Executivo Federal.

Vejam os dispositivo legal:

Art. 42. O Poder Executivo federal poderá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

Fonte:

- Lei Federal nº 12.288 de 20/07/2010 – Estatuto da Igualdade Racial.

BRANCA
09

Recurso Procedente. Questão anulada.

Considerando a questão em comento, possui uma divergência quanto ao gabarito. A questão solicita que se assinalasse a alternativa em que o significado da palavra em destaque se encontrasse incorreto quanto ao contexto apresentado; na alternativa A, não se encontra problemas, pois “admirável” refere-se ao sinônimo correto e adequado ao contexto de “digna”; na alternativa D, o vocábulo “insignificante” trata-se do sinônimo correto e adequado ao contexto de “irrisório”. No entanto, o gabarito da questão publicado refere-se a letra B, onde ocorre a presença do antônimo de “súbito” = “esperado” que não estaria correto quanto ao contexto; porém, na alternativa C, a palavra “intimidar” também não se encaixa perfeitamente no contexto da frase [...] ele se perturba, constrangido – vacila, ameaça abaixar a cabeça, [...]”, portanto, há ambiguidade de incorreções na questão, devendo ser anulada.

Fonte:

- O próprio texto.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2009.

BRANCA
37

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Analisando a razão recursal constata-se que, de fato, a hipertensão arterial do paciente em questão encontra-se no estágio 3, pois apresenta pressão arterial diastólica de 113mmHg (PA diastólica maior que 110mmHg), devendo o gabarito ser alterado para letra D.

Fonte:

- Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial 2020 Arq Bras Cardiol. 2021; 116(3):516-658).

BRANCA
38

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Analisando a razão recursal constata-se que em pacientes com insuficiência mitral primária importante que são assintomáticos, recomenda-se o tratamento em pacientes com FEVE entre 30 e 60% e/ou Diâmetro Sistólico do VE maior ou igual a 40mm. A plastia da valva mitral é indicada principalmente em pacientes não reumáticos, portanto a melhor alternativa é a letra B.

Fonte:

- Atualização das Diretrizes Brasileiras de Valvopatias 2020 --- Arq Bras Cardiol. 2020; 115(4):720-775)

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em casos de apendicite complicada com abscesso, a abordagem pode envolver inicialmente a drenagem do abscesso, seguida pela apendicectomia de intervalo após a resolução do episódio agudo.

A apendicectomia de intervalo tem como objetivo aumentar as taxas de sucesso de uma apendicectomia vídeolaparoscópica - minimamente invasiva, conceitualmente. Minimamente invasivas (as condutas de drenagem e apendicectomia de intervalo) - conforme na melhor assertiva da questão.

Diante do exposto a banca MANTÉM o gabarito letra D):

D) Minimamente invasivas são para apendicite complicada com abscesso; envolve a drenagem do abscesso, seguida por apendicectomia de intervalo.

Fonte:

- Sallinen, V. J. et al. (2018). "A Risk Scoring System to Predict the Need for Surgery in Acute Complicated Diverticulitis." *Annals of Surgery*, 267(5), 923–928. doi: 10.1097/SLA.0000000000002365

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Paciente idosa, com múltiplas comorbidades e dentre elas cardiopatia está com quadro agudo de colecistite complicada com abscesso e sepse.

Essa paciente não suportaria um trauma cirúrgico maior nesse momento. Diante disso, a melhor alternativa é tratar a sepse com reanimação parcimoniosa da volemia devido a cardiopatia, administrar antibiótico de largo espectro e drenar o abscesso e a vesícula, num primeiro momento. A colecistectomia deverá ser realizada sim, mas em momento oportuno após melhor clínica ou na falha destas medidas clínicas e de intervenção minimamente invasiva.

B) Realizar reanimação volêmica parcimoniosa, antibioticoterapia de amplo espectro, drenagem percutânea do abscesso com colecistostomia de urgência e monitorização contínua em terapia intensiva.

Fonte:

- Carr, S. C. et al. (2018). "Gas-forming acute cholecystitis: A systematic review." *International Journal of Surgery*, 55, 65–72. doi: 10.1016/j.ijsu.2018.05.003

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra C) indo até a guia "Inserir", clicando, em seguida, em "Imagens" e escolhendo a opção desejada.

O verbo "ir" na língua portuguesa é utilizado para descrever o ato de mover-se de um lugar para outro, seja fisicamente ou de maneira figurada.

A instrução de "indo até a guia 'Inserir', clicando, em seguida, em 'Imagens' e escolhendo a opção desejada" está formulada de maneira sucinta e direta, proporcionando uma orientação concisa para os candidatos. A alternativa está bem elaborada seguindo os passos para inserir uma imagem no texto do Word, independente da vírgula mencionada.

Fonte:

- Inserir imagens – Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/inserir-imagens-3c51edf4-22e1-460a-b372-9329a8724344#:~:text=Inserir%20uma%20imagem%20do%20meu,desejada%20e%20clique%20em%20Abrir>
- FERREIRA, M. C. Informática Aplicada. 3ed. São Paulo, Érica, 2016.
- Significado de Ir. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ir/>

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D) 1. Protocolo 2. Tipo de servidor 3. Nome de domínio 4. Categoria de domínio.

Segundo MARÇULA (2013, p.327) a composição de uma URL é:

A World Wide Web (WWW) é um sistema de servidores internet que utilizam como protocolo principal o Hyper Transfer Protocol (HTTP), mas esse sistema pode trabalhar com outros protocolos para realizar vários serviços diferentes.

O nome de domínio (domain name) indica o grupo de computadores que será acessado por intermédio daquele nome.

O URL especifica em qual computador e em qual diretório está o arquivo correspondente à página Web desejada.

O URL é formado de modo geral por:

Protocolo://servidor.dominio/caminho/nome_arquivo

Observe esse URL real para determinar os seus componentes:

Analisando a imagem da alternativa. Temos a mesma configuração:

http – Protocolo

www – Tipo de servidor

nomedosite – domínio

com – categoria do domínio

Sendo que: segundo Marçula(2013, p.327) As categorias de domínio (top level domain) indicam o tipo de instituição portador do domínio. Na década de 1980, foram criadas sete categorias de domínio:

.com (empresas comerciais)

.net (provedores de acesso à internet)

.org (organizações não governamentais sem fins lucrativos)

.edu (instituições de ensino, normalmente de ensino superior)

Portanto, a alternativa correta é a letra D) 1. Protocolo 2. Tipo de servidor 3. Nome de domínio 4. Categoria de domínio.

Fonte:

- MARÇULA, M. Informática: conceitos e aplicações 4ed. São Paulo, Érica, 2013

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o candidato que não há alternativa correta. A referida alegação deve ser rejeitada eis que a alternativa indicada como correta está de acordo com os Arts. 52, inciso I e 55 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 52, Inciso II “a” e 54 da referida lei.

Fonte:

- Arts. 52, inciso I e 55 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 52, Inciso II “a” e 54 da referida lei.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o candidato erro na questão. A referida alegação deve ser rejeitada eis que a alternativa apontada como correta está de acordo com Art. 74 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos dos Arts. 73, 78 e 79 da referida lei.

Fonte:

- Art. 74 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos dos Arts. 73, 78 e 79 da referida lei.

Cargo: Médico Infectologista

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o candidato a ausência de uma alternativa correta. A referida alegação deve ser rejeitada eis que há somente uma alternativa correta e a mesma está de acordo com os Arts. 44, parágrafo único e 45, §1º da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 46 e 44 caput.

Fonte:

- Arts. 44, parágrafo único e 45, §1º da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 46 e 44 caput.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa "B" está incorreta "POIS A PRIMAQUINA FRENTE À SITUAÇÃO DESCRITA, NÃO DEVE SER ADMINISTRADA EM ALGUMAS SITUAÇÕES". De fato, em algumas situações ela não deve ser administrada, que seriam as suas contraindicações. No entanto, a afirmativa é clara ao dizer: "COMO REGRA". Nitidamente, os cenários descritos de "GESTAÇÃO E MENORES DE 6 MESES" são exceções à regra. Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- Guia de tratamento da malária no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis – 2. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a digoxina, "comprovadamente tem impacto na morbi-mortalidade de paciente com insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida", o que está incorreto.

De fato, a digoxina tem indicação para alguns pacientes com insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida, no entanto tal fármaco não tem efeito na redução da MORTALIDADE. Seus benefícios incluem a redução dos sintomas e hospitalizações.

Fonte:

- Comitê Coordenador da Diretriz de Insuficiência Cardíaca. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda. Arq Bras Cardiol. 2018; 111(3):436-539.

BRANCA
37

Recurso Procedente. Questão anulada.

No cenário de lesão uretral associada a fratura pélvica, a colocação de cateter suprapúbico (CSP) permanece o padrão ouro para drenagem urinária. A colocação do (CSP) na linha média abdominal inferior facilita o tratamento como o primeiro passo tanto para uretroplastia definitiva tardia quanto para realinhamento endoscópico primário. O cateter suprapúbico pode ser colocado percutaneamente ou por técnica aberta;

Fonte:

- American Urological Association, Guideline Urotrauma 2020
- <https://www.auanet.org/guidelines-and-quality/guidelines/urotrauma-guideline#x3268>

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A artéria vesical inferior é um vaso sanguíneo que desempenha um papel importante na vascularização da bexiga e da porção distal do ureter. A artéria vesical inferior geralmente se origina da artéria pudenda interna, que é um ramo da artéria ilíaca interna. A artéria vesical inferior percorre um trajeto em direção à bexiga urinária, fornecendo irrigação sanguínea para várias regiões, incluindo a porção distal do ureter. Em contextos clínicos, a artéria vesical inferior é relevante em procedimentos cirúrgicos urológicos, como cistectomias parciais ou totais, nos quais a preservação dessa artéria pode ser crucial para evitar complicações isquêmicas.

Fonte:

- MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. Anatomia orientada para a clínica. 8 Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019, 1095 p.

BRANCA
40

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O linfogranuloma venéreo (LGV) é caracterizado por linfadenopatia inguinal supurativa, uma manifestação distintiva que diferencia essa DST de outras. O tratamento geralmente envolve terapia antibióticos orais, como doxiciclina ou azitromicina, com o objetivo de tratar a infecção e prevenir complicações a longo prazo, como a formação de abscessos linfáticos.

Fonte:

- UpToDate, 2024
- https://www.uptodate.com/contents/lymphogranuloma-venereum?search=linfogranuloma%20venéreo&source=search_result&selectedTitle=1~43&usage_type=default&display_rank=1#H15

Cargo: Merendeira

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a questão em comento, o gabarito correto da questão trata-se da letra B, “Os balões utilizados na tirinha representam balões de fala e grito.”, pois pede-se para assinalar o que está incorreto (exceto) e na tirinha não há balões de grito, apenas de fala, por Jon, e pensamento, por Garfield.

Fonte:

- A própria tirinha.
- Disponível em: <https://vidadecolecionador.com.br/materias/entendendo-os-baloes-das-historias-em-quadrinhos/> Acesso em: 15/01/24.

Cargo: Motorista

BRANCA
09

Recurso Procedente. Questão anulada.

Considerando a questão em comento, possui uma divergência quanto ao gabarito. A questão solicita que se assinalasse a alternativa em que o significado da palavra em destaque se encontrasse incorreto quanto ao contexto apresentado; na alternativa A, não se encontra problemas, pois “admirável” refere-se ao sinônimo correto e adequado ao contexto de “digna”; na alternativa D, o vocábulo “insignificante” trata-se do sinônimo correto e adequado ao contexto de “irrisório”. No entanto, o gabarito da questão publicado refere-se a letra B, onde ocorre a presença do antônimo de “súbito” = “esperado” que não estaria correto quanto ao contexto; porém, na alternativa C, a palavra “intimidar” também não se encaixa perfeitamente no contexto da frase [...] ele se perturba, constrangido – vacila, ameaça abaixar a cabeça, [...]”, portanto, há ambiguidade de incorreções na questão, devendo ser anulada.

Fonte:

- O próprio texto.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2009.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A interpretação das afirmativas independe da palavra “que” do enunciado, o candidato deveria realizar a interpretação e julgar como verdadeiro ou falso as afirmativas considerando seu conhecimento, desta forma a banca por mantém a questão e gabarito.

Cargo: Operador de Som e Luz

BRANCA
15

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

A resposta correta para a questão é a letra B) O usuário mudou o diretório inicial para C:\; em seguida, criou uma pasta chamada “Arquivos”; e, listou todo o conteúdo de C:\ para verificar se a pasta foi criada.

Fonte:

- <https://www.infowester.com/tutdos.php>

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão anulada.

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar a seguinte regra de três composta:



Assim, o número x de farmacêuticos deve satisfazer:

$$\frac{4}{x} = \frac{4 \cdot 1500}{5 \cdot 3000} \rightarrow x = 10$$

A questão gera ambiguidade ao não deixar claro se os 10 funcionários serão todos novos ou não, permitindo duas respostas: 10 ou 6.

Desse modo, a questão foi anulada.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

Cargo: Operador de Tratamento de Água

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Bechara: “Levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, quer decrescente ou crescente: ágeis, devêreis, jóquei, túneis, área, espontâneo, ignorância, imundície, lírio, mágoa, régua, tênue”. Também é o caso do vocábulo “benefício”, o que torna a alternativa “Terminado em ditongo oral átono” correta.

“Benefício” não é forma verbal terminada em “o” tônico, proparoxítono ou oxítono terminado em ditongo aberto, o

que descarta as alternativas diversas.

Em relação à alegação de que a palavra “benefício”, a depender da pronúncia, poderia se configurar como proparoxítona — o que ensejaria consideração quanto à alternativa “Proparoxítono” —, recorre-se a Celso Cunha: “Não se separam as letras com que representamos:

a) os ditongos e os tritongos, bem como os grupos ia, ie, io, oa, ua, ue e uo, que, quando átonos finais, soam normalmente numa sílaba (ditongo crescente), mas podem ser pronunciados em duas (hiato)”.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 2001.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorre-se à definição do dicionário Aulete para “barato” em seu sentido de gíria:

Barato: Aquilo ou aquele que desperta grande aprovação ou entusiasmo; algo ou alguém muito bom, muito divertido etc.: Nossa viagem foi um barato.

Já conforme o Meu Dicionário:

Barato: coloquial coisa ou pessoa que é boa, bonita ou provoca prazer (aquele moleque é um barato!)

É correto, portanto, o que se dispõe na alternativa “Agradável, bom e/ou bonito”. Não há contexto que enseje o significado de “barato” como gíria para referir-se a alguém ou algo descompromissado, sem disciplina, jocoso, cômico, satírico, inconsistente ou imprevisível, o que torna incorretas as alternativas diversas.

Fonte:

- <https://www.aulete.com.br/barato>
- <https://www.meudicionario.org/barato>

BRANCA
15

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

A resposta correta para a questão é a letra B) O usuário mudou o diretório inicial para C:\; em seguida, criou uma pasta chamada “Arquivos”; e, listou todo o conteúdo de C:\ para verificar se a pasta foi criada.

Fonte:

- <https://www.infowester.com/tutdos.php>

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A área de uma circunferência é dada por

$$\pi r^2 = A$$

Ao reduzir o raio pela metade ($r/2$), a nova área será

$$\pi (r/2)^2 = (\pi r^2)/4 = A/4$$

Logo, a área será 75% menor.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão anulada.

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar a seguinte regra de três composta:



Assim, o número x de farmacêuticos deve satisfazer:

$$\frac{4}{x} = \frac{4 \cdot 1500}{5 \cdot 3000} \rightarrow x = 10$$

A questão gera ambiguidade ao não deixar claro se os 10 funcionários serão todos novos ou não, permitindo duas respostas: 10 ou 6.

Desse modo, a questão foi anulada.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O retorno de Luciano deve ser feito em 144 dias, contados a partir do dia da realização da cirurgia. A cirurgia foi realizada em uma segunda-feira. Logo, deve haver um prazo completo de 144 dias contados a partir do dia da cirurgia (segunda-feira). Assim, na terça-feira seguinte, conta-se o primeiro dia e esse raciocínio se estende ao prazo de 144 dias. Como são sete dias da semana, o dia nº 140 = 7*20, será numa segunda-feira também. Logo, o dia nº 141 será na terça-feira, o dia nº 142 será na quarta-feira, o dia nº 143 será na quinta-feira e o dia nº 144 será na sexta-feira.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o enunciado, somente uma das afirmações é verdadeira. Logo, deve-se analisar cada caso e concluir se há contradições ou não:

- Se a primeira afirmação é a única verdadeira, então Kelly é mais baixa que Joelma, Joelma é mais baixa que Lourdes e Lourdes não é 10 cm mais baixa que Kelly. Assim, Kelly tem 1,55 m, Joelma tem 1,60 m e Lourdes tem 1,65 m. Não há contradições.
- Se a segunda afirmação é a única verdadeira, então Joelma é mais alta que Lourdes e Kelly é mais alta que Joelma. Assim, Lourdes tem 1,55 m, Joelma tem 1,60 m e Kelly tem 1,65 m. Chega-se a uma contradição, pois como a terceira afirmação é falsa, Lourdes não pode ser 10cm mais baixa que Kelly.
- Se a terceira afirmação é a única verdadeira, então Lourdes é 10cm mais baixa que Kelly. Assim, Lourdes é a mais baixa de todas (1,55m). Como a segunda afirmação é falsa, Joelma deveria ser mais baixa que Lourdes e chega-se a uma contradição.

Portanto, Kelly tem a menor altura e Lourdes tem a maior altura.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

Cargo: Professor Classe Especial

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As aspas possuem funções definidas. Elas são empregadas para dar a certa expressão sentido particular (na linguagem falada é em geral proferida com entonação especial) para ressaltar uma expressão dentro do contexto ou para apontar uma palavra como estrangeirismo ou gíria. Em 1, 2 e 4, as aspas foram utilizadas para marcar uma fala. Em 3, elas foram usadas para marcar um estrangeirismo. Em V, embora seja em inglês, as aspas não marcam um estrangeirismo, mas uma expressão utilizada pela OMS. Sendo assim, estão corretas as afirmações em II, IV e V: letra C. A afirmativa III não é correta. Sendo assim, sua ausência nas alternativas não implica ao erro.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não pode ser resolvida a partir de uma média simples, já que envolve grandezas inversamente proporcionais. Para o seu correto desenvolvimento, deve-se recorrer ao conceito de velocidade média, presente na ementa de razões especiais. Suponha que cada trajeto de ida ou volta possua X quilômetros. Assim, na ida, foram gastos $T = X/18$ horas e, na volta, $T = X/12$ horas. Logo, na distância de $X + X = 2X$ (ida e volta), foram gastos $X/12 + X/18$ horas. Portanto, a velocidade média durante o percurso de ida e volta é dado por

$$\frac{2x}{\frac{x}{12} + \frac{x}{18}} = 14,4$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. A questão referente a área de conhecimentos didáticos-pedagógicos, tem como alternativa correta a letra C, mas reivindica a afirmativa B como resposta. Passemos a análise da questão: GABARITO: C. João está passando pelo estágio de "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida" de Erikson, enquanto demonstra o estágio concreto-operacional de Piaget, indicado pela melhora na compreensão das relações de causa e efeito. Erikson - "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida": Nesse estágio, que ocorre na primeira infância (aproximadamente dos 2 aos 4 anos de idade), as crianças estão focadas em desenvolver um senso de autonomia. Elas desejam fazer as coisas por si mesmas e demonstrar independência. No entanto, quando enfrentam muitos obstáculos e críticas, podem experimentar sentimentos de vergonha e dúvida em relação às suas habilidades. As observações de João, onde ele demonstra teimosia e desejo de fazer coisas por si mesmo, mas também exibe ansiedade e insegurança, são consistentes com esse estágio. Piaget - Estágio Concreto-operacional: O estágio concreto-operacional ocorre na infância, aproximadamente dos 7 aos 11 anos. Neste estágio, as crianças melhoram sua capacidade de pensar

logicamente e compreender relações de causa e efeito. Não estão mais limitadas ao pensamento egocêntrico, como proposto na alternativa reivindicada como certa, e podem ver as coisas do ponto de vista dos outros. No entanto, as observações de João estão mais alinhadas com o estágio pré-operatório de Piaget, caracterizado pelo egocentrismo e dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros, o que não é consistente com o cenário apresentado. A banca julga improcedente o recurso.

Fonte:

- Barbosa, L. F., Soares, E., & Pelissari, D. M. (2018). A teoria de Erik Erikson e sua aplicação no contexto educacional. Revista Psicopedagogia, 35(107), 38-43.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Martorell, G. (2013). Desenvolvimento Humano. Artmed Editora.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que:

1-A Questão não busca aferir a etiologia (causa) da deficiência física, embora tal tópico também esteja explícito na listagem de conteúdo a ser aferido no certame (vide texto editalício). Como prova dessa afirmativa, tem-se a diretiva da referida Questão, “Considerando-se que pessoa com deficiência física é aquela que apresenta alterações musculares, ortopédicas, articulares ou neurológicas, que venham a comprometer seu desenvolvimento educacional, a deficiência física pode ser”.

2-A fim de solucionar o questionamento proposto, o concursista deveria dominar os seguintes conhecimentos: a definição de deficiência física e os déficits por ela ocasionados; a classificação dos tipos de deficiência física; a classificação da etiologia (causas) da deficiência física. Reproduz-se, a seguir, trecho da referência abaixo indicada, documento oficial do Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, com segmentos destacados, para sanar quaisquer dúvidas.

“2.1. Quem são os alunos com deficiência física?

São aqueles que apresentam alterações musculares, ortopédicas, articulares ou neurológicas que podem comprometer seu desenvolvimento educacional. Quando estas alterações acarretarem dificuldades no processo de aprendizagem, o aluno deve receber atendimento psicopedagógico, recursos didáticos adaptados e equipamentos especiais que facilitem seu processo de construção de conhecimento. A deficiência física pode causar diversos comprometimentos; (a) de um ou de ambos os membros superiores, por ausência, deformidade, paralisia, falta de coordenação, ou presença de movimentos que afetam o funcionamento e o uso das mãos nas atividades escolares; (b) de um ou de ambos membros inferiores por ausência, deformidade, paralisia, falta de coordenação, ou presença de movimentos anormais que afetam a locomoção e a posição sentada; e (c) da vitalidade, que resulta em menor rendimento no trabalho escolar, em virtude de falta acentuada ou temporária de vigor e agilidade, por doenças que afetem os aparelhos circulatório, respiratório, digestivo, geniturinário, etc.

a) A deficiência física pode ser:

- Temporária - quando tratada, permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores.
- Recuperável - quando permite melhora diante do tratamento, ou suplência por outras áreas não atingidas.

- Definitiva - quando apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência.
- Compensável - é a que permite melhora por substituição de órgãos. Por exemplo, a amputação compensável pelo uso da prótese.

b) A deficiência física pode ter causa:

- Hereditária - quando resulta de doenças transmitidas por genes, podendo manifestar-se desde o nascimento, ou aparecer posteriormente.

- Congênita - quando existe no indivíduo ao nascer e, mais comumente, antes de nascer, isto é, durante a fase intrauterina.

- Adquirida - quando ocorre depois do nascimento, em virtude de infecções, traumatismos, intoxicações.

3-Ressalta-se que não há, portanto, possibilidade de mais de uma resposta para a Questão, visto existir total congruência entre o questionamento, os objetivos do questionamento e o conteúdo aferido, restando sem sustentação o que se coloca no texto recursal.

Assim, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra D.

Fonte:

- <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>
- Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial “A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais-DEFICIÊNCIA FÍSICA” Brasília – DF 2006

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados em texto recursal, pontua-se que:

1-A diretiva da referida Questão não propõe que sejam analisadas “efetivas atribuições” do intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Libras na educação do surdo, apenas. A Questão objetiva aferir o papel do intérprete, recorte bem mais amplo no contexto de sala de aula, pois abrange atribuições, interações e crenças/conhecimentos teórico metodológicos que permeiam o trabalho do intérprete em suas relações profissionais com o professor da classe especial, os aprendizes surdos e não surdos.

2- A fim de solucionar quaisquer dúvidas em relação ao conteúdo das asserções apresentadas nas opções de resposta, reproduzem-se, a seguir, trechos da referência abaixo indicada, documento oficial do Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, com devidos segmentos destacados.

“O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes”.

“...Diante destas dificuldades, algumas experiências têm levado à criação de um código de ética específico para intérpretes de língua de sinais que atuam na educação”.

“...e foi determinado ser antiético exigir que o intérprete assuma funções que não sejam específicas da sua atuação enquanto intérpretes, tais como:

- Tutorar os alunos (em qualquer circunstância)
- Apresentar informações a respeito do desenvolvimento dos alunos
- Acompanhar os alunos
- Disciplinar os alunos
- Realizar atividades gerais extraclasse

“...apresentam-se alguns elementos sobre o intérprete de língua de sinais em sala de aula que devem ser considerados:

- Em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade absoluta.
- Considerando as questões éticas, os intérpretes devem manter-se neutros e garantirem o direito dos alunos de manter as informações confidenciais.
- Os intérpretes têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas.
- As aulas devem prever intervalos que garantem ao intérprete descansar, pois isso garantirá uma melhor performance e evitará problemas de saúde para o intérprete.
- Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações

no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula. Também, deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las. Outro aspecto importante é a garantia da participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. A questão da iluminação também deve sempre ser considerada, uma vez que sessões de vídeo e o uso de retroprojetor podem ser recursos utilizados em sala de aula”.

3-Ressalta-se que os destaques feitos no texto de referência visam a direcionar a análise das opções de resposta ofertadas na referida Questão. Assim, não prosperam as alegações recursais de que há possibilidade de duas respostas corretas para o questionamento, restando inconsistente a sustentação que o texto recursal expõe.

4-Ressalta-se que não há momento algum no texto da Lei 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Estatuto da Pessoa com Deficiência, em que se encontre embasamento para afirmar que, “O trabalho deles (dos intérpretes) é o mais importante para garantir acessibilidade aos conteúdos estudados”, como alega o texto recursal, e que, inclusive, o referido texto recursal não indica qualquer artigo apto a fazê-lo. O que o referido texto legal determina é a oferta do ensino bilíngue; seus termos/condições de provimento; os profissionais que concretizarão tal oferta.

5-Ressalta-se que certamente, “é função do Intérprete de libras ser mediador entre o aluno surdo e o professor, traduzindo da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais e vice-versa, além de estar atento na hora de transferir o conteúdo e dúvidas, possibilitando a participação do aluno em todos os contextos escolares”, mas o que se afirma no item de resposta B é que “O trabalho deles (intérpretes) é o mais importante para garantir acessibilidade aos conteúdos estudados”, o que não é verdadeiro, como comprova-se no documento oficial ofertado como referência. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida Questão, a saber, Letra A.

Fonte:

- <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
- O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.: il. DRA. RONICE MÜLLER DE QUADROS Capítulo 8, páginas 59-62.

Cargo: Professor de Ensino de Jovens e Adultos

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Ferreiro, a Escrita silábica: é representada rigorosamente pelo uso de uma letra por sílaba, sem omitir sílabas e sem repetir letras (Ferreiro, 1989, p.25). Como a palavra usada na questão tem duas sílabas e há, entre as escritas apresentadas, APENAS UMA ALTERNATIVA que contém duas letras, ou seja, uma para cada sílaba, a argumentação utilizada não procede. A questão trata exclusivamente da identificação dos níveis (ou estágios) de escrita e não dos eixos qualitativos inerentes a cada um deles.

Fonte:

- Ferreiro, Emília. Reflexões sobre alfabetização. Cortez, 1989. p.24-27.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sintaxe do verbo encontrar possui algumas distinções. Não é apenas objeto direto. A alternativa B está incorreta quando se afirma que seu complemento é o objeto direto, “em sua cama”. Além de não ser objeto, não poderia ser classificado como direto, já que se inicia o fragmento com a preposição “em”. A alternativa A não está correta porque a forma verbal em destaque não se caracteriza como verbo reflexivo. Tal denominação é dada a verbos em que a ação é realizada e recebida ao mesmo tempo pelo agente, o que não é o caso do fragmento destacado na questão. A alternativa C é falsa, já que o verbo em destaque não é transitivo indireto, embora o complemento se inicie com uma preposição. A alternativa correta é a letra D. O verbo em destaque é transitivo direto pronominal acompanhado de um predicativo que designa um lugar. De acordo com o Dicionário de Regência Verbal de Celso Pedro Luft, nos casos de verbos transitivo direto pronominais, são predicativos os termos que são designados para indicarem estado, condição e lugar.

Fonte:

- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. São Paulo: Ática, 2010.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pronome reflexivo “se” pode exercer várias funções sintáticas, entre elas a de objeto indireto. Na questão em análise, em I, o “se” é pronome reflexivo funcionando como objeto indireto do verbo encontrar que está acompanhado da preposição “em”, indicando o local aonde acontece a ação verbal. Em II, o “se” é pronome reflexivo funcionando como objeto indireto do verbo esquecer. Verbo esquecer quando pronominal é verbo transitivo indireto.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sejam a, b e c as quantidades de doces recebidas pelos netos e x a quantidade total de doces compradas por Madalena. Sabe-se que $a + b + c = x$. Assim, de acordo com a teoria de divisão em partes inversamente proporcionais, tem-se que:

$$a = \frac{k}{4}, b = \frac{k}{5} \text{ e } c = \frac{k}{6},$$

em que k é uma constante.

Como o neto mais velho ganhou 20 doces, $c=20$ e, conseqüentemente, $k=120$. Os valores de a e b são encontrados fazendo $a=120/4 = 30$ e $b=120/5 = 24$. Portanto, foram comprados $20 + 24 + 30 = 74$ doces.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Suponha que sejam as seguintes divisões:

Grupo A = 5 pessoas

Grupo B = 5 pessoas

Grupo C = 5 pessoas

Grupo D = 5 pessoas

Considere que sejam escolhidas 2 pessoas do grupo A, então a probabilidade é 5/20 para a escolha da primeira pessoa e 4/19 para a escolha da segunda pessoa. Assim, para o grupo A, tem-se a probabilidade de $(5/20 * 4/19 = 1/19)$. Porém, podem ser escolhidas 2 pessoas do grupo B, C ou D também. Portanto, a probabilidade de escolher duas pessoas de um mesmo grupo é $1/19 * 4 = 4/19 = 0,2105$.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não pode ser resolvida a partir de uma média simples, já que envolve grandezas inversamente proporcionais. Para o seu correto desenvolvimento, deve-se recorrer ao conceito de velocidade média, presente na ementa de razões especiais. Suponha que cada trajeto de ida ou volta possua X quilômetros. Assim, na ida, foram gastos $T = X/18$ horas e, na volta, $T = X/12$ horas. Logo, na distância de $X + X = 2X$ (ida e volta), foram gastos $X/12 + X/18$ horas. Portanto, a velocidade média durante o percurso de ida e volta é dado por

$$\frac{2x}{\frac{x}{12} + \frac{x}{18}} = 14,4$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. A questão referente a área de conhecimentos didáticos-pedagógicos, tem como a alternativa correta a letra C, mas reivindica a afirmativa B como resposta. Passemos a análise da questão: GABARITO: C. João está passando pelo estágio de "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida" de Erikson, enquanto demonstra o estágio concreto-operacional de Piaget, indicado pela melhora na compreensão das relações de causa e efeito. Erikson - "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida": Nesse estágio, que ocorre na primeira infância (aproximadamente dos 2 aos 4 anos de idade), as crianças estão focadas em desenvolver um senso de autonomia. Elas desejam fazer as coisas por si mesmas e demonstrar independência. No entanto, quando enfrentam muitos obstáculos e críticas, podem experimentar sentimentos de vergonha e dúvida em relação às suas habilidades. As observações de João, onde ele demonstra teimosia e desejo de fazer coisas por si mesmo, mas também exibe ansiedade e insegurança, são consistentes com esse estágio. Piaget - Estágio Concreto-operacional: O estágio concreto-operacional ocorre na infância, aproximadamente dos 7 aos 11 anos. Neste estágio, as crianças melhoram sua capacidade de pensar logicamente e compreender relações de causa e efeito. Não estão mais limitadas ao pensamento egocêntrico, como proposto na alternativa reivindicada como certa, e podem ver as coisas do ponto de vista dos outros. No entanto, as

observações de João estão mais alinhadas com o estágio pré-operatório de Piaget, caracterizado pelo egocentrismo e dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros, o que não é consistente com o cenário apresentado. A banca julga improcedente o recurso.

Fonte:

- Barbosa, L. F., Soares, E., & Pelissari, D. M. (2018). A teoria de Erik Erikson e sua aplicação no contexto educacional. Revista Psicopedagogia, 35(107), 38-43.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Martorell, G. (2013). Desenvolvimento Humano. Artmed Editora.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

BRANCA
39

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

O gabarito correto é letra D e não A, como consta no gabarito oficial. Fusão, vaporização (ebulição ou evaporação) e sublimação são mudanças de estado que ocorrem com absorção de calor (processo denominado endotérmico); já solidificação, liquefação e (re) sublimação são mudanças de estado que ocorrem com liberação de calor (processos exotérmicos).

Fonte:

- Usberco e Salvados. Química geral 1. Editora Saraiva. 12ª edição. 2006.

Cargo: Professor de Artes Cênicas

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não pode ser resolvida a partir de uma média simples, já que envolve grandezas inversamente proporcionais. Para o seu correto desenvolvimento, deve-se recorrer ao conceito de velocidade média, presente na ementa de razões especiais. Suponha que cada trajeto de ida ou volta possua X quilômetros. Assim, na ida, foram gastos $T = X/18$ horas e, na volta, $T=X/12$ horas. Logo, na distância de $X+X=2X$ (ida e volta), foram gastos $X/12+X/18$ horas. Portanto, a velocidade média durante o percurso de ida e volta é dado por

$$\frac{2x}{\frac{x}{12} + \frac{x}{18}} = 14,4$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. Os argumentos de acordo com o ECA para garantir a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a dignidade e proteção, elencados no art 1º, que dispõe sobre a proteção integral das crianças e dos adolescentes. A banca mantém o gabarito após análise cuidadosa, conforme segue: Gabarito: C. Garantir que Pedro esteja seguro e livre de qualquer perigo iminente. Se houver risco de mais agressões, deve ser providenciado um local seguro para sua proteção. Verificar a extensão das lesões em seu braço e, se necessário, buscar cuidados médicos imediatos para tratar quaisquer ferimentos. Nessa situação, a segurança e a saúde de Pedro são prioridades, e é fundamental garantir que ele esteja seguro e receba os cuidados médicos necessários para tratar quaisquer ferimentos. Posteriormente, outras medidas, como as que as razões recursais reivindicam, podem ser observadas, como o envolvimento dos responsáveis e a comunicação com o Conselho Tutelar, mas a segurança e saúde imediata de Pedro são fundamentais.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As sustentações dos recursos apresentados embasaram seus argumentos na premissa de que Luís Pedreira de Couto Ferraz é considerado o “Paladino da Educação Física”, por incluir esta disciplina no currículo da Educação Primária no Brasil, por meio do Decreto nº 630 de 17 de setembro de 1851. Todavia, as fundamentações e sustentações para a inclusão da disciplina de Educação Física nas escolas foram defendidas pelo médico Sanitarista Rui Barbosa, personagem histórico da política educacional brasileira. Defendeu por meio da promulgação da Lei nº 630/1851 a inclusão da ginástica nos currículos escolares no Brasil por reconhecer os valores que a atividade física poderia desenvolver, além do apelo e da mobilização social desencadeada, desta forma os principais estudos históricos sobre a educação física o apontam como o patrono/paladino da área em questão. Fato é que Rui Barbosa foi um homem a frente de seu tempo e, diante de uma ainda incipiente EF no Brasil, avançou com contributos e problematizações que ecoam até hoje no nosso campo, com pareceres que proporcionaram significativas reflexões e, por si só, demonstraram a magnitude de seu pensamento reconhecendo-o como o patrono/paladino da educação física escolar. Assim sendo, é possível concluir que a Lei para inclusão da Educação Física nas escolas ganhou o nome de Couto Ferraz, porém o grande influenciador para tal fato foi o médico sanitário Rui Barbosa, como se verifica na citação a seguir: “Rui Barbosa defendeu publicamente a obrigatoriedade da disciplina EF no parecer denominado “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública” publicado no ano de 1883, resultante de sua análise acerca do decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, concebido pelo então Ministro dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho. Em linhas gerais, no decreto constava a reforma do ensino primário e secundário no município da corte. Trata-se de um parecer denso, detalhado e que apresentava a situação do ensino brasileiro contendo números calamitosos em relação às taxas de acesso à educação. Além disso, neste parecer, tem-se sua proposta de organização pedagógica para as escolas, caminhos para sua administração e direcionamentos à formação do professorado” (CAVALCANTE, BUNGENSTAB E LAZZAROTTI FILHO, 2020).

Fonte:

- <https://www.scielo.br/j/mov/a/DnQWnt9XZK6Br8R3WNymVPH/?lang=pt>

Cargo: Professor Educação Básica II - Geografia

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicitou que os candidatos assinalassem a alternativa que NÃO correspondesse a uma característica da Guerra Fria. A ÚNICA alternativa que atende ao comando é a Alternativa D. Com o final da II Guerra Mundial (1940-1945), o mundo que emergiu se caracterizou pela Bipolaridade, que passou a dividir o mundo entre duas superpotências: a (ex) União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), socialista, de um lado; e os Estados Unidos

da América (USA), capitalista, de outro. Essa Bipolaridade era marcada pelo antagonismo entre o capitalismo, denominado como “OCIDENTE/mundo ocidental” (tendo os EUA como centro) e o socialismo (tendo a ex-URSS como centro), denominado na época como “ORIENTE/mundo oriental”, de caráter nitidamente geopolítico. Todos os acordos econômicos, pactos políticos e militares e guerras locais ao longo do tempo da Guerra Fria refletiam exatamente esse antagonismo. A disputa entre “Ocidente/capitalista” e “Oriente/socialista” demarcou as dimensões econômicas e ideológicas do período. A divisão entre Primeiro Mundo (países capitalistas desenvolvidos, liderados pelos EUA), Segundo Mundo (países socialistas, liderados pela ex-URSS) e “Terceiro Mundo” (inicialmente representando os países não alinhados nem aos EUA, nem à ex-URSS) foi outro modo de representar esse modo de organização entre Ocidente (capitalista) e Oriente (socialista) que passou a incluir aqueles países que não eram alinhados. Como a maioria dos países não alinhados era constituída por países subdesenvolvidos, a expressão passou a abranger esse grupo de países, independentemente se seu alinhamento ou não alinhamento às duas superpotências. A divisão multipolar somente aparece em escala global a partir da década de 1990, com o fim da ex-URSS, em que o mundo passou a se organizar em torno de três centros: EUA, Europa Ocidental e Japão. Por fim, a expressão “países emergentes” passou a se destacar em contexto global a partir do final da década de 1990 e início de 2000, com a crescente organização dos diversos países em blocos econômicos.

Fonte:

- HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991). 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Cargo: Professor Educação Básica II - História

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja X o número de processos arquivados por Joana, Y o número de processos arquivados por Amanda e Z o número de processos arquivados por Patrícia. Com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações lineares:

$$\begin{bmatrix} x + y + z = 36 \\ x = 4 + z \\ y = x - 2 \end{bmatrix}$$

cuja solução é $x=14$, $y=12$ e $z=10$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não pode ser resolvida a partir de uma média simples, já que envolve grandezas inversamente proporcionais. Para o seu correto desenvolvimento, deve-se recorrer ao conceito de velocidade média, presente na ementa de razões especiais. Suponha que cada trajeto de ida ou volta possua X quilômetros. Assim, na ida, foram gastos $T = X/18$ horas e, na volta, $T=X/12$ horas. Logo, na distância de $X+X = 2X$ (ida e volta), foram gastos $X/12+X/18$ horas. Portanto, a velocidade média durante o percurso de ida e volta é dado por

$$\frac{2x}{\frac{x}{12} + \frac{x}{18}} = 14,4$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o conceito de asserção não faz parte da teoria Behaviorista. De fato, não faz, pois trata-se de um tipo específico de questão objetiva chamada de "asserção" e "razão", em quem são dadas duas afirmativas para análise do candidato, que deverá analisar se são verdadeiras, falsas e estabelecer se há ou não alguma relação entre as afirmativas.

Fonte:

- https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23892/23892_5.PDF

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. A questão referente a área de conhecimentos didáticos-pedagógicos, tem como a alternativa correta a letra C, mas reivindica a afirmativa B como resposta. Passemos a análise da questão: GABARITO: C. João está passando pelo estágio de "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida" de Erikson, enquanto demonstra o estágio concreto-operacional de Piaget, indicado pela melhora na compreensão das relações de causa e efeito. Erikson - "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida": Nesse estágio, que ocorre na primeira infância (aproximadamente dos 2 aos 4 anos de idade), as crianças estão focadas em desenvolver um senso de autonomia. Elas desejam fazer as coisas por si mesmas e demonstrar independência. No entanto, quando enfrentam muitos obstáculos e críticas, podem experimentar sentimentos de vergonha e dúvida em relação às suas habilidades. As observações de João, onde ele demonstra teimosia e desejo de fazer coisas por si mesmo, mas também exibe ansiedade e insegurança, são consistentes com esse estágio. Piaget - Estágio Concreto-operacional: O estágio concreto-operacional ocorre na infância, aproximadamente dos 7 aos 11 anos. Neste estágio, as crianças melhoram sua capacidade de pensar logicamente e compreender relações de causa e efeito. Não estão mais limitadas ao pensamento egocêntrico, como proposto na alternativa reivindicada como certa, e podem ver as coisas do ponto de vista dos outros. No entanto, as observações de João estão mais alinhadas com o estágio pré-operatório de Piaget, caracterizado pelo egocentrismo e dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros, o que não é consistente com o cenário apresentado. A banca julga improcedente o recurso.

Fonte:

- Barbosa, L. F., Soares, E., & Pelissari, D. M. (2018). A teoria de Erik Erikson e sua aplicação no contexto educacional. Revista Psicopedagogia, 35(107), 38-43.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Martorell, G. (2013). Desenvolvimento Humano. Artmed Editora.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a pergunta não faz parte do conteúdo programático, uma vez que contempla aspectos específicos da área médica e nutritiva. A banca julga improcedente, pois a questão está circunscrita no tema proposto no edital referente aos conteúdos programáticos “Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão, transtornos alimentares na adolescência, família, escolhas sexuais, a valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais.”.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito, pois considerando a classificação da cultura em sociologia podemos nomear sete tipos, que são: cultura de massa, cultura erudita, cultura popular, cultura material, cultura imaterial, cultura organizacional, cultura corporal. Nessa nomenclatura não existe "cultura culta", além do termo ser redundante, pois toda cultura é expressão genuína do povo que a produz independentemente do grupo ou realidade que pertencem. sendo assim, letra certa seria a letra "b". A banca julga improcedente o pedido após análise das afirmativas: I- correto: É necessário construir um espaço pedagógico que fortaleça a diversidade cultural e dê um sentido mais democrático aos conteúdos escolares. Isso envolve a inclusão de diferentes perspectivas culturais no currículo, permitindo que os alunos se identifiquem com o que estão estudando e compreendam a riqueza da diversidade cultural; II- Correto: É relevante identificar o conceito de multiculturalismo utilizado nas propostas curriculares para garantir que ele promova a valorização da diversidade cultural e não perpetue desigualdades; III- Correto: Discutir e diferenciar as noções de cultura culta e culturas dominadas é importante para reconhecer como certos conhecimentos e valores foram historicamente privilegiados em detrimento de outros, contribuindo para a marginalização de grupos sociais; IV- Incorreto: A criação de escolas multiculturais que abrangem diferentes perspectivas culturais é fundamental para promover a inclusão e a equidade. No entanto, a divisão em escolas cultas separadas poderia perpetuar desigualdades e segregação. O desafio que se coloca na contemporaneidade é reconhecer a importância de utilizar o espaço escolar para dar voz aos grupos sociais oprimidos e reverter esta situação. Para que isso aconteça, há a necessidade de algumas medidas: É preciso construir um espaço pedagógico que fortaleça a diversidade cultural dando um sentido mais democrático aos conteúdos escolares, à medida que a cultura do outro é valorizada e respeitada; É necessário identificar o conceito de multiculturalismo utilizado nas propostas curriculares; Deve-se discutir e diferenciar as noções de cultura culta e culturas dominadas. A cultura culta será aquela que impõe os valores burgueses às camadas populares, mas ela também abrange o saber tradicional, os métodos e as filosofias transmitidos ao longo da história e que podem ajudar no desenvolvimento do pensamento crítico. Por isso, o desafio da escola seria possibilitar a incorporação da cultura culta pelas camadas populares, sem que essas perdessem o vínculo, o reconhecimento e a valorização de sua cultura de origem.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado. Currículos, programas e Projetos Pedagógicos. ABDR São Paulo 2017 p. 135, 136 e 138

BRANCA
34

Recurso procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A alternativa CORRETA é a letra D. Desde a colonização dos portugueses, o Brasil sempre esteve voltado para a economia agroexportadora como principal forma de riqueza. Esse modelo se baseia na venda de produtos do setor primário (agricultura, pecuária, extrativismo) para o mercado externo. Sendo assim, o primeiro produto que foi cultivado em grande escala no país, visando a exportação, foi a cana de açúcar. Dessa forma, o local escolhido para esse plantio foi a região da Zona da Mata, no nordeste brasileiro. Pela boa condição climática e presença do solo massapê, a economia açucareira prosperou. Sobretudo essa economia se baseava na produção em grandes latifúndios, utilizando-se das técnicas do plantation. A mão de obra utilizada para esse cultivo era escrava. Entretanto, na segunda metade do século XVI, a economia açucareira entrou em declínio, devido, entre outros motivos, à concorrência com a produção de açúcar nas Antilhas, América Central. Isso fez com que o Brasil procurasse uma nova forma de produzir riqueza. Por consequência, a partir do século XVIII um novo mercado produtor passou a figurar no país, o da mineração. Essa nova política econômica gerou um crescimento da vida urbana e uma sociedade menos aristocrata. Especificamente esse novo modelo ocorreu na região onde atualmente fica o estado de Minas Gerais. Esse período foi marcado pela grande rigidez fiscal por parte de Portugal e por grandes mudanças sociais, econômicas e estruturais na sociedade brasileira. Mas no final do século XVIII a mineração entra em crise no país pela falta de descoberta de novas jazidas. Com isso, a produção econômica agroexportadora brasileira se volta ao café. Com mão de obra em abundância, inicialmente escrava e depois imigrante, a produção se instala com mais força na região do Vale do Paraíba. Dessa forma a produção de café estabilizou a economia brasileira, encerrando as constantes crises que ocorriam desde o Primeiro Reinado. Apenas a crise de 1929, da bolsa de valores de Nova Iorque, fez brechar o crescimento dessa economia agroexportadora. O acúmulo de capital durante o ciclo do café ajudou no processo de industrialização do Brasil. Porém outro produto que também tem destaque na economia agroexportadora brasileira é a borracha. Após a revolução industrial esse produto ganha importância no mercado internacional, principalmente em fábricas de automóvel nos EUA. A principal região produtora do látex, que vem da extração das seringueiras, são os estados do Pará e Amazonas. Portanto, essa produção veio acompanhada de um desenvolvimento urbano das cidades da região produtora.

Fonte:

- https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1944/4.EVOLUCAO_ECONOMIA_BRASILERA.pdf
- AFFONSO, Rui de B. A. e SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). (1995), Federalismo no Brasil. São Paulo, Fundap/Ed. Unesp.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. (1997), A Qualidade de Vida no Estado do Rio de Janeiro. Niterói, RJ, Eduff.
- IANNI, Otávio. (1975), O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- WEFFORT, Francisco. (1980), O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Cargo: Professor Educação Básica II - Inglês

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A letra B está incorreta ao que se refere à afirmação de que a injunção possui como principal objetivo convencer o leitor a adotar uma determinada postura a partir da defesa de uma ideia. Essa característica é referente aos tipos textuais argumentativos e não os injuntivos. Logo, a única opção correta é a letra D.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não pode ser resolvida a partir de uma média simples, já que envolve grandezas inversamente proporcionais. Para o seu correto desenvolvimento, deve-se recorrer ao conceito de velocidade média, presente na ementa de razões especiais. Suponha que cada trajeto de ida ou volta possua X quilômetros. Assim, na ida, foram gastos $T = X/18$ horas e, na volta, $T = X/12$ horas. Logo, na distância de $X + X = 2X$ (ida e volta), foram gastos $X/12 + X/18$ horas. Portanto, a velocidade média durante o percurso de ida e volta é dado por

$$\frac{2x}{\frac{x}{12} + \frac{x}{18}} = 14,4$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. A questão referente a área de conhecimentos didáticos-pedagógicos, tem como a alternativa correta a letra C, mas reivindica a afirmativa B como resposta. Passemos a análise da questão: GABARITO: C. João está passando pelo estágio de "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida" de Erikson, enquanto demonstra o estágio concreto-operacional de Piaget, indicado pela melhora na compreensão das relações de causa e efeito. Erikson - "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida": Nesse estágio, que ocorre na primeira infância (aproximadamente dos 2 aos 4 anos de idade), as crianças estão focadas em desenvolver um senso de autonomia. Elas desejam fazer as coisas por si mesmas e demonstrar independência. No entanto, quando enfrentam muitos obstáculos e críticas, podem experimentar sentimentos de vergonha e dúvida em relação às suas habilidades. As observações de João, onde ele demonstra teimosia e desejo de fazer coisas por si mesmo, mas também exibe ansiedade e insegurança, são consistentes com esse estágio. Piaget - Estágio Concreto-operacional: O estágio concreto-operacional ocorre na infância, aproximadamente dos 7 aos 11 anos. Neste estágio, as crianças melhoram sua capacidade de pensar logicamente e compreender relações de causa e efeito. Não estão mais limitadas ao pensamento egocêntrico, como proposto na alternativa reivindicada como certa, e podem ver as coisas do ponto de vista dos outros. No entanto, as observações de João estão mais alinhadas com o estágio pré-operatório de Piaget, caracterizado pelo egocentrismo e dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros, o que não é consistente com o cenário apresentado. A banca julga improcedente o recurso.

Fonte:

- Barbosa, L. F., Soares, E., & Pelissari, D. M. (2018). A teoria de Erik Erikson e sua aplicação no contexto educacional. Revista Psicopedagogia, 35(107), 38-43.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Martorell, G. (2013). Desenvolvimento Humano. Artmed Editora.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

Cargo: Professor Educação Básica II - Matemática

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pronome reflexivo “se” pode exercer várias funções sintáticas, entre elas a de objeto indireto. Na questão em análise, em I, o “se” é pronome reflexivo funcionando como objeto indireto do verbo encontrar que está acompanhado da preposição “em”, indicando o local aonde acontece a ação verbal. Em II, o “se” é pronome reflexivo funcionando como objeto indireto do verbo esquecer. Verbo esquecer quando pronominal é verbo transitivo indireto. De acordo com o Dicionário de Regência de Celso Pedro Luft, o verbo “encontrar-se” pode ser usado como transitivo direto pronominal acompanhado de predicativo para designar lugar. Neste caso, a partícula “se” assume a função sintática de objeto indireto: quem se encontra, se encontra em algum lugar. Verbo “encontrar” acompanhado da preposição “em”.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Bechara para concursos: ENEM, vestibular e todo tipo de prova de Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto “Kafka 2023” aponta os efeitos nocivos que as redes sociais podem provocar na vida de uma pessoa. Para tanto, Antônio Prata faz uma intertextualidade direta com a novela A metamorfose, de Franz Kafka. Prata sugere que se Kafka estivesse escrevendo na atualidade, ele não conseguiria terminar sua novela e seu personagem não poderia realizar a metamorfose devido às intercorrências e influências das redes sociais. Tais afirmações confirmam as letras B, C e D como alternativas verdadeiras. A letra A é falsa a partir do momento em que afirma que o personagem se metamorfoseia à medida que recebe as influências das redes sociais. O significado do texto aponta para uma direção contrária ao que se afirma na letra A. Alternativa a ser assinalada: A.

Fonte:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D. Onomatopeia se caracteriza pela formação de uma palavra a partir da reprodução aproximada, com os recursos de que a língua dispõe, de um som natural a ela associado; onomatopoeia. No texto ela é predominante e recorrente, já que o autor usa este recurso para, a partir dele, construir a ironia que percorre a produção. Existem outras figuras de linguagem no texto, mas elas não são predominantes e nem tão recorrentes quanto a onomatopeia. Figuras de linguagem devem ser analisadas sob o aspecto semântico e não sob o aspecto de formação de palavras. As figuras de linguagem exploram o sentido CONOTATIVO das palavras e expressões.

Fonte:

- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática. Teoria e prática. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não pode ser resolvida a partir de uma média simples, já que envolve grandezas inversamente proporcionais. Para o seu correto desenvolvimento, deve-se recorrer ao conceito de velocidade média, presente na ementa de razões especiais. Suponha que cada trajeto de ida ou volta possua X quilômetros. Assim, na ida, foram gastos $T = X/18$ horas e, na volta, $T = X/12$ horas. Logo, na distância de $X + X = 2X$ (ida e volta), foram gastos $X/12 + X/18$ horas. Portanto, a velocidade média durante o percurso de ida e volta é dado por

$$\frac{2x}{\frac{x}{12} + \frac{x}{18}} = 14,4$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. Os argumentos de acordo com o ECA para garantir a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a dignidade e proteção, elencados no art. 1º que dispõe sobre a proteção integral das crianças e dos adolescentes. A banca mantém o gabarito após análise cuidadosa, conforme segue: Gabarito: C. Garantir que Pedro esteja seguro e livre de qualquer perigo iminente. Se houver risco de mais agressões, deve ser providenciado um local seguro para sua proteção. Verificar a extensão das lesões em seu braço e, se necessário, buscar cuidados médicos imediatos para tratar quaisquer ferimentos. Nessa situação, a segurança e a saúde de Pedro são prioridades, e é fundamental garantir que ele esteja seguro e receba os cuidados médicos necessários para tratar quaisquer ferimentos. Posteriormente, outras medidas, como as que o requerente reivindica, podem ser observadas, como o envolvimento dos responsáveis e a comunicação com o Conselho Tutelar, mas a segurança e saúde imediata de Pedro são fundamentais.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. A questão referente a área de conhecimentos didáticos-pedagógicos, tem como a alternativa correta a letra C, mas reivindica a afirmativa B como resposta. Passemos a análise da questão: GABARITO: C. João está passando pelo estágio de "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida" de Erikson, enquanto demonstra o estágio concreto-operacional de Piaget, indicado pela melhora na compreensão das relações de causa e efeito. Erikson - "Autonomia vs. Vergonha e Dúvida": Nesse estágio, que ocorre na primeira infância (aproximadamente dos 2 aos 4 anos de idade), as crianças estão focadas em desenvolver um senso de autonomia. Elas desejam fazer as coisas por si mesmas e demonstrar independência. No entanto, quando enfrentam muitos obstáculos e críticas, podem experimentar sentimentos de vergonha e dúvida em relação às suas habilidades. As observações de João, onde ele demonstra teimosia e desejo de fazer coisas por si mesmo, mas também exibe ansiedade e insegurança, são consistentes com esse estágio. Piaget - Estágio Concreto-operacional: O estágio concreto-operacional ocorre na infância, aproximadamente dos 7 aos 11 anos. Neste estágio, as crianças melhoram sua capacidade de pensar logicamente e compreender relações de causa e efeito. Não estão mais limitadas ao pensamento egocêntrico, como proposto na alternativa reivindicada como certa, e podem ver as coisas do ponto de vista dos outros. No entanto, as observações de João estão mais alinhadas com o estágio pré-operatório de Piaget, caracterizado pelo egocentrismo e dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros, o que não é consistente com o cenário apresentado. A banca julga improcedente o recurso.

Fonte:

- Barbosa, L. F., Soares, E., & Pelissari, D. M. (2018). A teoria de Erik Erikson e sua aplicação no contexto educacional. Revista Psicopedagogia, 35(107), 38-43.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Martorell, G. (2013). Desenvolvimento Humano. Artmed Editora.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo com o PPP referente a abordagem pedagógica Crítico-social apresentando na presente questão, a resposta no gabarito oficial foi a letra C, mas reivindica com os argumentos que o gabarito correto seria a letra D. De fato, houve erro material na indicação da resposta correta, razão pela qual a resposta correta no gabarito foi alterada para alternativa D.

Fonte:

- Porto, Humberta Gomes Machado (org) Currículos, programas e projetos pedagógicos. Editora Pearson. São Paulo 2017.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado ““Uma das características mais marcantes do texto literário é a sua função _____ por oposição à função _____ do texto não-literário.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.”, a alternativa “B) estética / utilitária” foi adequadamente indicada como correta. As análises mostraram que todo texto possui uma função. Com base nesta conclusão, diz-se que o texto literário apresenta uma função estética, enquanto o texto não-literário tem uma função utilitária (informar, convencer, explicar, responder, ordenar etc.). A alternativa “C) poética / informativa” não pode ser indicada como correta. Um texto literário não precisa de ser poético, assim como um texto literário não tem que, necessariamente, ser informativo. O texto literário é conotativo e não necessariamente apresenta uma utilidade prática, pois ele não é criado para um determinado propósito de uso prático. Assim, é o leitor e a leitora que atribuem uma função a esse tipo de texto, como gerar reflexão, emocionar ou divertir. São exemplos de textos não literários os seguintes textos: bula de remédio; receita de bolo; reportagem; notícia; manual de instruções.

Fonte:

- CANDIDO, A. Iniciação à literatura brasileira. Rio Comprido: Ouro sobre azul, 2004.
- D’ONOFRIO, As. Forma e sentido do texto literário. São Paulo: Ática, p. 75-88, 2007.
- DÍDIMO, H. As funções da linguagem e da literatura. Revista de Letras, v. 6, n. 1/2, 1983.

Cargo: Professor Educador de Creche

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao longo do texto são nítidas “as enganações praticadas no mercado imobiliário”. Observe os trechos textuais: “Só entregue mesmo ao destinatário, a ninguém mais, esta carta é da maior importância”; “Foi. Ao chegar, verificou o endereço: era de um terreno baldio”; “E o patrão: – Eu sei que é um terreno. Mas vão construir um prédio ali”; “– Você entrega a carta, como mandei”; “E o patrão, já inquieto, querendo saber da carta, o boy mais inquieto ainda, já sem saber por que não construíam logo o tal edifício”; “– Que porcaria você é que nem consegue entregar uma carta?”. São fragmentos, dentre outros, que demonstram e atestam o exato objetivo comunicativo do texto. O propósito comunicativo compreende o elemento que garante ao texto a ideia de que gênero este pertence. Isto é, trata-se primeiramente das seguintes questões: qual a finalidade de tal estria? E assim, entender para quem será escrito e destinada tal obra. Considera-se ainda, que o objetivo comunicativo é aquele que estabelece a comunicação. Essa comunicação é estabelecida entre duas ou mais pessoas, de modo a pode ser transmitida de forma escrita, visual, sonora, física e etc.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “O operário vai a casa antes do almoço?”, antes da palavra casa, no sentido de “lar” não ocorre crase, a não ser que a “casa” esteja especificada. No entanto, em “O operário vai à casa de José antes do almoço?”, antes da palavra “casa”, no sentido de “lar” não ocorre crase, a não ser que a “casa” esteja especificada, como, neste caso, a casa do José. As demais afirmativas apresentadas para análise estão grafadas adequadamente.

Fonte:

- CASTILHO, A. T. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que o gabarito correto seria a alternativa A, cuja resposta é 1,12 h.

O recurso apresenta corretamente o raciocínio para o cálculo dos minutos, que é 72 minutos. O erro consiste na conversão desse valor para horas.

Sabe-se que 1 hora equivale a 60 minutos. Assim, dividindo-se os minutos por 60, encontra-se o valor do tempo em horas: $72/60 = 1,20$ hora.

Note que 0,20 hora equivalem a 12 minutos, mas 0,12 hora não é 12 minutos, pois a hora não possui 100 minutos.

Corolário dessa afirmação é perceber que 0,50 hora equivale a 30 minutos, ou seja, metade da hora é 30 minutos.

BRANCA
12

Recurso Procedente. Questão anulada.

A referida questão apresenta duas opções de respostas. Ocorreu que um padrão lógico foi estabelecido com a regra da segunda letra iniciar o próximo. Entretanto, coincidentemente os nomes escolhidos contêm 3 consoantes e as alternativas apresentam apenas uma opção com 3 consoantes, tornando-a uma possível opção de resposta.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que a resposta dada como gabarito está invertida, pois deveria ser “ $Y = 21/2 + 11/5x$ ”.

Entretanto, sabe-se que a adição é comutativa, isto é: $3 + 2 = 2 + 3$. Ou seja, a ordem das parcelas não altera o resultado.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega que o número de opções disponíveis seria 15, pois $5 \times 3 = 15$.

Entretanto, tal raciocínio está incorreto, pois a questão apresenta uma situação em que se devem combinar até 3 opções de frios em um universo de 5 disponíveis.

Assim, o cliente pode optar por apenas 1 frio, 2 frios ou 3 frios.

Portanto, o total de combinações será:

$$C_{5,1} + C_{5,2} + C_{5,3} = 5 + 10 + 5 = 25$$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não merece prosperar o recurso interposto considerando que a questão tomou como base, exclusivamente, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras, deste modo, todas as afirmativas estão corretas.

Vejamos os dispositivos legais que embasam a questão:

ART. 12 Acesso é a passagem do Servidor titular de cargo de provimento efetivo para outro cargo de classe imediatamente superior àquela em que se encontra, dentro da respectiva carreira:

§ 1º O acesso dependerá de êxito do Servidor em processo seletivo interno em que se apurará sua aptidão para o desempenho de atribuições mais complexas e que justifiquem sua ascensão funcional, apuração essa circunscrita exclusivamente às atividades do cargo superior.

§ 2º havendo empate no processo seletivo interno, terá preferência sucessivamente o Servidor que: I - contar mais tempo de serviço público municipal;

II - contar mais tempo de serviço no seu cargo.

ART. 13 O Servidor somente poderá concorrer à seleção a que se refere o Art. anterior, quando:

I - satisfazer os requisitos necessários ao preenchimento do cargo público de classe superior; II - contar com mais de 02 (dois) anos de efetivo exercício no seu cargo.

Fonte:

- <https://pitangueiras.sp.gov.br/arquivos/storage/app/media/legislacoes/estatuto-do-servidor-publico-municipal/lei-ordinaria-1904-1997-pitangueiras-sp-consolidada-13-02-2023.pdf>

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não merece prosperar o recurso interposto considerando que a solução da questão encontra-se abarcada no Art. 211 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras.

Vejamos:

ART. 211 O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Fonte:

- <https://pitangueiras.sp.gov.br/arquivos/storage/app/media/legislacoes/estatuto-do-servidor-publico-municipal/lei-ordinaria-1904-1997-pitangueiras-sp-consolidada-13-02-2023.pdf>

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 aconteceram várias mudanças, entre elas a mudança do atendimento na educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. Então é incorreto dizer que aconteceu a mudança listada: atendimento em creches e pré-escolas às crianças de três a seis anos. Essa mudança não aconteceu. O que aconteceu foi “educação infantil em creches e pré-escolas às crianças até 5 anos de idade. Portanto, exceto a mudança citada na letra D, todas as outras aconteceram.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei federal nº 9394/1996 e suas alterações posteriores e a questão foi retirado do texto da lei. Sendo assim, a questão foi elaborada de acordo com o edital.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita que marque corretamente a alternativa que lista as áreas do conhecimento do ensino fundamental de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). De acordo com a BNCC, as áreas do conhecimento do ensino fundamental são: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. É importante lembrar que a BNCC norteia todos os currículos dos sistemas e redes de ensino e a pergunta foi direcionada conforme a BNCC.

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental> Acesso 02/02/2024

BRANCA
27

Recurso Procedente. Questão anulada.

A sequência didática é uma forma metodológica de organizar uma sequência de conteúdos a serem trabalhados, com progressão de desafios, não sendo nenhum tipo de avaliação. Segundo Oliveira (2013) a sequência didática é : [...] uma proposta didático-metodológica que desenvolve uma série de atividades, tendo como ponto de partida a aplicação do círculo hermenêutico-dialético para a identificação de conceitos/definições, que subsidiam os componentes curriculares (temas), e, que são associados de forma interativa com teoria (s) de aprendizagem e/ou propostas pedagógicas e metodologias, visando à construção de novos conhecimentos e saberes. A avaliação é uma etapa da sequência didática (proposta metodológica). Visto que a avaliação dentro da sequência verifica a aprendizagem do aluno ao final da sequência de atividades, ela possui característica formativa (para acompanhar o desenvolvimento dos alunos e identificar seus avanços e dificuldades) e somativa (para verificar se os alunos atingiram os objetivos propostos). Pelo fato da avaliação aplicada dentro da sequência está ligada aos conceitos de avaliação, a questão foi anulada.

Fonte:

- UGALDE, M. C. P; ROWEDER, C. Sequência didática: uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem. Revista de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC), v. 6, Edição Especial, e099220, 2020.
- <https://www.modernacompartilha.com.br/tipos-de-avaliacao-escolar/>
- <https://unicarioca.edu.br/acontece/noticias/voce-sabe-o-que-e-uma-sequencia-didatica/>

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A letra A da questão cita “Opera como um aponte entre “o quê” e “o quem” do processo pedagógico, quando o correto, segundo Libâneo, é dizer “ Opera como uma ponte entre “o quê” e o “como” do processo pedagógico”. Cita o livro de Didática do José Carlos Libâneo: “Nesse entendimento, a Didática se caracteriza como mediação entre as bases teórico-científicas da educação escolar e a prática docente. Ela opera como que uma ponte entre o quê e o como do processo pedagógico escolar”. Sendo assim a questão incorreta é a letra A, estando o gabarito corretamente listado.

Fonte:

- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Sao Paulo: Cortez Editora, 1994, 263 p.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda conteúdo previsto no Edital: As concepções de ludicidade: o jogo, brinquedo e brincadeira e suas aplicações no processo de aprendizagem. Não há especificação do conteúdo a ser cobrado em relação a tal item previsto em edital, podendo, portanto, abranger vários aspectos, desde que relacionados ao tema. O enunciado enfatiza um trecho muito utilizado em obras conhecidas. Dentre elas tem-se que Kishimoto que propõe, que:

Os antigos objetos de estudos, como por exemplo, mapas, cartazes e até mesmo livros, sejam substituídos por algo que possa proporcionar a criança um momento de descoberta mais espontâneo, explorando em seus próprios atos, buscas por respostas. É assim que o brinquedo se torna um material pedagógico, e o professor pode utilizá-lo através de brincadeiras realizadas com todos os alunos. (KISHIMOTO, 1994).

A brincadeira deve possuir duas funções essenciais para que o trabalho seja realizado com eficiência. A função lúdica nos mostra a diversão e o prazer, já a função educativa propicia conhecimento e saberes ao indivíduo que está brincando. O professor precisa buscar o equilíbrio entre estas duas funções na atividade que irá propor para os seus alunos, se alguma característica faltar, a brincadeira pedagógica poderá se tornar apenas uma brincadeira ou apenas um ensino.

Vale destacar que cresce o número de autores que adotam o jogo na escola assumindo o significado usual: incorporando a função lúdica e a educativa. Dentre eles destaca-se Campagne, que sugere critérios para uma adequada escolha de brinquedos, de uso escolar, de modo a garantir a essência do jogo. Kishimoto cita a obra de Campagne (1989), que sugere critérios básicos para que o trabalho pedagógico com o brinquedo seja executado de forma correta:

- 1 - o valor experimental - permitir a exploração e a manipulação,
 - 2 - o valor da estruturação - dar suporte a construção da personalidade infantil.
 - 3 - o valor de relação - colocar a criança em contato com seus pares e adultos, com os objetos e com o ambiente em geral para propiciar o estabelecimento de relações,
 - 4 - o valor lúdico - avaliar se os objetos possuem as qualidades que estimulam o aparecimento da ação lúdica.
- Portanto, mantém-se a questão.

Fonte:

- Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. Tizuko M. Kishimoto. Cortez Editora, Sep 6, 2017.
- https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5612332/mod_folder/content/0/classificacao_jogos_brinquedos.pdf
- <https://www.construirnoticias.com.br/o-brincar-como-eixo-para-o-desenvolvimento-da-aprendizagem/>
- Campagne (1989, p.113, apud KISHIMOTO, 2011, p. 20).
- Jogos, brinquedos e brincadeiras / Ana Clarisse Alencar Barbosa, Kathia Regina Bublitz, Vilisa Rudenco Gomes. Indaial : UNIASSELVI, 2015.
- Perspectivas em Psicologia, Vol. 16, N. 1, Jan/Jun 2012, p. 160-172.

BRANCA
34

Recurso Procedente. Questão anulada.

A questão julgou o conhecimento do nome que se dava a Instituição de “asilo”, denominada “Casa dos Expostos ou Roda” acerca do período histórico no Brasil, período em que as crianças rejeitadas eram deixadas aos cuidados das casas. Contudo ocorreu um erro estrutural na questão, no trecho “... As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física e eram chamadas de: O termo “As instituições” foi equivocadamente substituído pelo termo “As creches”. Considerando que a substituição trouxe prejuízo ao entendimento e julgamento da questão, o recurso se torna procedente para pedido de anulação.

“A creche, para crianças de 0 a 3 anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das casas dos expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças (KUHLMANN JUNIOR, 1999, p. 82).”

Fonte:

- KUHLMANN JR. M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe com os Campos de Experiência, “O eu, o outro e o nós”, visa a construção da identidade, da subjetividade, das relações interpessoais, do respeito próprio e coletivo e da sensação de pertencimento a um grupo. Ter a oportunidade de conhecer outros grupos de crianças ou mesmo outros grupos sociais contribui com interesse e respeito às diferentes culturas e modos de vida, de modo a reconhecer elementos da sua identidade cultural, estabelecer relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e o de outros grupos, “compreender que há diferentes modos de dizer, de fazer, de querer, de ser, além da importância de respeitar as diferenças”, O fato de pertencer a um grupo não distancia da necessidade de relações com outros, mas contribui no processo da construção da identidade, sentimento de pertencimento e, ao mesmo tempo, o respeito e o valor atribuído às diferentes tradições culturais. Portanto, considera-se improcedente o pedido de anulação da questão contextualizada.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.
- <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/58/o-que-sao-os-campos-de-experiencia-da-educacao-infantil>

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Existem referências mais atualizadas acerca dos procedimentos corretos para os primeiros socorros em caso de sangramentos nasais. Estes constam que é necessário solicitar que a criança se sente em uma posição confortável e incline levemente a cabeça para frente. Essa posição ajuda a evitar que o sangue escorra pela garganta, reduzindo a possibilidade de engasgos e vômitos; e permite uma avaliação mais clara do sangramento. Conforme a orientação do Ministério da Saúde e Médicos renomados:

“A cabeça deve ficar ligeiramente inclinada para frente. Não deve ser inclinada para trás para evitar que o sangue escorra pela faringe e vá parar no estômago ou nas vias aéreas.”

Portanto, mantém-se a questão e o gabarito divulgado.

Fonte:

- Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/sangramento-nasal/>

- SVIDER P, et al. Management of epistaxis in children and adolescents: avoiding a chaotic approach. *Pediatr Clin North Am.* v. 65, n. 3, p. 607-21, 2018
- <https://www.spsp.org.br/publicacao/Recomendacoes98.pdf>
- <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/quando-o-nariz-sangra-artigo/>

Cargo: Químico

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o candidato mais de uma alternativa correta. A referida alegação deve ser rejeitada, eis que há somente uma alternativa correta, que é a presente do gabarito e a mesma está de acordo com Art. 18, §3º da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 18, §§ 1º e 2º e 19 parágrafo único do referido estatuto.

Fonte:

- Art. 18, §3º e Art. 18, §§ 1º e 2º e 19 parágrafo único da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o candidato mais de uma resposta correta. A referida alegação deve ser rejeitada eis que há apenas uma alternativa correta nos termos dos Art. 74 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos dos Arts. 73, 78 e 79 da referida lei.

Fonte:

- Art. 74 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos dos Arts. 73, 78 e 79 da referida lei.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegam os candidatos mais de uma alternativa correta. A referida alegação deve ser rejeitada eis que há apenas uma alternativa correta, nos termos dos Art. 160, inciso XXV e §2 “a” da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 160, §§ 5º e 6º da referida lei.

Fonte:

- Art. 160, inciso XXV e §2 “a” da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 160, §§ 5º e 6º da referida lei.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegam os candidatos mais de uma alternativa correta. A referida alegação deve ser rejeitada nos termos dos Art. 164 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 162, §§2º e 4º e 166 da referida lei.

Fonte:

- Art. 164 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 162, §§2º e 4º e 166 da referida lei.

Cargo: Técnico em Enfermagem

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Bechara: “Levam acento agudo ou circunflexo os vocábulos terminados por ditongo oral átono, quer decrescente ou crescente: ágeis, devêreis, jóquei, túneis, área, espontâneo, ignorância, imundície, lírio, mágoa, régua, tênue”. Também é o caso do vocábulo “benefício”, o que torna a alternativa “Terminado em ditongo oral átono” correta.

“Benefício” não é forma verbal terminada em “o” tônico, proparoxítono ou oxítono terminado em ditongo aberto, o que descarta as alternativas diversas.

Em relação à alegação de que a palavra “benefício”, a depender da pronúncia, poderia se configurar como proparoxítona — o que ensejaria consideração quanto à alternativa “Proparoxítono” —, recorre-se a Celso Cunha: “Não se separam as letras com que representamos:

- a) os ditongos e os tritongos, bem como os grupos ia, ie, io, oa, ua, ue e uo, que, quando átonos finais, soam normalmente numa sílaba (ditongo crescente), mas podem ser pronunciados em duas (hiato)”.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed. 2001.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recorre-se à definição do dicionário Aulete para “barato” em seu sentido de gíria:

Barato: Aquilo ou aquele que desperta grande aprovação ou entusiasmo; algo ou alguém muito bom, muito divertido etc.: Nossa viagem foi um barato.

Já conforme o Meu Dicionário:

Barato: coloquial coisa ou pessoa que é boa, bonita ou provoca prazer

{aquele moleque é um barato!}

É correto, portanto, o que se dispõe na alternativa “Agradável, bom e/ou bonito”. Não há contexto que enseje o significado de “barato” como gíria para referir-se a alguém ou algo descompromissado, sem disciplina, jocoso, cômico, satírico, inconsistente ou imprevisível, o que torna incorretas as alternativas diversas.

Fonte:

- <https://www.aulete.com.br/barato>
- <https://www.meudicionario.org/barato>

BRANCA
15

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

A resposta correta para a questão é a letra B) O usuário mudou o diretório inicial para C:\; em seguida, criou uma pasta chamada “Arquivos”; e, listou todo o conteúdo de C:\ para verificar se a pasta foi criada.

Fonte:

- <https://www.infowester.com/tutdos.php>

BRANCA
22

Recurso Procedente. Questão anulada.

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar a seguinte regra de três composta:



Assim, o número x de farmacêuticos deve satisfazer:

$$\frac{4}{x} = \frac{4 \cdot 1500}{5 \cdot 3000} \rightarrow x = 10$$

A questão gera ambiguidade ao não deixar claro se os 10 funcionários serão todos novos ou não, permitindo duas respostas: 10 ou 6.

Desse modo, a questão foi anulada.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

Cargo: Técnico em Licitação

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegam os candidatos mais de uma alternativa correta. A referida alegação deve ser rejeitada eis que as alternativas apontadas como corretas estão de acordo com Arts. 44, parágrafo único e 45, §1º da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 46 e 44 caput.

Fonte:

- Arts. 44, parágrafo único e 45, §1º da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 46 e 44 caput.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o candidato mais de uma alternativa correta. A referida alternativa deve ser rejeitada eis que está de acordo com o Art. 164 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 162, §§2º e 4º e 166 da referida lei.

Fonte:

- Art. 164 da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 162, §§2º e 4º e 166 da referida lei.

Cargo: Telefonista

BRANCA
09

Recurso Procedente. Questão anulada.

JUSTIFICATIVA: Considerando a questão em comento, número 09, do caderno de provas do cargo de “Guarda Civil Patrimonial”, referente à prova de Língua Portuguesa, temos uma divergência quanto ao gabarito. A questão solicita que se assinalasse a alternativa em que o significado da palavra em destaque se encontrasse incorreto quanto ao contexto apresentado; na alternativa A, não se encontra problemas, pois “admirável” refere-se ao sinônimo correto e adequado ao contexto de “digna”; na alternativa D, o vocábulo “insignificante” trata-se do sinônimo correto e adequado ao contexto de “irrisório”. No entanto, o gabarito da questão publicado refere-se a letra B, onde ocorre a presença do antônimo de “súbito” = “esperado” que não estaria correto quanto ao contexto; porém, na alternativa C, a palavra “intimidar” também não se encaixa perfeitamente no contexto da frase [...] ele se perturba, constrangido – vacila, ameaça abaixar a cabeça, [...]”, portanto, há ambiguidade de incorreções na questão, devendo ser anulada.

Fonte:

- O próprio texto.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Texto e Interação. 3ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2009.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resolução da questão é possível pela leitura do enunciado entre aspas, o enunciado e alternativas não apresentam erros que prejudiquem o candidato uma vez que fica claro com o questionamento ‘As informações se referem à escritora’ que o candidato deveria analisar o texto entre aspas e relacionar com a escritora a qual as informações se referem, desta forma a banca mantém a questão e gabarito.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o candidato que não há alternativa correta. A referida alegação deve ser rejeitada eis que está de acordo com os Art. 160, inciso XXV e §2 “a” da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 160, §§ 5º e 6º da referida lei.

Fonte:

- Art. 160, inciso XXV e §2 “a” da Lei 1904/97 Estatuto dos servidores públicos de Pitangueiras. As demais estão incorretas nos termos do Art. 160, §§ 5º e 6º da referida lei.

BRANCA
39

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão informa um plano de amostragem de três classes onde $n=5$, $c=2$, $m=50$ e $M=100$, ou seja, para o lote ser aceitável poderiam haver no máximo 2 resultados ($c=2$) com valores entre m e M . O resultado das análises informado no enunciado foi: 1 amostra com 25 UFC/g e 1 amostra com 55 UFC/g, 1 amostra com 70 UFC/g e 1 amostra com 80 UFC/g. Apesar de o valor de “ n ” ser igual a 5, é possível constatar que 3 resultados (em negrito) já possuem valores entre m e M , ou seja, com os resultados informados das 4 análises já é possível afirmar que o lote é inaceitável, mesmo sem o resultado da 5ª análise, uma vez também que a questão não informava ser uma análise oficial ou fiscal. Se ainda assim fosse informado um 5º resultado, o lote continuaria inaceitável pois já ultrapassou o limite de “ c ” com 4 análises, mesmo se o resultado da 5ª amostra fosse menor que “ m ”. Neste caso, a resposta correta da questão é: “A amostra apresenta qualidade inaceitável por apresentar valores acima do permitido em “ c ” e não pode ser liberada para consumo”, portanto, julgo procedente o recurso para alterar a alternativa para a letra D.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Perguntas & Respostas: Padrões microbiológicos. Brasília, 4 ed, 2021, p. 56. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/alimentos/perguntas-e-respostas-arquivos/padroes-microbiologicos.pdf>

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na frase está presente a conjunção subordinativa correlativa quanto mais... mais (as conjunções correlativas caracterizam-se por se apresentarem de forma descontínua na frase, apresentado dois membros, um em cada uma das duas orações que se relacionam entre si).

A frase apresentada inclui uma oração subordinada tradicionalmente designada de adverbial proporcional. Estas orações caracterizam-se por serem construções onde se confrontam graus de intensidade de duas propriedades [...] ou quantidade de duas entidades referidas. Bechara descreve-as como orações em que a subordinada exprime um fato que aumenta ou diminui na mesma proporção do fato que se declara na principal (Bechara, Moderna gramática portuguesa. Nova Fronteira, p. 412). Estas orações são estruturadas com base em conjunções/locuções conjuncionais, como à medida que, à proporção que, ao passo que; podem também ser introduzidas por conjunções correlativas,

como quanto mais... (tanto) mais, quanto mais... (tanto) menos, tanto mais... quanto mais, tanto mais... quanto menos, tanto menos... quanto mais. A resposta correta é proporcionalidade, alternativa D.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
34

Recurso Procedente. Questão anulada.

Não há resposta, visto que todas as alternativas tratam-se de sinais e sintomas de risco na gravidez, tais como: • perder líquidos ou sangue pela vagina; • acordar com as pernas, mãos, braços e olhos inchados; • ter febre alta; • vomitar frequentemente; • ter fortes dores de cabeça; • ter contrações fortes na barriga antes do período previsto para o parto; • perceber que a barriga parou de crescer ou cresceu abruptamente; • perceber, no último trimestre de gestação, que o bebê não se mexeu por mais de 24 horas.

Fonte:

- Minas Gerais. Escola de Saúde Pública. M663c Curso de qualificação de agentes comunitários de saúde – ACS: caderno 2. / Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. - 1. ed. rev. e ampl. - Belo Horizonte: ESP-MG, 2018. 316 p.

BRANCA
38

Recurso Procedente. Questão anulada.

Houve um erro de digitação em uma das alternativas (letra B), tornando a questão com duas alternativas verdadeiras, conforme o comando da questão.

Fonte:

- Minas Gerais. Escola de Saúde Pública. M663c Curso de qualificação de agentes comunitários de saúde – ACS: caderno 2. / Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. - 1. ed. rev. e ampl. - Belo Horizonte: ESP-MG, 2018. 316 p.

Cargo: Esgoteiro

BRANCA
16

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Alega o recurso que o tempo de espera seria reduzido em 15 minutos.

Quando dois funcionários fazem o serviço juntos, com cada um fazendo a metade, o tempo é reduzido em 45 minutos. Logo, o tempo total para o serviço é de 90 minutos.

Assim, se três funcionários igualmente eficientes fizerem o serviço, levará 30 minutos para ser concluído, o que resulta em uma redução de 15 minutos em comparação ao serviço executado por dois funcionários.

Gabarito alterado para letra A.

Cargo: Agente de Combate de Endemias

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Se Vital foi um Frontin às avessas, é certo que Vital foi o oposto de Frontin; e, se Vital foi o oposto de Frontin por conseguir livrar o Rio do excesso de água, é certo que Frontin, portanto, foi conhecido por ensinar o excesso de água no Rio de Janeiro, procedimento que se faz pela ampliação de seu abastecimento. É correta, portanto, a disposição em A).

“Extirpar o problema das inundações” e “incentivar o extrativismo exploratório de rios” são ações que remetem à diminuição da água, e não ao seu excesso. Estão, portanto, em desacordo com a contrariedade a “livrar o Rio do excesso de água”, o que as torna alternativas incorretas.

Nenhum trecho do texto enseja a interpretação de que Frontin tenha sido um prefeito conhecido por investir na agricultura hidropônica, uma vez que essa ação nada tem a ver com ensinar ou reduzir o excesso de água na cidade do Rio de Janeiro. Está incorreta, portanto, a alternativa “Investir na agricultura hidropônica”.

De modo que se comprove a informação, reproduz-se o texto retirado da fonte referenciada abaixo, sobre o legado de Paulo de Frontin: “Seu primeiro cargo público foi o de engenheiro residente do Reservatório de Franca, na Inspetoria de Águas e Obras Públicas, entre 1880 e 1884. Amante confesso do hipismo, criou em 1885 a Sociedade Desportiva Derby Club, da qual se tornaria presidente perpétuo. Entre 1886 e 1887 trabalhou no sertão da Bahia em projetos de canalização de água. Sua projeção nacional ocorreu em março de 1889, com as obras realizadas para contornar o problema de abastecimento d’água na cidade do Rio de Janeiro. O episódio ficou conhecido como ‘Água em Seis Dias’, em virtude do tempo gasto na operação”.

Fontes:

- o próprio texto.
- Santos, F. M. D. (2023). Para além do Império da técnica: um estudo comparativo sobre reciprocidades e estratégias sociais dos engenheiros Pereira Passos e Paulo de Frontin na Primeira República (1889-1906).

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Cegalla, as conjunções subordinativas temporais “introduzem orações que exprimem tempo: quando, enquanto, logo que, mal (= logo que), sempre que, assim que, desde que, antes que, depois que, até que, agora que, ao mesmo tempo que, toda vez que”.

Conforme demonstrado, “quando” é conjunção subordinada temporal e, portanto, exprime tempo, o que torna a alternativa “Tempo” correta. Ela não exprime neste contexto proporcionalidade, finalidade ou condição, o que descarta consideração quanto às alternativas diversas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda os aplicativos que são instalados no sistema operacional Windows, e não faz referência aos aplicativos nativos do Windows.

Fonte:

- <https://www.techtudo.com.br/listas/2019/09/seis-misterios-do-windows-e-as-solucoes-para-cada-um-deles.ghml>

BRANCA
16

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Alega o recurso que o tempo de espera seria reduzido em 15 minutos.

Quando dois funcionários fazem o serviço juntos, com cada um fazendo a metade, o tempo é reduzido em 45 minutos. Logo, o tempo total para o serviço é de 90 minutos.

Assim, se três funcionários igualmente eficientes fizerem o serviço, levará 30 minutos para ser concluído, o que resulta em uma redução de 15 minutos em comparação ao serviço executado por dois funcionários.

Gabarito alterado para letra A.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que a resposta seria 60 funcionários.

A questão traz uma situação em que um show possui 3000 ingressos (pessoas) para ingressarem. Cada operador faz a liberação de uma pessoa em 3 minutos e é necessário que todos sejam liberados em 3 horas.

Dessa forma, serão necessários $3000 \times 3 = 9000$ minutos de trabalho para liberar todos os ingressos por um funcionário. Para que esse serviço seja realizado em 180 minutos (3 horas), são necessários: $9000/180 = 50$ funcionários.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que o gabarito seria a alternativa A, mas não apresenta uma argumentação que sustenta essa afirmativa.

Para fins de elucidação, apresenta-se a seguinte proposta de solução:

A questão informa que 25 candidatos fizeram uma prova e cada um conseguiu uma pontuação distinta, de modo que as pontuações formam uma P.A. de razão 2 e cujo último termo $a_{25} = 58$.

Assim, tem-se que o primeiro termo dessa P.A. será:

$$a_{25} = a_1 + (n - 1) \cdot r$$

$$58 = a_1 + (25 - 1) \cdot 2$$

$$a_1 = 10$$

Portanto, a soma dos termos será:

$$S_{25} = (a_1 + a_{25}) \cdot 25 / 2 = (10 + 58) \cdot 25 / 2 = 850$$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que o número de combinações possíveis é $3 \times 5 = 15$.

Entretanto, o enunciado informa que Mônica nunca pode utilizar a mesma bolsa e a mesma capinha de celular por dois dias consecutivos. A seguir, pergunta quantas possíveis combinações ela possui para o dia seguinte, após chegar do trabalho. Com isso, conclui-se há a restrição de 1 capinha e 1 bolsa, restando 2 bolsas e 4 capinhas. Logo, o total de combinações será: $2 \times 4 = 8$.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA
34

Recurso Procedente. Questão anulada.

Tanto a Leishmaniose Tegumentar quanto a Leishmaniose Visceral são transmitidas pela picada do mosquito fêmea. O que diferencia uma da outra é o quadro clínico da pessoa: A primeira refere-se a úlceras na pele e mucosas e a segunda à doença sistêmica, pois, acomete vários órgãos internos, principalmente o fígado, o baço e a medula óssea.

Fonte:

- Biblioteca virtual em saúde. Disponível em <
<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/126leishmaniose.html#:~:text=Na%20leishmaniose%20cut%C3%A2nea%20os%20animais,%C3%A9%20a%20raposa%20do%20campo>>

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Noções básicas de doenças como Esquistossomose.

A esquistossomose é uma doença infecciosa parasitária provocada por vermes do gênero Schistosoma, inicialmente assintomática, que pode evoluir até as formas clínicas extremamente graves. É também conhecida como, “xistose”, “xistosa” “xistosomose”, “doença dos caramujos”, “barriga d’água” e “doença de Manson-Pirajá da Silva”. É doença de veiculação hídrica, cuja transmissão ocorre quando o indivíduo suscetível entra em contato com águas superficiais onde existam caramujos, hospedeiros intermediários, liberando cercarias.

Fonte:

- CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Disponível em: <VIGILANCIA%20EM%20SAUDE_DENGUE_ESQUISTOSSOMOSE_HANSEN%20DASE_MALARIA_TRA COMA_TUBERCULOSE.pdf>

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Investigação avaliativa tem como objetivo o conhecimento, avaliação para decisão o objetivo é a tomada de decisão e na avaliação para gestão são os aprimoramentos.

A avaliação para subsidiar a decisão deve responder às questões levantadas por aqueles que vivenciam o objeto a ser avaliado (programa de saúde, modelo de assistência), sendo o conhecimento e a vivência do avaliador sobre o objeto decisivos nesse processo de avaliação.

O enfoque prioritário é identificar os problemas relacionados ao objeto de avaliação e estabelecer estratégias para a resolução desses problemas, produzindo assim recomendações positivas em relação aos problemas identificados.

Todas as afirmativas estão corretas em que se refere aos tipos e formas de avaliação em saúde.

Fonte:

- Disponível em < https://uniasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/35068/mod_resource/content/1/Unidade%203/top2_2.html

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Esta questão refere-se ao risco sanitário no geral, e não somente aos seus conceitos. Sendo assim, a alternativa D é incorreta pois risco sanitário agrega o elemento de “potencial dano à saúde” e, conseqüentemente, a possibilidade de que um perigo venha causar um evento adverso. E não apenas o perigo relacionado a água parada em pneus, caixas d’água sem lavar causará um evento adverso.

Fonte:

- Disponível em < https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-elaboradas-para-cursos-de-pos-graduacao/curso-basico-em-vigilancia-sanitaria-2015/unidade_03-risco-sanitario.pdf

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão solicita os nomes das pessoas que utilizam a moto e o carro para irem ao trabalho, respectivamente. Nas alternativas fornecidas, portanto, a primeira pessoa utiliza a moto e a segunda pessoa utiliza o carro. A partir da frase “ou Nelson vai para o trabalho de carro ou Óliver vai para o trabalho de carro”, sabe-se que um deles usa o carro, já que foi utilizado um “ou exclusivo”. Logo, pela frase “Marcos vai para o trabalho de carro ou Nelson vai para o trabalho de moto”, conclui-se que Nelson vai para o trabalho de moto. Assim, pela segunda afirmação novamente do enunciado, conclui-se que Óliver vai para o trabalho de carro.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A deposição intra-arterial rápida de anestésico local na região inferior da artéria alveolar produz uma reação de superdosagem. O fluxo sanguíneo nas artérias é revertido por causa da alta pressão produzida pela velocidade de injeção. A solução anestésica pode ser dirigida para a artéria carótida interna e daí para a circulação cerebral.

Fonte:

- Manual de Anestesia Local Stanley F. Malamed. Editora Guanabara Koogan. 8ª edição. 2021. Capítulo 18 página 299.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O teste térmico pulpar é válido na reprodução de um sintoma de sensibilidade térmica e permite ao clínico avaliar a reação do paciente aos estímulos e a duração da resposta. No entanto, o teste pulpar não pode determinar o grau de inflamação pulpar.

Fonte:

- Caminhos da Polpa Kenneth M Hargreaves e Louis H. Bergman. Editora Elsevier. 11ª edição. Capítulo 14, página

Cargo: Coveiro

BRANCA
03

Recurso Procedente. Questão anulada.

As palavras “mania”, “fixação” e “compulsão”, possuem o mesmo sentido da palavra em destaque, no entanto, a palavra isenção dá um sentido oposto, causando sentido contrário caso venha a substituir o termo em destaque, que é “obsessão”. Portanto, o enunciado deveria solicitar que se assinalasse a alternativa que alterasse o sentido da palavra em destaque, pois como se encontra publicada há margem para três alternativas corretas, por isso, deve ser anulada.

Fonte:

- O próprio texto.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

BRANCA
08

Recurso Procedente. Questão anulada.

A palavra “sussurra” está escrita de forma incorreta, pois falta a letra “r”, por isso a ausência desta letra pode causar incógnitas ao candidato onde ela estaria grafada na questão. Caso estivesse sido separada da seguinte forma: “sus-sur-ra” estaria correto; porém, caso tivesse sido escrita “sus-su-rra” estaria incorreta, possibilitando duas respostas incorretas. Portanto, é passível de anulação.

Fonte:

- O próprio texto.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

Cargo: Cozinheiro

BRANCA
03

Recurso Procedente. Questão anulada.

As palavras “mania”, “fixação” e “compulsão”, possuem o mesmo sentido da palavra em destaque, no entanto, a palavra isenção dá um sentido oposto, causando sentido contrário caso venha a substituir o termo em destaque, que é “obsessão”. Portanto, o enunciado deveria solicitar que se assinalasse a alternativa que alterasse o sentido da palavra em destaque, pois como se encontra publicada há margem para três alternativas corretas, por isso, deve ser anulada.

Fonte:

- O próprio texto.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

BRANCA
08

Recurso Procedente. Questão anulada.

A palavra “sussurra” está escrita de forma incorreta, pois falta a letra “r”, por isso a ausência desta letra pode causar incógnitas ao candidato onde ela estaria grafada na questão. Caso estivesse sido separada da seguinte forma: “sus-sur-ra” estaria correto; porém, caso tivesse sido escrita “sus-su-rra” estaria incorreta, possibilitando duas respostas incorretas. Portanto, é passível de anulação.

Fonte:

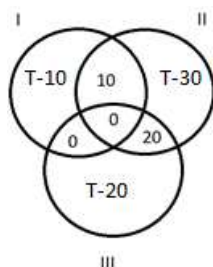
- O próprio texto.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

Cargo: Dentista

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “simultaneamente”, utilizada na presente questão, tem como sinônimo a palavra “conjuntamente” ou “juntamente”. Esse termo é utilizado no enunciado para ressaltar que alguns estudantes podem ter feito mais de um minicurso durante o tempo de programação do congresso. Assim, a divisão $180/3 = 60$ não pode configurar como a solução da questão pois não é mencionado que cada minicurso contou com estudantes diferentes. A partir da informação do enunciado de que “nenhum estudante fez simultaneamente os minicursos I e III”, conclui-se que nenhum estudante fez simultaneamente os três minicursos. Com as demais informações do enunciado e assumindo que T é a quantidade de pessoas que frequentaram cada minicurso, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Como o total de estudantes é 180, tem-se que:

$$T - 10 + T - 30 + T - 20 + 10 + 20 = 180 \rightarrow T = 70$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/simultaneamente>
- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto se trata de um artigo e se propõe a falar sobre a autoestima frágil e vulnerável do narcisista. Para isso, o autor seleciona argumentos que vão de encontro à defesa desse ponto de vista. Alguns tipos de argumentos mais comuns são: autoridade, consenso, provas concretas (fatos), com base no raciocínio lógico.

Argumento com base em prova concreta ou no senso comum: são proposições determinadas que não precisam de demonstrar comprovações, como por exemplo: "A educação é a base do desenvolvimento". O emprego de argumentos baseados em provas concretas, busca evidenciar a tese por meio de informações concretas, extraídas da realidade. Podem ser usados dados estatísticos ou fatos notórios (de domínio público, senso comum). Exemplo é o quarto parágrafo "Nos Estados Unidos, estima-se que cerca de 6,2% da população em geral tenha esse transtorno ao longo da vida."

Argumentação com base em exemplificações: a exemplificação consiste no relato de um pequeno fato. Esse recurso argumentativo é amplamente usado quando a ideia defendida carece de esclarecimentos com mais dados concretos. O texto não apresenta exemplificações.

Argumentação histórica: é o argumento baseado em fatos históricos. Apesar do autor citar a mitologia grega, é o único fato relacionado à história.

Argumentação de autoridade: a conclusão se sustenta pela citação de uma fonte confiável, que pode ser um especialista no assunto ou dados de instituição de pesquisa, uma frase dita por uma autoridade no assunto abordado. O texto apresenta citações, falas de vários psiquiatras entendidos do assunto. Portanto, esta é a alternativa correta.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.
- PIMENTEL, Carlos. Redação Descomplicada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 192p. (Nova ortografia).

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra B) V, F, V, V.

A aba Inserir no Microsoft Word 2013 oferece uma ampla gama de funcionalidades para a criação e edição de documentos, não se limitando apenas à inserção e formatação de partes de um texto. Além de inserir objetos como quebras de página, imagens, tabelas, vídeos, hiperlinks, cabeçalhos e rodapés, bem como números de página, ela também permite criar e editar tabelas, criar SmartArt (gráficos e diagramas), inserir formas, inserir capturas de tela, entre outras funcionalidades.

Além disso, não foram identificados erros de regência ou concordância nas afirmações apresentadas. As sentenças estão redigidas de forma gramaticalmente correta, seguindo as normas da língua portuguesa. Cada item expressa de maneira clara e precisa uma funcionalidade da aba "Inserir" no Microsoft Word 2013, sem apresentar discordâncias ou inadequações no uso das preposições, verbos e substantivos.

Explicando as alternativas:

(V) A inserção de imagens no Word permite adicionar tanto imagens salvas no computador quanto imagens on-line.

Inserir imagens

Siga um destes procedimentos:

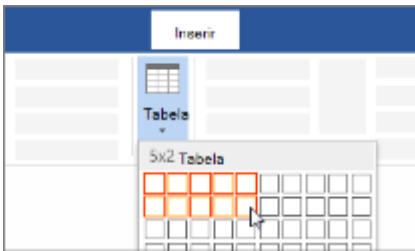
Selecione Inserir > Imagens > Este Dispositivo para uma imagem no seu PC.

Selecione Inserir > Imagens > Imagens de Estoque para imagens ou planos de fundo de alta qualidade.

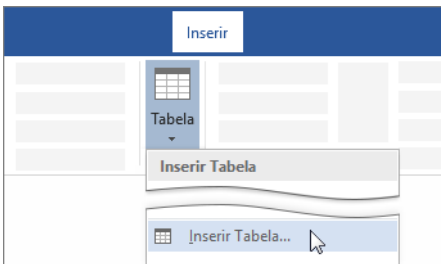
Selecione Inserir > Imagens > Imagens Online para uma imagem na Web.

Selecione a imagem desejada e escolha Inserir.

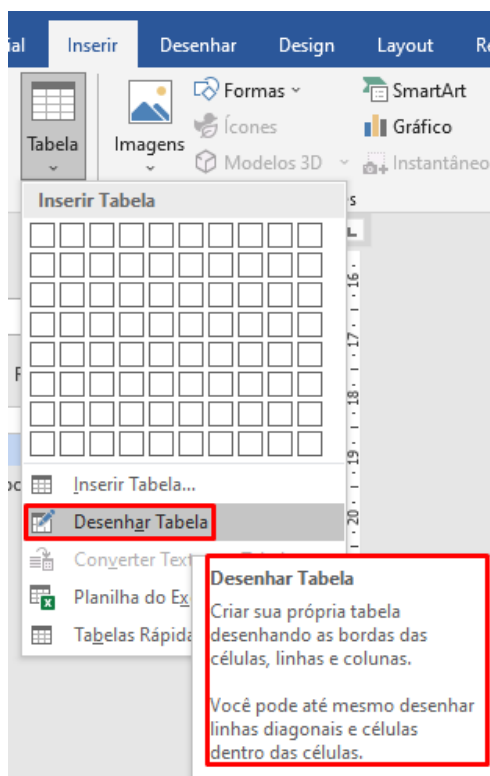
(F) A opção tabela no Word é exclusiva para a vinculação de tabelas criadas no Excel ao documento do Word.
Inserir uma tabela - Para inserir uma tabela básica, clique em Inserir > Tabela e mova o cursor sobre a grade até realçar o número de colunas e linhas desejado.



Para inserir uma tabela maior ou personalizar uma tabela, selecione Inserir > Tabela > Inserir Tabela.



Você pode também desenhar uma Tabela para criar sua própria tabela ou invés dos modelos padronizados. E não apenas a opção vinculada ao Excel.

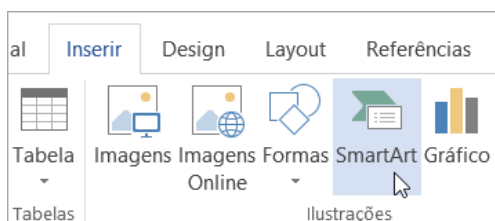


(V) Para adicionar um diagrama de processos ou um organograma, utiliza-se a opção de inserir um elemento gráfico por meio do SmartArt.

Crie uma Elemento gráfico SmartArt para fazer uma representação visual de suas informações de forma rápida e fácil. Você pode escolher entre vários layouts diferentes para comunicar efetivamente sua mensagem ou ideias. Elementos gráficos SmartArt pode ser criado em Excel, Outlook, PowerPoint e Word, e eles podem ser usados em toda Office.

Inserir um elemento gráfico SmartArt e adicionar texto a ele

Na guia Inserir, no grupo Ilustrações, clique em SmartArt.



Na caixa de diálogo Escolher um elemento gráfico SmartArt, clique no tipo e layout que deseja.

Digite seu texto seguindo um destes procedimentos:

Clique em Texto no painel de Texto e digite o texto.

Copie o texto de outro local ou programa, clique em [Texto] no painel de Texto e cole o texto.

Observações:

- Se o painel Texto não estiver visível, clique no controle de seta no lado esquerdo do elemento gráfico SmartArt.

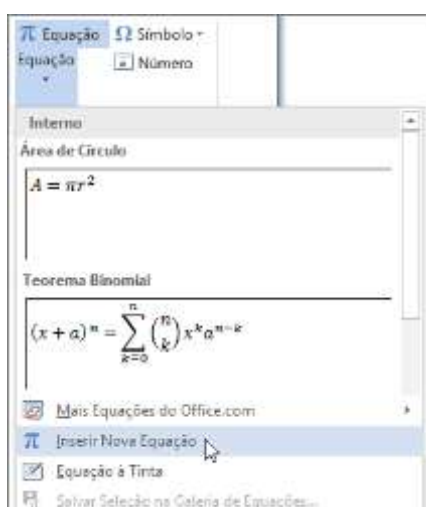
Para adicionar um texto, como um título, em uma posição arbitrária perto ou na parte superior do seu elemento gráfico SmartArt, na guia Inserir, no grupo Texto, clique em Caixa de texto para inserir uma caixa de texto. Se quiser que apenas o texto na sua caixa de texto apareça, clique com botão direito do mouse na sua caixa de texto, clique em Formatar Forma ou Formatar Caixa de Texto, e defina a caixa de texto para que não haja nenhuma cor da tela de fundo e nenhuma borda.

Clique em uma caixa no elemento gráfico SmartArt e digite o texto. Para obter melhor resultado, use essa opção depois de adicionar todas as caixas desejadas.

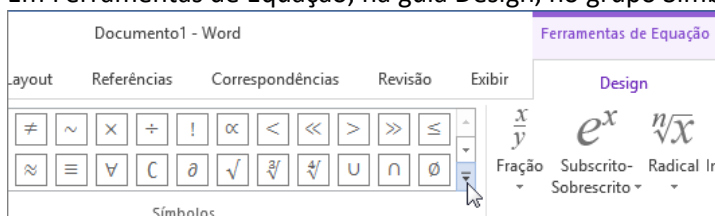
(V) Equação e Símbolo são opções disponíveis no menu Inserir para inserir fórmulas matemáticas e caracteres especiais, respectivamente.

No Word, você pode inserir símbolos matemáticos em equações ou texto usando as ferramentas de equação.

Na guia Inserir, no grupo Símbolos, clique na seta em Equação e clique em Inserir Nova Equação.



- Em Ferramentas de Equação, na guia Design, no grupo Símbolos, clique na seta Mais.



- Clique na seta ao lado do nome do conjunto de símbolos e selecione o conjunto de símbolos que você deseja exibir.
- Clique no símbolo que você deseja inserir.

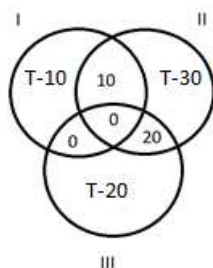
Fonte:

- Inserir imagens. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/inserir-imagens-3c51edf4-22e1-460a-b372-9329a8724344>
- Inserir uma tabela. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/inserir-uma-tabela-a138f745-73ef-4879-b99a-2f3d38be612a#:~:text=Para%20inserir%20uma%20tabela%20b%C3%A1sica,de%20colunas%20e%20linhas%20desejado.>
- Criar um gráfico SmartArt do zero – Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/criar-um-gr%C3%A1fico-smartart-do-zero-fac94c93-500b-4a0a-97af-124040594842>
- Inserir símbolos matemáticos. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/inserir-s%C3%ADmbolos-matem%C3%A1ticos-91a4b04c-84a8-4de9-bd13-8609e14bed58>

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “simultaneamente”, utilizada na presente questão, tem como sinônimo a palavra “conjuntamente” ou “juntamente”. Esse termo é utilizado no enunciado para ressaltar que alguns estudantes podem ter feito mais de um minicurso durante o tempo de programação do congresso. Assim, a divisão $180/3 = 60$ não pode configurar como a solução da questão pois não é mencionado que cada minicurso contou com estudantes diferentes. A partir da informação do enunciado de que “nenhum estudante fez simultaneamente os minicursos I e III”, conclui-se que nenhum estudante fez simultaneamente os três minicursos. Com as demais informações do enunciado e assumindo que T é a quantidade de pessoas que frequentaram cada minicurso, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Como o total de estudantes é 180, tem-se que:

$$T - 10 + T - 30 + T - 20 + 10 + 20 = 180 \rightarrow T = 70$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/simultaneamente>
- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que a questão foi baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e que este não compõe os conhecimentos de um bacharel em Educação Física. Porém, segundo o edital nº 1/2023 de abertura do Concurso para o cargo de Educador Físico, os PCNs estão previstos no conteúdo programático, podendo desta forma haver questões sobre o mesmo na prova realizada. Deste modo, o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- Edital nº 1/2023 – Abertura. Disponível em: https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1191/12_1525202.pdf

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra B) V, F, V, V.

A aba Inserir no Microsoft Word 2013 oferece uma ampla gama de funcionalidades para a criação e edição de documentos, não se limitando apenas à inserção e formatação de partes de um texto. Além de inserir objetos como quebras de página, imagens, tabelas, vídeos, hiperlinks, cabeçalhos e rodapés, bem como números de página, ela também permite criar e editar tabelas, criar SmartArt (gráficos e diagramas), inserir formas, inserir capturas de tela, entre outras funcionalidades.

Além disso, não foram identificados erros de regência ou concordância nas afirmações apresentadas. As sentenças estão redigidas de forma gramaticalmente correta, seguindo as normas da língua portuguesa. Cada item expressa de maneira clara e precisa uma funcionalidade da aba "Inserir" no Microsoft Word 2013, sem apresentar discordâncias ou inadequações no uso das preposições, verbos e substantivos.

Explicando as alternativas:

(V) A inserção de imagens no Word permite adicionar tanto imagens salvas no computador quanto imagens on-line.

Inserir imagens

Siga um destes procedimentos:

Selecione Inserir > Imagens > Este Dispositivo para uma imagem no seu PC.

Selecione Inserir > Imagens > Imagens de Estoque para imagens ou planos de fundo de alta qualidade.

Selecione Inserir > Imagens > Imagens Online para uma imagem na Web.

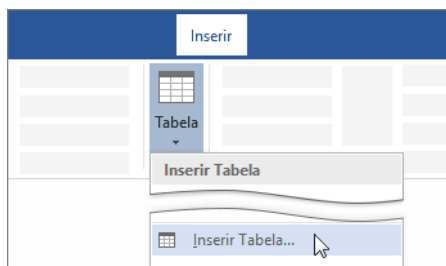
Selecione a imagem desejada e escolha Inserir.

(F) A opção tabela no Word é exclusiva para a vinculação de tabelas criadas no Excel ao documento do Word.

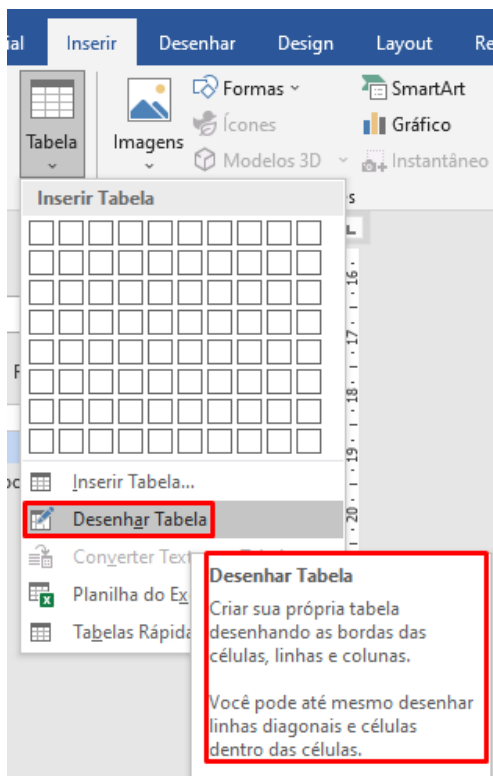
Inserir uma tabela - Para inserir uma tabela básica, clique em Inserir > Tabela e mova o cursor sobre a grade até realçar o número de colunas e linhas desejado.



Para inserir uma tabela maior ou personalizar uma tabela, selecione Inserir > Tabela > Inserir Tabela.



Você pode também desenhar uma Tabela para criar sua própria tabela ou invés dos modelos padronizados. E não apenas a opção vinculada ao Excel.

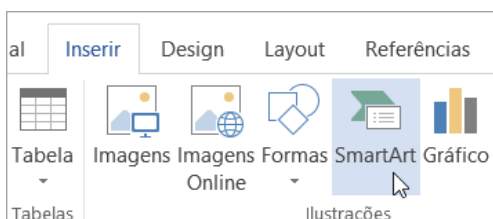


(V) Para adicionar um diagrama de processos ou um organograma, utiliza-se a opção de inserir um elemento gráfico por meio do SmartArt.

Crie um elemento gráfico SmartArt para fazer uma representação visual de suas informações de forma rápida e fácil. Você pode escolher entre vários layouts diferentes para comunicar efetivamente sua mensagem ou ideias. Elementos gráficos SmartArt podem ser criados em Excel, Outlook, PowerPoint e Word, e eles podem ser usados em toda a Office.

Inserir um elemento gráfico SmartArt e adicionar texto a ele

Na guia Inserir, no grupo Ilustrações, clique em SmartArt.



Na caixa de diálogo Escolher um elemento gráfico SmartArt, clique no tipo e layout que deseja.

Digite seu texto seguindo um destes procedimentos:

Clique em Texto no painel de Texto e digite o texto.

Copie o texto de outro local ou programa, clique em [Texto] no painel de Texto e cole o texto.

Observações:

- Se o painel Texto não estiver visível, clique no controle de seta no lado esquerdo do elemento gráfico SmartArt.

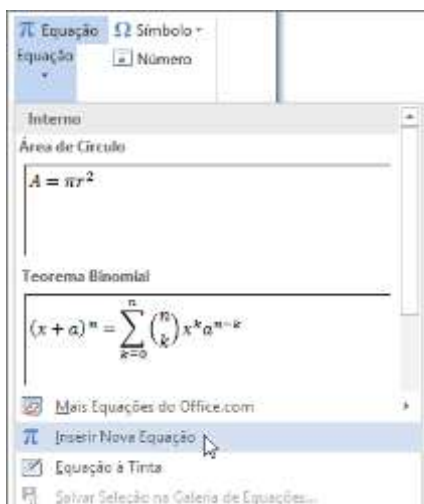
Para adicionar um texto, como um título, em uma posição arbitrária perto ou na parte superior do seu elemento gráfico SmartArt, na guia Inserir, no grupo Texto, clique em Caixa de texto para inserir uma caixa de texto. Se quiser que apenas o texto na sua caixa de texto apareça, clique com botão direito do mouse na sua caixa de texto, clique em Formatar Forma ou Formatar Caixa de Texto, e defina a caixa de texto para que não haja nenhuma cor da tela de fundo e nenhuma borda.

Clique em uma caixa no elemento gráfico SmartArt e digite o texto. Para obter melhor resultado, use essa opção depois de adicionar todas as caixas desejadas.

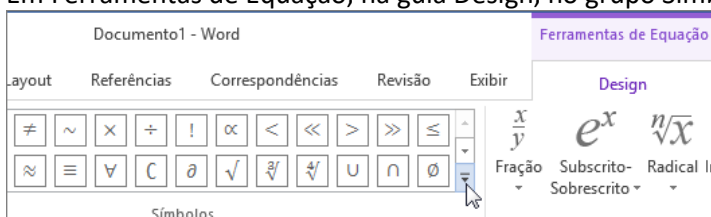
(V) Equação e Símbolo são opções disponíveis no menu Inserir para inserir fórmulas matemáticas e caracteres especiais, respectivamente.

No Word, você pode inserir símbolos matemáticos em equações ou texto usando as ferramentas de equação.

Na guia Inserir, no grupo Símbolos, clique na seta em Equação e clique em Inserir Nova Equação.



4. Em Ferramentas de Equação, na guia Design, no grupo Símbolos, clique na seta Mais.



5. Clique na seta ao lado do nome do conjunto de símbolos e selecione o conjunto de símbolos que você deseja exibir.

6. Clique no símbolo que você deseja inserir.

Fonte:

- Inserir imagens. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/inserir-imagens-3c51edf4-22e1-460a-b372-9329a8724344>
- Inserir uma tabela. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/inserir-uma-tabela-a138f745-73ef-4879-b99a-2f3d38be612a#:~:text=Para%20inserir%20uma%20tabela%20b%C3%A1sica,de%20colunas%20e%20linhas%20desejado.>
- Criar um gráfico SmartArt do zero – Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/criar-um-gr%C3%A1fico-smartart-do-zero-fac94c93-500b-4a0a-97af-124040594842>
- Inserir símbolos matemáticos. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/inserir-s%C3%ADmbolos-matem%C3%A1ticos-91a4b04c-84a8-4de9-bd13-8609e14bed58>

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com 35 audiências públicas, é possível que elas ocorram 7 vezes em cada dia da semana ($7 \times 5 = 35$). Assim, a partir de 36 audiências públicas é possível garantir que ao menos 8 audiências ocorram em um mesmo dia da semana.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme as informações do enunciado, o profissional A demora 2 min e 15 s para atender cada cliente e o profissional B demora 4 min e 10 s para atender cada cliente. Como o atendimento iniciou às 09 horas da manhã simultaneamente com os profissionais A e B, tem-se que:

Cliente 1 = Profissional A = Início: 9 horas

Cliente 2 = Profissional B = Início: 9 horas

Cliente 3 = Profissional A = Início: 9 horas 2 min e 15 s

Cliente 4 = Profissional B = Início: 9 horas 4 min e 10 s

Cliente 5 = Profissional A = Início: 9 horas 4 min e 30 s

Cliente 6 = Profissional A = Início: 9 horas 6 min e 45s

Cliente 7 = Profissional B = Início: 9 horas 8 min e 20s

Cliente 8 = Profissional A = Início: 9 horas 9 min

Cliente 9 = Profissional A = Início: 9 horas 11 min e 15s

Logo, o tempo em que o nono cliente será atendido é 9 horas 11 min e 15s e ele será atendido pelo Profissional A.

Assim, se os atendimentos começaram as 9 horas, ele será atendido 11 min e 15 s depois.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
38

Recurso Procedente. Questão anulada.

O presente recurso trata de uma questão regulamentada pela NR 18, que no item 18.5 trata sobre “Áreas de vivência”, estando corretas as afirmativas B, C e D. Dessa forma, por apresentar mais de uma resposta correta a questão foi anulada.

Fonte:

- NR 18 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. Disponível em: <https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr18.htm>

Cargo: Fiscal Ambiental

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme as informações do enunciado, o profissional A demora 2 min e 15 s para atender cada cliente e o profissional B demora 4 min e 10 s para atender cada cliente. Como o atendimento iniciou às 09 horas da manhã simultaneamente com os profissionais A e B, tem-se que:

Cliente 1 = Profissional A = Início: 9 horas

Cliente 2 = Profissional B = Início: 9 horas

Cliente 3 = Profissional A = Início: 9 horas 2 min e 15 s

Cliente 4 = Profissional B = Início: 9 horas 4 min e 10 s

Cliente 5 = Profissional A = Início: 9 horas 4 min e 30 s

Cliente 6 = Profissional A = Início: 9 horas 6 min e 45s

Cliente 7 = Profissional B = Início: 9 horas 8 min e 20s

Cliente 8 = Profissional A = Início: 9 horas 9 min

Cliente 9 = Profissional A = Início: 9 horas 11 min e 15s

Logo, o tempo em que o nono cliente será atendido é 9 horas 11 min e 15s e ele será atendido pelo Profissional A. Assim, se os atendimentos começaram as 9 horas, ele será atendido 11 min e 15 s depois.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

Cargo: Eletricista

BRANCA
16

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Alega o recurso que o tempo de espera seria reduzido em 15 minutos.

Quando dois funcionários fazem o serviço juntos, com cada um fazendo a metade, o tempo é reduzido em 45 minutos.

Logo, o tempo total para o serviço é de 90 minutos.

Assim, se três funcionários igualmente eficientes fizerem o serviço, levará 30 minutos para ser concluído, o que resulta em uma redução de 15 minutos em comparação ao serviço executado por dois funcionários.

Gabarito alterado para letra A.

Cargo: Fiscal de Postura

BRANCA
16

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Alega o recurso que o tempo de espera seria reduzido em 15 minutos.

Quando dois funcionários fazem o serviço juntos, com cada um fazendo a metade, o tempo é reduzido em 45 minutos.

Logo, o tempo total para o serviço é de 90 minutos.

Assim, se três funcionários igualmente eficientes fizerem o serviço, levará 30 minutos para ser concluído, o que resulta em uma redução de 15 minutos em comparação ao serviço executado por dois funcionários.

Gabarito alterado para letra A.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao recurso interposto pretende a anulação da questão, pois a letra D possui resposta igual, ou seja, itens "II e II", confundindo o candidato. O recurso do candidato não se sustenta, eis que os itens corretos são I e II (o que é solicitado na questão), bem como o item III é falso (o correto seria no mínimo, 10,00 (dez) metros de largura).

Mantenha-se o gabarito.

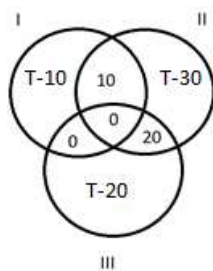
Fonte:

- A resposta na lei complementar municipal nº 3.399/2016 (plano diretor), art. 21°.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “simultaneamente”, utilizada na presente questão, tem como sinônimo a palavra “conjuntamente” ou “juntamente”. Esse termo é utilizado no enunciado para ressaltar que alguns estudantes podem ter feito mais de um minicurso durante o tempo de programação do congresso. Assim, a divisão $180/3 = 60$ não pode configurar como a solução da questão pois não é mencionado que cada minicurso contou com estudantes diferentes. A partir da informação do enunciado de que “nenhum estudante fez simultaneamente os minicursos I e III”, conclui-se que nenhum estudante fez simultaneamente os três minicursos. Com as demais informações do enunciado e assumindo que T é a quantidade de pessoas que frequentaram cada minicurso, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Como o total de estudantes é 180, tem-se que:

$$T - 10 + T - 30 + T - 20 + 10 + 20 = 180 \rightarrow T = 70$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/simultaneamente>
- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com 35 audiências públicas, é possível que elas ocorram 7 vezes em cada dia da semana ($7 \times 5 = 35$). Assim, a partir de 36 audiências públicas é possível garantir que ao menos 8 audiências ocorram em um mesmo dia da semana.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão solicitou conhecimento acerca da classificação doutrinária, quanto à finalidade, do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Nesse sentido, Rafael Novais tece as seguintes considerações:

"O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é de competência da União (art. 153, VI, da CF), e classificado como extrafiscal, pois incidirá de maneira diferenciada de acordo com a utilização do imóvel rural.

O elemento extrafiscal considerará o “grau de utilização” do imóvel no momento da sua aplicação, pagando menos aquele que cumprir a função social da propriedade e mais quem não realizar. Será progressivo e terá suas alíquotas

fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas (art. 153, § 4º, I, da CF)."

Dessa forma, podemos concluir que o ITR é um imposto que exerce função eminentemente extrafiscal, logo, a alternativa B é o gabarito da questão.

Fonte:

- (NOVAIS, Rafael. Direito Tributário Facilitado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.)

Cargo: Técnico em enfermagem ESF

BRANCA
16

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Alega o recurso que o tempo de espera seria reduzido em 15 minutos.

Quando dois funcionários fazem o serviço juntos, com cada um fazendo a metade, o tempo é reduzido em 45 minutos.

Logo, o tempo total para o serviço é de 90 minutos.

Assim, se três funcionários igualmente eficientes fizerem o serviço, levará 30 minutos para ser concluído, o que resulta em uma redução de 15 minutos em comparação ao serviço executado por dois funcionários.

Gabarito alterado para letra A.

Cargo: Fiscal Sanitário

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto se trata de um artigo e se propõe a falar sobre a autoestima frágil e vulnerável do narcisista. Para isso, o autor seleciona argumentos que vão de encontro à defesa desse ponto de vista. Alguns tipos de argumentos mais comuns são: autoridade, consenso, provas concretas (fatos), com base no raciocínio lógico.

Argumento com base em prova concreta ou no senso comum: são proposições determinadas que não precisam de demonstrar comprovações, como por exemplo: "A educação é a base do desenvolvimento". O emprego de argumentos baseados em provas concretas, busca evidenciar a tese por meio de informações concretas, extraídas da realidade. Podem ser usados dados estatísticos ou fatos notórios (de domínio público, senso comum). Exemplo é o quarto parágrafo "Nos Estados Unidos, estima-se que cerca de 6,2% da população em geral tenha esse transtorno ao longo da vida."

Argumentação com base em exemplificações: a exemplificação consiste no relato de um pequeno fato. Esse recurso argumentativo é amplamente usado quando a ideia defendida carece de esclarecimentos com mais dados concretos. O texto não apresenta exemplificações.

Argumentação histórica: é o argumento baseado em fatos históricos. Apesar do autor citar a mitologia grega, é o único fato relacionado à história.

Argumentação de autoridade: a conclusão se sustenta pela citação de uma fonte confiável, que pode ser um especialista no assunto ou dados de instituição de pesquisa, uma frase dita por uma autoridade no assunto abordado. O texto apresenta citações, falas de vários psiquiatras entendidos do assunto. Portanto, esta é a alternativa correta.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.
- PIMENTEL, Carlos. Redação Descomplicada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 192p. (Nova ortografia).

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “Alguns estudiosos sugerem que fatores sociais e culturais podem influenciar essa disparidade, mas mais investigações são necessárias para uma compreensão mais precisa.” As orações do período estabelecem entre si uma relação de independência sintática. As orações independentes são orações coordenadas que, quando introduzidas por uma conjunção, serão classificadas como sindéticas. As conjunções podem ser aditivas, adversativas, alternativas, consecutivas e explicativas. É possível a separação em períodos distintos. Cada uma delas tem sujeito, verbo e complementos próprios. A segunda oração é introduzida pela conjunção “mas” que introduz uma ideia que se opõe ao que está exposto na oração inicial. Assim, a resposta correta é: É uma oração independente que se inicia por uma conjunção que introduz uma ideia de contradição em relação à oração anterior.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D) I, III e IV.

Analisando a alternativa I

I - O TCP (Transmission Control Protocol) é um protocolo orientado à conexão, ou seja, antes do intercâmbio de dados entre os computadores iniciar, eles são obrigados a estabelecer uma “conexão” entre eles, que se encerra no final da transmissão de dados. (CORRETA)

Os computadores estabelecem uma conexão, seja por meio de cabos ou fios que ligam os dispositivos, conhecida como conexão física, ou por meio de conexão sem fio, como ocorre em redes Wi-Fi ou Bluetooth. Qualquer um dos tipos de conexão irá estabelecer uma relação entre os computadores.

Segundo (MARÇULA, 2013) TCP (Transmission Control Protocol): é um protocolo orientado à conexão, ou seja, antes de o intercâmbio de dados entre os computadores se iniciar, eles são obrigados a estabelecer uma "conexão" entre eles, que só se encerra no final da transmissão dos dados. O protocolo TCP, no computador origem dos dados, fragmenta os dados recebidos da camada anterior e realiza algumas tarefas para garantir que os dados enviados sejam recebidos. O protocolo TCP do computador de destino dos dados indica os pacotes que são recebidos, com isso garante que nenhum tenha se perdido; caso contrário ele solicita o reenvio de pacotes faltantes. Este é o protocolo que deve ser escolhido para aplicações que necessitem enviar grandes quantidades de dados devido ao seu controle de recebimento de dados. (MARÇULA, 2013, p.270)

O TCP fornece um serviço de transporte orientado à conexão, full-duplex e confiável, que permite a dois programas de aplicação criarem uma conexão, enviarem dados em qualquer direção e, em seguida, terminarem a conexão. Cada conexão TCP é iniciada de forma confiável e finalizada suavemente (COMER, 2016, p.373)

O TCP, assim como o UDP, é um protocolo de processo para processo (programa para programa). Portanto, o TCP, assim como o UDP, usa números de porta. Ao contrário do UDP, o TCP é um protocolo orientado a conexão; ele cria uma conexão virtual entre dois TCPs para enviar dados. Além disso, o TCP usa mecanismos de controle de fluxo e de erro no nível do transporte. Em resumo, o TCP é chamado de protocolo de transporte orientado a conexão e confiável. Ele adiciona características orientadas a conexão e de confiabilidade nos serviços do IP. (FOROUZAN, 2010, p.302).

Portanto, a alternativa I está correta.

Sendo assim, o gabarito é a letra D) I, III e IV.

Fonte:

- COMER, Douglas E. Redes de computadores e internet. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582603734. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603734/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

- FOROUZAN, Behrouz A. Protocolo TCP/IP. Grupo A, 2010. E-book. ISBN 9788563308689. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563308689/>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- MARÇULA, M. Informática: conceitos e aplicações 4ed. São Paulo, Érica, 2013

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos do art. 32, I, da Lei 1904/1997, recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá, dentre outras hipóteses, de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

O art. 23 estipula que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

Ratifica-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão guerreada é expresso ao solicitar que o candidato indique qual das condutas descritas não é uma vedação imposta aos servidores de Pitangueiras. No caso, não é uma vedação atuar, como procurador ou intermediário, junto as repartições públicas, de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, de cônjuge ou companheiro. Isso porque o art. 160, XI, expressamente faz tal ressalva.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A alternativa que contém a exceção ao Art. 18 da Lei nº 8.080/1990 está na alternativa D, no caso “Definição e coordenação dos sistemas de rede de laboratórios de saúde pública”.

Fonte:

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático do concurso solicita ao candidato o conhecimento em: Conhecimentos em Epidemiologia e Estudos Epidemiológicos. Desta forma, o candidato deve ter capacidade de entendimento sobre as bases conceituais/metodológicas da epidemiologia e da pesquisa epidemiológica, identificar o perfil epidemiológico a nível nacional, estadual e municipal, conhecer sobre os sistemas de Informação em saúde. Indicadores de saúde. Vigilância à Saúde, sobre o planejamento, execução e avaliação das ações de saúde e a estrutura e dinâmica do meio ambiente e suas inter-relações com processo saúde/doença. A abrangência do conteúdo perfaz a necessidade/obrigatoriedade de solicitar o conhecimento amplo do candidato para melhor atuação no mercado de trabalho.

Salienta-se que, as atribuições do candidato ao cargo de fiscal sanitário para este concurso caracterizam por apoiar e auxiliar o trabalho dos fiscais sanitários do município. Proceder à fiscalização inicial, expedindo autos de constatação e advertência, dando prazo legal para cumprimento das determinações legais de adequação. Encaminhar os autos de constatação, com o prazo de regulamentação para o fiscal sanitário, que procederá com a segunda visita e aplicará multas, se necessário. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e

materiais utilizados, bem como do local de trabalho; Executar tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho; manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. Assim, este profissional exercerá suas atividades com êxito tendo conhecimento sobre as ações que tange as informações, investigações e as avaliações das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à saúde incluso o conhecimento epidemiológico, pois o profissional fiscal sanitário ao fornecer suporte aos setores de Vigilância Epidemiológica e Controle de Zoonoses, para emissão de notificações e imposições de penalidades referente aos serviços executados pelos Agentes de Vetores e Zoonoses deverá ter conhecimento Epidemiológico. Portanto, entendendo que existe sombreamento entre as áreas de atuação, apesar de verificar a atuação individual ou em equipe de cada profissional, todavia cabe a este profissional buscar essa integralidade para desenvolver da melhor forma possível suas atividades.

O argumento para as alternativas da questão caracteriza por ser os comitês de gestão de indicadores (CGI). Constituídos segundo os subconjuntos: demográficos, socioeconômicos, de mortalidade, de morbidade e fatores de risco, de recursos e de cobertura. Têm a função de revisar periodicamente a base correspondente, quanto aos dados e elementos técnicos que os qualificam. Cada CGI é coordenado pela instituição melhor identificada com a temática específica, dele participando técnicos das fontes produtoras de dados e informações. E para a oficina de trabalho interagencial (OTI). Fórum colegiado incumbido do planejamento participativo e da condução técnica do processo. É coordenado pelo Ministério da Saúde e integrado por representantes das instituições que compõem a Rede, em função de sua responsabilidade nacional na produção, análise e disseminação de dados e informações de interesse para a saúde. Reúne-se semestralmente, para deliberar sobre a pauta de temas a serem trabalhados no ano e acompanhar o seu desenvolvimento. O Conselho Nacional de Saúde delegou à OTI as atribuições da Comissão Intersectorial de Informações em Saúde.

Fonte:

- EPIDEMIOLOGIA Apostila preparada para uso na disciplina “Epidemiologia Geral”, do 4o semestre do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária Campus de Jaboticabal, Unesp. Prof. Dr. Luis Antonio Mathias Jaboticabal 2014
- REDE Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.: il.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático do concurso solicita ao candidato o conhecimento em: Conhecimentos em Epidemiologia e Estudos Epidemiológicos. Desta forma, o candidato deve ter capacidade de entendimento sobre as bases conceituais/metodológicas da epidemiologia e da pesquisa epidemiológica, identificar o perfil epidemiológico a nível nacional, estadual e municipal, conhecer sobre os sistemas de Informação em saúde. Indicadores de saúde. Vigilância à Saúde, sobre o planejamento, execução e avaliação das ações de saúde e a estrutura e dinâmica do meio ambiente e suas inter-relações com processo saúde/doença. A abrangência do conteúdo perfaz a necessidade/obrigatoriedade de solicitar o conhecimento amplo do candidato para melhor atuação no mercado de trabalho. Salienta-se que, as atribuições do candidato ao cargo de fiscal sanitário para este concurso caracterizam por apoiar e auxiliar o trabalho dos fiscais sanitários do município. Proceder à fiscalização inicial, expedindo autos de constatação e advertência, dando prazo legal para cumprimento das determinações legais de adequação. Encaminhar os autos de constatação, com o prazo de regulamentação para o fiscal sanitário, que procederá com a segunda visita e aplicará multas, se necessário. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; Executar tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho; manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. Assim, este profissional exercerá suas atividades com êxito tendo conhecimento sobre as ações que tange as informações, investigações e as avaliações das medidas de controle de doenças e de situações de agravos à saúde incluso o conhecimento epidemiológico, pois o profissional fiscal sanitário ao fornecer suporte aos setores de Vigilância Epidemiológica e Controle de Zoonoses, para emissão de notificações e imposições de penalidades referente

aos serviços executados pelos Agentes de Vetores e Zoonoses deverá ter conhecimento Epidemiológico. Portanto, entendendo que existe sobreposição entre as áreas de atuação, apesar de verificar a atuação individual ou em equipe de cada profissional, todavia cabe a este profissional buscar essa integralidade para desenvolver da melhor forma possível suas atividades.

No que tange à questão, o doente atípico é aquele que apresenta sintomatologia diferente da que caracteriza a doença. Isso pode dever-se à benignidade da infecção, como, por exemplo, nas formas subclínicas, ou por sua excessiva malignidade. Nesses casos, o diagnóstico é dificultado, podendo retardar significativamente a adoção de medidas profiláticas. Para o doente típico é aquele que manifesta a sintomatologia característica da enfermidade. É, provavelmente, a fonte de infecção cujo combate causa menos problemas, pois a sintomatologia característica facilita o reconhecimento da enfermidade, permitindo assim pronta ação profilática. E no portador em incubação é aquele que ainda não apresenta os sintomas da enfermidade, que se encontra em fase de incubação, mas já elimina o agente etiológico. Após o período de incubação, o hospedeiro apresentará os sintomas da doença considerada.

Fonte:

- EPIDEMIOLOGIA Apostila preparada para uso na disciplina “Epidemiologia Geral”, do 4o semestre do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária Campus de Jaboticabal, Unesp. Prof. Dr. Luis Antonio Mathias Jaboticabal 2014.

Cargo: Pedagogo

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se atenta para a regência do verbo fazer que é determinada pelo contexto empregado.

No fragmento “No campo da psicologia, o narcisismo foi descrito pela primeira vez por Sigmund Freud, no século XIX, e faz referência ao jovem e belo Narciso[...]”, o verbo fazer está no sentido de preparar ou organizar com antecipação, tendo em conta certo propósito, utilização ou finalidade. Ao perguntar ao verbo “faz o quê?” / referência. O verbo se liga a seu primeiro complemento sem preposição, diretamente. A quem? / ao jovem e belo Narciso. No segundo complemento, o verbo precisa de um elemento para ligá-lo a seu complemento que é a preposição “ao”. Portanto, a alternativa correta é: Bitransitivo.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com 35 audiências públicas, é possível que elas ocorram 7 vezes em cada dia da semana ($7 \times 5 = 35$). Assim, a partir de 36 audiências públicas é possível garantir que ao menos 8 audiências ocorram em um mesmo dia da semana.

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A partir da análise do trecho “A falta de compaixão e de consideração pelos sentimentos dos outros pode criar um ambiente tóxico e desequilibrado, causando conflitos e dificuldades de convivência.” (9o§), deveria ser assinalada a alternativa incorreta. Assim, seguem as justificativas:

O verbo “poder” cumpre a função de verbo auxiliar: o verbo “poder” está junto do verbo “criar”. Assim, ele é auxiliar do verbo criar. O verbo auxiliar é aquele que é flexionado de acordo com o sujeito a que se refere. Portanto, a alternativa é verdadeira.

O verbo “poder”, nesse contexto, tem o significado de “ter possibilidade”: A falta de compaixão e de consideração pelos sentimentos dos outros ‘tem a possibilidade’ de criar um ambiente tóxico e desequilibrado, portanto, a afirmação é correta.

O núcleo do sujeito do período é “falta”, o que determina a concordância verbal. Para encontrar o sujeito da oração, geralmente, pergunta-se ao verbo: o que é que pode criar um ambiente tóxico e desequilibrado? / A falta de compaixão e de consideração pelos sentimentos dos outros. A resposta é o sujeito do verbo. Neste sujeito há uma palavra principal que é o núcleo do sujeito, ou seja, a palavra que não pode faltar, pois é essencial: “falta”.

Quanto à alternativa “A concordância verbal deveria ser ‘podem criar’ para concordar com o sujeito composto”, é incorreta. O sujeito não é composto conforme foi analisado anteriormente. Portanto, esta alternativa é a que deveria ser assinalada por ser INCORRETA.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “Alguns estudiosos sugerem que fatores sociais e culturais podem influenciar essa disparidade, mas mais investigações são necessárias para uma compreensão mais precisa.” As orações do período estabelecem entre si uma relação de independência sintática. As orações independentes são orações coordenadas que, quando introduzidas por uma conjunção, serão classificadas como sindéticas. As conjunções podem ser aditivas, adversativas, alternativas, consecutivas e explicativas. É possível a separação em períodos distintos. Cada uma delas tem sujeito, verbo e complementos próprios. A segunda oração é introduzida pela conjunção “mas” que introduz uma ideia que se opõe ao que está exposto na oração inicial. Assim, a resposta correta é: É uma oração independente que se inicia por uma conjunção que introduz uma ideia de contradição em relação à oração anterior.

Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se atenta para a regência do verbo fazer que é determinada pelo contexto empregado.

No fragmento “No campo da psicologia, o narcisismo foi descrito pela primeira vez por Sigmund Freud, no século XIX, e faz referência ao jovem e belo Narciso[...]”, o verbo fazer está no sentido de preparar ou organizar com antecipação, tendo em conta certo propósito, utilização ou finalidade. Ao perguntar ao verbo “faz o quê?” / referência. O verbo se liga a seu primeiro complemento sem preposição, diretamente. A quem? / ao jovem e belo Narciso. No segundo complemento, o verbo precisa de um elemento para ligá-lo a seu complemento que é a preposição “ao”. Portanto, a alternativa correta é: Bitransitivo.

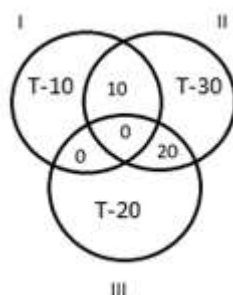
Fonte:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “simultaneamente”, utilizada na presente questão, tem como sinônimo a palavra “conjuntamente” ou “juntamente”. Esse termo é utilizado no enunciado para ressaltar que alguns estudantes podem ter feito mais de um minicurso durante o tempo de programação do congresso. Assim, a divisão $180/3 = 60$ não pode configurar como a solução da questão pois não é mencionado que cada minicurso contou com estudantes diferentes. A partir da informação do enunciado de que “nenhum estudante fez simultaneamente os minicursos I e III”, conclui-se que nenhum estudante fez simultaneamente os três minicursos. Com as demais informações do enunciado e assumindo que T é a quantidade de pessoas que frequentaram cada minicurso, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Como o total de estudantes é 180, tem-se que:

$$T-10+T-30+T-20+10+20=180 \rightarrow T=70$$

Decisão: Manter o gabarito.

Fonte:

- <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/simultaneamente>
- MORGADO, Augusto C. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que o item II não encontra previsão expressa na Lei nº 1.904, de 10 de dezembro de 1997 (e suas atualizações) - Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras.

Todavia, o §2º do artigo 31, inserido na Seção XI – Da Reintegração, dispõe que se encontrando provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitado em outro cargo ou, ainda, posto em disponibilidade. Assim, o item II é correto.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA
21

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que houve erro na divulgação do gabarito da questão em exame.

Após análise criteriosa, é possível constatar que a alternativa B, de fato, apresenta-se como a única incorreta, pois contraria o dispositivo legal previsto no art. 49-A, § 6º, I, II e III, da Lei nº 9.784/1999, que determina que a decisão coordenada não se aplica aos processos administrativos relacionados ao poder sancionador, de licitação, ou em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.

Além disso, as alternativas “A”, “C” e “D” correspondem à literalidade do art. 49-A, § 4º, §5º e caput e incisos I e II, respectivamente, e, por isso, estão corretas.

Dessa forma, julga-se procedente o recurso, para que seja promovida a alteração do gabarito, de modo que a alternativa B seja considerada a resposta adequada, em consonância com o conteúdo legal e o objetivo da questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que a questão deve ser anulada, por conter mais de uma afirmação correta, na medida em que, conforme aduz, a alternativa A também deve ser considerada correta, além da opção D, que consta no gabarito.

Contudo, não prosperam as alegações recursais. Para facilitar a explicação, recorre-se à lógica:

Primeiramente, adota-se a representação das variáveis da seguinte forma: "W" para o pregão, "X" para serviço de engenharia, "Y" para serviço comum de engenharia e "Z" para serviço especial de engenharia.

Seguindo o disposto no art. 6º, inciso XXI e suas alíneas “a” e “b” da Lei de Licitações (n.º 14.133/2021), conclui-se que o serviço de engenharia compreende tanto o serviço comum de engenharia quanto o serviço especial de engenharia, ou seja, $X = Y \text{ e } Z$.

Por outro lado, de acordo com o art. 29, parágrafo único, o pregão não se aplica ao serviço de engenharia, exceto ao serviço comum de engenharia, o que pode ser representado como W não se aplica a X, exceto Y.

Interpretando-se essa disposição legal, constata-se que o pregão se aplica ao serviço comum de engenharia e não se aplica ao serviço especial de engenharia, ou seja, W se aplica a Y e não se aplica a Z.

Diante desse contexto, verifica-se que a alternativa “A” afirma que o pregão não se aplica ao serviço de engenharia, indistintamente, implicando que não se aplica tanto ao serviço comum quanto ao serviço especial de engenharia, pois $X = Y \text{ e } Z$. Ou seja, W não se aplica a $X = W$ não se aplica a Y e Z.

Contudo, como destacado, o pregão se aplica ao serviço comum de engenharia, o que invalida a afirmação contida na alternativa “A”.

Diante do exposto, conclui-se que a alternativa "A" está errada, mantendo-se o gabarito da questão e julgando-se

improcedente o recurso.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que a questão deve ser anulada, por ausência de resposta correta, na medida em que, conforme aduz, a alternativa D também deve ser considerada incorreta. Aduziu-se, ademais, que houve erro na divulgação do gabarito da questão em exame, pois a alternativa C é a única que não corresponde a um caso de utilidade pública para fins de desapropriação.

A respeito do primeiro argumento, referente à ausência de resposta correta, sustentou-se que a alternativa D (“A proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais”) deveria ser considerada como caso de utilidade pública, uma vez que contribui para a “salubridade pública”, embora não esteja expressamente prevista no rol do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 3.365/1941.

Contudo, cumpre destacar que o rol estabelecido no referido Decreto-Lei é taxativo, consoante Harada (2015), ou seja, limita-se às finalidades elencadas no texto legal, dentre as quais não se encontra aquela especificamente mencionada na alternativa D (e nas razões recursais).

Acrescente-se que, embora a proteção do solo e preservação de cursos mananciais de água e reservas florestais possam contribuir indiretamente para a salubridade pública, conforme ventilado no recurso, é importante ressaltar que, juridicamente, essa finalidade é considerada como interesse social, nos termos do art. 2º, VII, da Lei nº 4.132/1962.

Assim, tendo em vista que a matéria relativa à desapropriação por utilidade pública envolve a limitação do direito de propriedade pelo Estado, o conteúdo legal deve ser interpretado de forma restritiva, sendo indevido o alargamento do conceito estabelecido pela legislação.

A partir disso, conclui-se que a alternativa “D” não é considerada caso de utilidade pública para fins desapropriatórios e passa-se ao exame do segundo argumento.

No que concerne ao suposto erro na divulgação do gabarito, constata-se que não prosperam as alegações recursais. Isso porque o Decreto-Lei nº 3.365/1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, prevê em seu art. 5º, alíneas “j”, “m” e “o” que se consideram utilidade pública as hipóteses das alternativas A, B e C, respectivamente. Confira-se:

“Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:

(...)

j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;

(...)

m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;

(...)

o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;”.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- HARADA, Kiyoshi. Desapropriação: Doutrina e Prática. 11. ed. Atlas: São Paulo, 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegou-se nas razões recursais, em suma, que a questão em análise aborda conteúdo não previsto no Edital do concurso.

Contudo, a questão versa sobre métodos de interpretação das normas constitucionais, conforme previsto no Edital do concurso, mais especificamente, no item 1.4.1 de Direito Constitucional, no tópico “NÍVEL SUPERIOR – PROCURADOR MUNICIPAL – CONHECIMENTOS DO CARGO” (p.50). Confira-se:

desapropriação indireta e por zona. 12. Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011 (arts. 3º ao 11). DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da Constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. 1.4.1 Métodos, princípios e limites. 2 Princípios fundamentais. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1

Dessa forma, a questão está em conformidade com o conteúdo programático estabelecido no Edital, que abrange a interpretação das normas constitucionais, incluindo métodos, princípios e limites.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- Edital nº 1, de 16 de Outubro de 2023, do Concurso Público de Provas e Títulos do Município de Pitangueiras/SP, para a formação de cadastro de reserva para o cargo de Procurador Municipal, p. 50.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o candidato que não estava previsto no edital o tema abordado. A referida alegação deve ser rejeitada eis que no edital está previsto a seguinte disciplina: Registro Público e é sabido que a Lei que disciplina Registro Público é a Lei nº 6.015/1973.

Fonte:

- Art. 110, incisos I, III, IV e §5º da Lei 6015/73.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta, solicitou do candidato conhecimento acerca da parafiscalidade tributária.

Nesse sentido, dispõe Alexandre Mazza: “Sujeito ativo da parafiscalidade é quem delega a capacidade de cobrar tributos. Por isso, essa sujeição ativa é exclusiva da entidade federativa competente para instituição do tributo delegado, devendo efetivar a delegação por meio de lei específica aprovada para essa finalidade. Denomina-se sujeito passivo da parafiscalidade o beneficiário da delegação, ou seja, a pessoa a quem é legalmente atribuída a capacidade de cobrar tributos. O sujeito passivo da parafiscalidade recebe o nome de entidade parafiscal.”

O gabarito da questão é a alternativa D.

As demais alternativas estão incorretas, vejamos:

Alternativa A - ERRADO. Conforme art. 3º do CTN: Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que NÃO constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Portanto, diferentemente do que afirma a alternativa, o tributo jamais possuirá finalidade sancionatória.

Assim, quando recolhido na fonte (IRRF) por um Estado da Federação, a legislação determina que o valor arrecadado pertence integralmente ao Estado.

Alternativa B - ERRADO. Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal: I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer

título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I. Assim, em relação à repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal de 1988, pertencem aos Estados 20% do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da sua competência residual. Alternativa C - ERRADO. Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal: I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; Corroborando com tal entendimento, a jurisprudência do STF em sede de repercussão geral, no RE 1293453, tema nº 1130. Observemos: Tese: Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal. (RE 1293453, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 11/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-210 DIVULG 21-10-2021 PUBLIC 22-10-2021).

Fonte:

- (MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Tributário. - São Paulo: Saraiva, 2015.)

Cargo: Professor Educação Básica I

BRANCA
03

Recurso Procedente. Questão anulada.

A significação correta da palavra “graça” é: bênção; dádiva; virtude; inspiração. As expressões “satisfação” e “contentamento” se tratam de alegria. No entanto, as demais associações estão corretas, a saber: multiplicidade (diversidade; excesso); degustar (experimentar; experienciar); expectativas (perspectivas; esperanças). Dessa forma, pode-se concluir que há uma inconsistência no enunciado da questão, que deveria abordar: “De acordo com o significado atribuído ao vocábulo em destaque no contexto, assinale a correspondência incorreta”.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão ao recurso interposto pelas razões a seguir expostas:

A questão foi elaborada de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras. Vejamos o embasamento legal que respalda a questão:

I. CORRETO. ART. 97 O servidor não poderá ausentar-se do Município, para estudo de Interesse da Administração, sem autorização do Chefe do Poder Executivo.

II. INCORRETO. § 1º A ausência não excederá a 04 (quatro) anos e, findo o estudo, somente após decorrido igual período será permitida nova ausência.

III. INCORRETO. § 3º O servidor poderá participar de congressos, simpósios ou promoções similares, no País ou estrangeiro, desde que versem sobre temas ou assuntos referentes aos Interesses de sua atuação profissional, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

IV. CORRETO. § 2º Ao servidor beneficiado pelo disposto neste não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento despesa havida com seu afastamento.

Deste modo, estão corretas as afirmativas I e IV, apenas.

Fonte:

- <https://pitangueiras.sp.gov.br/arquivos/storage/app/media/legislacoes/estatuto-do-servidor-publico-municipal/lei-ordinaria-1904-1997-pitangueiras-sp-consolidada-13-02-2023.pdf>

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não assiste razão ao recurso interposto pelas razões a seguir expostas:

A questão foi elaborada, exclusivamente, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pitangueiras. Vejamos o embasamento legal que respalda a questão:

Art. 23 Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores [...]

Até a presente data não verificou-se a revogação do artigo mencionado anteriormente, deste modo, mantém-se o gabarito indicado.

Fonte:

- <https://pitangueiras.sp.gov.br/arquivos/storage/app/media/legislacoes/estatuto-do-servidor-publico-municipal/lei-ordinaria-1904-1997-pitangueiras-sp-consolidada-13-02-2023.pdf>

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alfabetização matemática deve estar presente na prática pedagógica dos professores para que os alunos aprendam a ler e a escrever a linguagem matemática como forma de entender o mundo que os cerca, para que saibam compreender, interpretar e utilizar seus símbolos, signos e sinais. Percebe-se, em geral, que o dia a dia dos alunos é rico de situações de natureza matemática, com grande potencial de provocar o pensamento e o raciocínio. Aproveitar as curiosidades dos alunos e explorar situações e contextos problematizáveis é uma das tarefas da didática da matemática, partindo da sua cultura e das histórias de vida, das experiências e conhecimentos prévios das crianças. Assim, a Alfabetização Matemática, deve ser entendida como a possibilidade de desenvolver nos alunos seu potencial de raciocínio e aprendizagem através da interação e diálogo, socialização de descobertas, trabalhando em pequenos grupos colaborativos, discutindo e explicando aos outros suas descobertas.

Ainda, de acordo com BNCC (2018), o Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas. É também o letramento matemático que assegura aos alunos reconhecer que os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo e perceber o caráter de jogo intelectual da matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, estimula a investigação e pode ser prazeroso (fruição). O desenvolvimento dessas habilidades está intrinsecamente relacionado a algumas formas de organização da aprendizagem matemática, com base na análise de situações da vida cotidiana, de outras áreas do conhecimento e da própria Matemática. Os processos matemáticos de resolução de problemas, de investigação, de desenvolvimento de projetos e da modelagem podem ser citados como formas privilegiadas da atividade matemática, motivo pelo qual são, ao mesmo tempo, objeto e estratégia para a aprendizagem ao longo de todo o Ensino Fundamental. Esses processos de aprendizagem são potencialmente ricos para o desenvolvimento de competências fundamentais para o letramento matemático (raciocínio, representação, comunicação e argumentação) e para o desenvolvimento do pensamento computacional. Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Matemática e, por consequência, o componente curricular de Matemática devem garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas.

Destaca-se as competências específicas de matemática para o ensino fundamental, em conformidade com a BNCC de acordo com o letramento matemático:

1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.
2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente, produzindo argumentos convincentes.
5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).
7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

Posto isto, entende-se que itens I, II e IV, estão coerentes com as competências específicas e em conformidade com a BNCC de acordo com o letramento matemático:

Destaca-se ainda, que segundo a Matriz do Pisa 2012, o “letramento matemático é a capacidade individual de formular, empregar e interpretar a matemática em uma variedade de contextos. Isso inclui raciocinar matematicamente e utilizar conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas para descrever, explicar e prever fenômenos. Isso auxilia os indivíduos a reconhecer o papel que a matemática exerce no mundo e para que cidadãos construtivos, engajados e reflexivos possam fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões necessárias.” (Brasil, 2018)

Ainda, o argumento recursal que dispõe acerca: “(Na Educação: Codificar está relacionado à escrita. É o processo de criar um código ou símbolo para representar informações)”, não procede. Codificar é um verbo regular, segundo o dicionário online de Português, que significa reduzir a código, ao sistema de símbolos que permite a representação de uma informação. Reunir vários conteúdos numa só obra; ou compilar: o autor codificou diversas obras em seu novo livro. Na informática, demonstrar por meio de sinais ordenados, e interligados a um grupo de dados, as instruções de um programa; expressar em linguagem de programação: codificar um logaritmo. No Jurídico: Reunir leis em código; sistematizar: codificar as leis de trânsito. Produzir ou criar códigos, sinais novos; utilizar esses novos códigos ou sinais: a teoria afirmava que o x tem de codificar o y. Tornar uma mensagem demonstrada em código possível para a transmissão: codificar os sinais televisivos. Deste modo, trata-se de quantificar/contar; medir: ordenar, etc.

Verifica-se, portanto, a utilização do verbo codificar em várias áreas. Portanto, diante do exposto, o item que não está de acordo com a atuação do professor na perspectiva do letramento matemático, é ensinar a codificar os números e a resolver as quatro operações básicas. A Alfabetização Matemática na perspectiva do letramento é entendida como um instrumento para leitura do mundo, uma perspectiva que supera a simples decodificação dos números e a resolução das quatro operações básicas.

Destarte, a banca mantém o gabarito publicado.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018
- KAMII, C. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. 4.ed. Campinas: Papirus, 1986.
- MUNIZ, C. A. Brincar e Jogar: enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

- <https://novaescola.org.br/conteudo/21318/alfabetizacao-matematica-o-que-priorizar-no-segundo-semester>
- <https://novaescola.org.br/tag/1167/alfabetizacao-matematica/>

Cargo: Professor Educação Infantil

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No trecho “Enquanto a tecnologia tem alterado radicalmente a vida externa, ainda não atingiu nada tangível capaz de melhorar a vida interna das pessoas: valores morais, emocionais, filosóficos e espirituais”, os dois-pontos foram usados para iniciar uma enumeração. Dois-pontos expõem – um a um – os elementos que a frase anterior faz referência.

Anunciar a fala do autor – neste contexto, a fala ou vem antecipada por travessão ou por aspas. Utiliza-se para enfatizar a referência em relação a alguma coisa, normalmente uma ideia, opinião, concepção de um autor.

Introduzir uma explicação - Informa algo e/ou características que já foram mencionadas anteriormente. Exemplo: O motivo foi exposto: a insatisfação é devido à fala preconceituosa durante a palestra.

Antecipar uma exemplificação - Remete aos exemplos relacionados a frase anterior ou transmissão de uma informação relevante.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há ausência de conteúdo programático. A questão atende ao item do edital: “As concepções de aprendizagem-aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas”, portanto, além de indicada no edital, independe se está contextualizada em uma sala de 5º ano ou de Educação Infantil, já que o que se deseja avaliar é o conhecimento da abordagem sociointeracionista no ambiente escolar. A banca, portanto, julga improcedente o recurso.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há ausência de conteúdo programático. A banca julga improcedente o recurso pois seu tema está inscrito no edital “Infância e práticas cotidianas: contribuição da psicologia; sociologia; e, antropologia” e em “Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e a pedagogia”. O conhecimento da teoria de Vigotsky possibilita ao professor de qualquer etapa da educação básica ajustar suas práticas pedagógicas.

Cargo: Psicólogo

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em detrimento ao recurso interposto referente à falta de uma resposta correta, é importante ressaltar que de acordo com Firbida; Vasconcelos (2023) as primeiras contribuições para o estudo da Psicologia no Brasil são apresentadas por médicos por meio de teses de doutorado e a partir da década de 1920 é que a história da psicologia começou a sofrer influência de educadores que trabalhavam nas escolas normais. A proximidade entre a medicina e a educação resultou em uma grande influência para a constituição do campo dessa ciência. Essa relação foi criada, principalmente, através do movimento higienista e o uso de instrumentos de diagnóstico psicológico com testes de nível mental. Tornando então, parte fundamental dessa história a criação de disciplinas de psicologia nas escolas e a instalação de laboratórios de Psicologia aplicada à educação, tanto nessas escolas como também dentro dos Hospitais Psiquiátricos. As demais alternativas estão incorretas, pois não contemplam a informação sobre essas duas vertentes. Sendo assim, o recurso é considerado IMPROCEDENTE.

Fonte:

- FIRBIDA, F. B. G.; VASCONCELOS, M. S. A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. Psicologia Escolar e Educacional, v. 23, p. e016120, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/8YyRvGhQbXxXnD6bYHMqBFk/#> . Acesso em 05 Dez, 2023.

Cargo: Pedreiro

BRANCA
08

Recurso Procedente. Questão anulada.

Os advérbios qualificam verbos e intensificam o sentido de adjetivos e de outros advérbios. As palavras “continuamente”, “reiteradamente” e “constantemente” possuem o mesmo sentido da palavra “invariavelmente”, apenas a palavra “raramente” possui sentido oposto. Portanto, para que a questão mantivesse apenas uma alternativa correta, seria necessário que o enunciado solicitasse o vocábulo que há perda de sentido. Por isso, a questão foi anulada.

Fonte:

- Disponível em: <https://www.portugues.com.br/gramatica/adverbios.html>
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

Cargo: Marceneiro

BRANCA
08

Recurso Procedente. Questão anulada.

Os advérbios qualificam verbos e intensificam o sentido de adjetivos e de outros advérbios. As palavras “continuamente”, “reiteradamente” e “constantemente” possuem o mesmo sentido da palavra “invariavelmente”, apenas a palavra “raramente” possui sentido oposto. Portanto, para que a questão mantivesse apenas uma alternativa correta, seria necessário que o enunciado solicitasse o vocábulo que há perda de sentido. Por isso, a questão foi anulada.

Fonte:

- Disponível em: <https://www.portugues.com.br/gramatica/adverbios.html>
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

Cargo: Recepcionista

BRANCA
08

Recurso Procedente. Questão anulada.

Os advérbios qualificam verbos e intensificam o sentido de adjetivos e de outros advérbios. As palavras “continuamente”, “reiteradamente” e “constantemente” possuem o mesmo sentido da palavra “invariavelmente”, apenas a palavra “raramente” possui sentido oposto. Portanto, para que a questão mantivesse apenas uma alternativa correta, seria necessário que o enunciado solicitasse o vocábulo que há perda de sentido. Por isso, a questão foi anulada.

Fonte:

- Disponível em: <https://www.portugues.com.br/gramatica/adverbios.html>
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A questão tem como referência o uso do acento grave indicador de crase a partir do seguinte período: “À medida que as pessoas mergulham ainda mais em seus equipamentos, cientistas e psicólogos começam a considerar a dependência tecnológica um grave problema de saúde pública [...]” (5º§) Seguem as justificativas das alternativas de respostas.

Tenho aversão à injustiça: a crase ocorre porque o substantivo “aversão” exigiu a preposição “a” e o substantivo “injustiça” admitiu o artigo feminino “a”.

Muitas pessoas foram à apresentação do musical: pela regra da gramática “quem vai, vai a algum lugar”. Aplicando no contexto do exemplo, pergunta-se: “As pessoas vão a apresentação?”. Para evitar a repetição das vogais seguidas, une-as pela crase.

Fale a verdade àqueles que lutam por seus direitos. O pronome “exerce a função de complemento de termo que exija a preposição “a”. Fale a verdade a quem? A+ Aqueles que lutam por seus direitos).

As dúvidas eram esclarecidas à proporção que o palestrante falava: A crase é obrigatória nas locuções conjuntivas adverbiais proporcionais à medida que, à proporção que. Portanto, é a alternativa correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata de questão cujo objeto da pergunta é sobre a atividade do topógrafo em relação ao levantamento cadastral de propriedades rurais, dessa forma avaliando cada afirmativa verifica-se que A está incorreta, pois o topógrafo não possui autoridade para estabelecimento de limites na forma legal. A alternativa B também está incorreta, pois usucapião é o direito das pessoas que possuem propriedade a longo prazo e corpos d'água é de direitos ribeirinhos. A alternativa D é incorreta, pois os marcos artificiais podem ser removidos mais facilmente que os naturais. A única alternativa correta é a letra C, pois o método mais antigo de levantamento de terras é o sistema de medidas (mensuradas ou atribuídas) e divisas.

Sendo assim, a comissão considera o presente recurso improcedente, uma vez que a questão apresenta apenas uma resposta correta.

Fonte:

- McCormac, Jack, et al. Topografia, 6ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso fundamenta-se no fato de haver um erro de digitação, sendo apresentadas duas alternativas iguais. No entanto, tal erro não inviabiliza a questão em tela, pois nenhuma das opções repetidas apresenta a resposta correta. Dessa forma, a comissão considera o presente recurso improcedente, uma vez que a questão apresenta apenas uma resposta correta.

Fonte:

- TULER, Marcelo. Fundamentos de Topografia. Edição especial. Porto Alegre: SAGAH, 2016. (e-book)
- TULER, Marcelo, SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia. São Paulo: Bookman, 2014.

BRANCA
40

Recurso Procedente. Questão anulada.

O presente recurso procede, uma vez que erro de fechamento angular se dá pela diferença das somatórias dos ângulos medidos com o resultado da fórmula de conferência de uma poligonal de ângulos interno que é igual a $[(180)^\circ \cdot (6-2)] = [(720)^\circ$. Sendo a medida real de $[(718)^\circ 58' 45'']$, temos um erro igual a $[(719)^\circ 59' 60''] - [(718)^\circ 58' 45''] = 1^\circ 1' 15'' = 61' 15'' = 61,25'$

Avaliando as alternativas da questão em tela, verifica-se uma divergência pois onde deveriam ser 61,25 minutos foi indicado o símbolo de segundos. Dessa forma, não foi encontrada alternativa correta, devendo a questão ser anulada por falta de resposta.

Fonte:

- TULER, Marcelo. Fundamentos de Topografia. Edição especial. Porto Alegre: SAGAH, 2016. (e-book)
- TULER, Marcelo, SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia. São Paulo: Bookman, 2014.

III
DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

06 de março de 2024
INSTITUTO CONSULPLAN